

**ATA 2019ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**  
**DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta  
2 minutos, realizou-se a segunda milésima décima nona reunião Plenária Ordinária do  
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e  
4 nove. Estiveram presentes 21 (vinte e um) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e  
5 suplentes, a seguir indicadas/os: Aristeu Bertelli da Silva, Evelyn Sayeg, Guilherme  
6 Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Regiane  
7 Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva,  
8 Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz Marques de Mattos, Bruna  
9 Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani  
10 Francisco de Oliveira, Magna Barbosa Damasceno, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira  
11 Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Rodrigo Fernando Presotto, conforme lista de presença  
12 anexa, onde constam os registros de horários de ingresso e saída do quórum das/os  
13 conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de 2017.

14 **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** – Foram registradas as  
15 justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Larissa Gomes Ornelas Pedott,  
16 Maria das Graças Mazarin de Araujo, Monalisa Muniz Nascimento, Clarisse Pimentel  
17 Paulon, Mauricio Marinho Iwai e Andrea Mataresi. Referente ao Conselheiro Tesoureiro  
18 Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, informa que é de conhecimento que houve o  
19 falecimento do pai dele, e ele está presente a partir das treze horas, no período da tarde.

20 **1.2) Convidados da plenária** - Suely Castaldi Ortiz da Silva informa que estão  
21 presentes, na condição de convidadas/os, Gabriela Moncau, jornalista contratada para  
22 trabalhar na elaboração do Jornal Psi, e Annie Louise Saboya Prado, representante do  
23 CRP SP no CONED – Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, que chegará mais  
24 tarde à plenária para falar do ponto de pauta correspondente. Também está presente Neli  
25 Márcia Ferreira (Márcia Barral), assessora técnico-política, que iniciou seu trabalho neste  
26 CRP SP na semana do dia 15 de fevereiro e que está, pela primeira vez, presente na  
27 plenária. Passa a palavra a Márcia Barral, para que ela possa se apresentar. Márcia Barral  
28 saúda a todas/os, dizendo ser um prazer poder estar presente. Comenta que soube da  
29 vaga e encaminhou currículo e, felizmente, foi contratada. Informa que é formada em  
30 história pela Universidade de São Paulo - USP, profissionalmente já fez assessoria na  
31 Câmara Municipal de São Paulo, na Câmara Federal e no Senado, sua experiência  
32 profissional é em gestão pública, trabalhou na prefeitura de São Paulo por mais de uma  
33 gestão, também trabalhou na prefeitura de Santo André, e sua última experiência foi em

34 São Bernardo, como secretária da Assistência e Políticas Afirmativas. Diz que acumulou  
35 conhecimento nas áreas de educação, assistência e políticas afirmativas, além das áreas  
36 de gestão e planejamento. A psicologia é um tema que sempre pautou, tendo sido  
37 transversal nas ações que realizou ao longo de sua trajetória. Seu primeiro trabalho,  
38 inclusive, foi juntamente com o Departamento de Psiquiatria da USP, quando era visitadora  
39 social no primeiro ambulatório de saúde mental de São Paulo, o Centro de Saúde Escola  
40 Butantã. Considera bom que agora, ao final de sua carreira, poder voltar, porque foi um  
41 tema que iniciou sua vida profissional. Agradece pela oportunidade e diz esperar  
42 corresponder às expectativas do Conselho e da Diretoria, podendo contribuir com sua  
43 experiência profissional, buscando impulsionar o trabalho. Suely Ortiz relata que também  
44 estão presentes Sara Faria Abraão Teixeira, da Comissão Gestora de Bauru, Kleber  
45 Chaves Pereira, da Comissão Gestora de São José do Rio Preto e Juliel Modesto de  
46 Araújo, coordenador da Comissão Gestora do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Luciana  
47 Stoppa complementa que uma questão importante, acerca do papel da coordenadora  
48 técnico-política, Márcia Barral, é o assessoramento na execução das políticas, no diálogo  
49 com as/os conselheiras/os, dos núcleos, das Comissões Gestoras, a fim de potencializar a  
50 inserção política. Ela possui uma experiência bastante relevante, e o compromisso de  
51 efetivar o que foi deliberado no COREP e CNP, sendo uma figura que pode ajudar na  
52 articulação entre todas/os, potencializando a transversalização das pautas, a compreensão  
53 também da realidade política. Informa que há vacância na comunicação, mas que será  
54 preenchida tão logo abram concurso, quando implantarem o PCCS. **1.3) Jornal Psi** – Ivani  
55 Francisco de Oliveira informa que Gabriela Moncau veio à plenária para falar sobre o que  
56 estão pensando para a próxima edição do Jornal Psi. Gabriela Moncau relata que a ideia  
57 de participar da plenária era para se apresentar e que já está falando por e-mail e por  
58 telefone com várias pessoas da plenária, a fim de preparar essa edição do Jornal. Diz que  
59 é jornalista formada pela PUC SP. Informa que já foi responsável por edições do Jornal Psi  
60 anteriormente e que participou da licitação que ocorreu no ano passado, tendo regressado  
61 em função disso. Considera importante, rapidamente, falar sobre o formato e organização  
62 do Jornal, inclusive para que todos possam pensar em suas indicações e sugestões de  
63 pauta para as próximas edições. Imagina que todas/os já tenham familiaridade com o  
64 Jornal, mas relata que se trata de uma publicação trimestral, dividido em sessões fixas,  
65 mas de modo a não engessar as pautas e textos, apenas para organizar os conteúdos.  
66 Relata, ainda, que trouxe uma edição antiga do Jornal, do final do ano de 2016, para que  
67 todos possam olhar, como um guia. Uma das sessões do Jornal Psi é de “Orientação”, que  
68 normalmente é definida pela Comissão de Orientação e Fiscalização e se trata de um

69 espaço onde trazem alguma nota de orientação recém-lançada no Conselho ou demandas  
70 que as/os psicólogas/os têm trazido. Ou seja, é uma forma de abordar questões colocadas  
71 pelo Conselho de forma mais técnica, jornalística. Comenta também sobre a sessão  
72 “Perspectiva do usuário”, que traz a visão do usuário. Cita como exemplo que para essa  
73 sessão, em razão do Dia da Luta Antimanicomial, entrevistaram usuários da saúde mental  
74 que participaram da manifestação em razão da comemoração da data, solicitando que eles  
75 contassem sobre suas trajetórias e experiências. Para a próxima edição, utilizaram como  
76 gancho para essa sessão o “Prêmio Arthur Bispo do Rosário” que está sendo realizado,  
77 para conversar com usuários da saúde mental que tem produções artísticas interessantes,  
78 e que estão participando do prêmio. Há outra sessão, “Questões Éticas”, onde, em geral,  
79 discutem algum tema polêmico, questões latentes. Serve para dar um caminho, orientar a  
80 respeito de questões éticas do trabalho da Psicologia. Há, também, a “Matéria de Capa”,  
81 que é a matéria mais importante da edição do jornal. Também, “América Latina” que, como  
82 o nome já diz, trata de assuntos pertinentes à América Latina. “Um dia na vida” é uma  
83 sessão que busca retratar um pouco do cotidiano de alguma/um psicóloga/o. Para a  
84 próxima edição estão preparando entrevista com uma psicóloga que trabalha na Fundação  
85 Casa de São Paulo, portanto, retratará um dia de trabalho de uma psicóloga que atua junto  
86 a adolescentes em conflito com a lei. Ainda, ao final do Jornal, há a sessão “Estante”, que  
87 é onde há dicas culturais de livros, exposições e filmes que podem estar relacionados ao  
88 tema da psicologia ou, também, abordar assuntos mais amplos da sociedade. Ou seja,  
89 aquilo que considerem pertinentes. Mas, algumas sessões não são fixas no Jornal, por  
90 exemplo, “América Latina” pode ser substituída por “Matéria Especial” em alguma edição.  
91 Portanto, são diversas sessões que podem ser escolhidas para comporem o Jornal de  
92 acordo com os temas que pretendam discutir. Para a próxima edição, resolveu-se pegar  
93 como gancho o dia “08 de março”, para fazer a matéria de capa sobre a questão de gênero  
94 na Psicologia. Finaliza dizendo que é um prazer poder voltar a fazer esse trabalho, pois  
95 gostou muito de realizar esse trabalho. Coloca-se a disposição para perguntas e para  
96 sugestões de pauta, também, para outras edições do Jornal. Ivani Francisco de Oliveira  
97 informa que estão trabalhando bastante com essa próxima edição. Há um grande acúmulo  
98 de matérias represadas, coisas que aconteceram desde o segundo semestre de 2016.  
99 Mas, para a próxima edição, a ideia é que se abra diálogo por e-mail entre as/os  
100 conselheiras/os, para receber sugestões. Não caberá tudo, mas tentará ouvir a todas/os.  
101 Considerações dos presentes: a) Luciana Stoppa comenta que esta não é uma edição que  
102 será preciso construir a pauta, devido ao avançado do tempo. Nas próximas edições  
103 buscarão a construção coletiva. Diz que gostaria de saber em que momento começariam a

104 organizar a próxima edição e de que forma abririam para as/os conselheiras/os, para  
105 comissões gestoras e para as pessoas que colaboram com o Conselho, ou seja, saber  
106 sobre o cronograma. b) Gabriela Moncau responde que, conforme as sessões que foram  
107 citadas, já está aberta a possibilidade de colaborarem, então, se alguém tiver alguma ideia,  
108 algum assunto na subsede que considera interessante, alguma pauta que acha importante,  
109 já pode entrar em contato com ela ou com a conselheira Ivani Francisco de Oliveira. Cita  
110 como exemplo que o gestor Juliel Modesto, por conta de uma pauta que sairá nesta  
111 edição, já fez proposta de outro tema, que possivelmente entrará na edição seguinte. Claro  
112 que estão focados no fechamento da edição atual do Jornal, mas já estão recebendo  
113 propostas para a próxima edição. A edição que estão fechando será referente aos meses  
114 de fevereiro, março e abril. A próxima será dos meses de maio, junho e julho. Sobre o  
115 cronograma, esta semana a edição está em fechamento e na próxima deve ser  
116 encaminhada para a gráfica. Assim, se não houver problemas, estará impresso em mãos  
117 no começo de março. A partir daí, já consegue fazer reunião da pauta um pouco mais  
118 específica e organizada sobre a edição seguinte. Portanto, prevê que na segunda metade  
119 de março devem fechar as pautas da edição 192. Se despede e deixa o plenário neste  
120 momento. **1.4) Apresentação das/os presentes** – Suely Ortiz comenta que a plenária  
121 conta com a presença de algumas outras pessoas e, assim, circulará uma lista de  
122 presença para que essas pessoas assinem. Maria Rozinetti diz considerar importante que  
123 as pessoas possam se apresentar. Vinicius Cesca de Lima questiona se será uma rodada  
124 geral de todas/os presentes, porque apresentação é uma via de mão dupla. A mesa  
125 diretora indica que sim, que seja feita uma rodada de apresentação de todas/os.  
126 Apresentação das/os presentes: 1) Vinicius Cesca de Lima, conselheiro do CRP SP, na  
127 Psicologia compõe um coletivo que se identifica com o nome de Integra - Movimento por  
128 uma Psicologia Coletiva. 2) Bruna Lavinias Jardim Falleiros, conselheira desta gestão e  
129 também compõe o Integra - Movimento por uma Psicologia Coletiva. 3) Márcia Barral já se  
130 apresentou anteriormente, e está entrando para assessorar técnica e politicamente a  
131 Diretoria. 4) Aristeu Bertelli, também conselheiro deste Conselho, presidente destituído em  
132 setembro do ano passado e também faz parte do Integra - Movimento por uma Psicologia  
133 Coletiva. 5) Mary Ueta, conselheira e coordenadora da Subsede Baixada Santista e Vale  
134 do Ribeira, também compõe o Integra – Movimento por uma Psicologia Coletiva. 6)  
135 Lucimara Bassi, psicóloga. 7) Amélia, psicóloga. 8) Juliel Modesto, psicólogo convidado  
136 pelo XV a colaborar com o CRP no Núcleo de Trânsito e Mobilidade Urbana, na Subsede  
137 Vale do Paraíba Litoral Norte, e no CFP na Comissão de Mobilidade Urbana e Trânsito. 9)  
138 Magna Barboza Damasceno, psicóloga, coordenadora da Subsede Metropolitana e da

139 Comissão de Auditoria e Controle Interno. 10) Milton Sabbag, psicólogo. 11) Rodrigo  
140 Toledo, conselheiro do XV Plenário, neste momento está na presidência da Comissão de  
141 Ética da Câmara de Mediação e no GT História e Memória da Psicologia. 12) Beatriz  
142 Borges Brambilla, conselheira eleita pelo Movimento Cuidar da Profissão. 13) Ivani  
143 Francisco de Oliveira, conselheira eleita pelo Movimento Cuidar da Profissão,  
144 coordenadora da Subsede Grande ABC, coordenadora adjunta do Núcleo Psicologia e  
145 Relações Étnicorraciais, também faz parte atualmente da coordenação da Comissão de  
146 Comunicação. 14) Beatriz Mattos, conselheira nesta gestão 2016-2019, coordena a  
147 Subsede Ribeirão Preto, compõe o Núcleo de Psicologia e Deficiência, Educação e  
148 Medicalização, e Trânsito e Mobilidade Urbana. 15) Ivana do Carmo Souza, psicóloga, faz  
149 parte deste XV Plenário, coordenadora da Subsede Sorocaba e compõe o Núcleo  
150 Assistência Social. 16) Maria Mercedes Guarnieri, psicóloga, conselheira eleita pelo  
151 Movimento Cuidar da Profissão. 17) Luiz Humberto, psicólogo. 18) Odair Sasse, psicólogo.  
152 19) Kleber Chaves, compõe a Comissão Gestora da Subsede São José do Rio Preto. 20)  
153 Sarah Faria, subcoordenadora da Subsede Bauru, coordena a Comissão de Ética da  
154 Subsede e é membro do Núcleo Psicoterapias. 21) Regiane Aparecida Piva, conselheira,  
155 presidenta da Comissão de Orientação e Fiscalização, participa das discussões que  
156 envolvem a Psicologia em interface com a Justiça. 22) Karen Dotto, psicóloga, funcionária  
157 do Conselho há dez anos, portanto, concursada, e Coordenadora Técnica da COF. 23)  
158 Cláudio Capitão, psicólogo, pertence ao coletivo Psicologia e Democracia. 24) Reginaldo  
159 Branco da Silva, conselheiro do XV Plenário, coordena atualmente a Comissão de Direitos  
160 Humanos. 25) Luciana Mantovani, funcionária do Conselho há quinze anos, atua como  
161 coordenadora técnica da Comissão de Ética. 26) Paulo Hamilton, assessor jurídico do  
162 Conselho de Psicologia. 27) Diógenes Pepe, da administração. 28) Adolfo Benevenuto,  
163 funcionário, trabalha com o site do Conselho. 29) Sandra Ribeiro, funcionária do Conselho,  
164 trabalha no setor de Secretaria. 30) Maria Rozineti Gonçalves, conselheira pelo Movimento  
165 Cuidar da Profissão, compõe atualmente, a Diretoria, é ligada ao campo da Educação,  
166 assim, do Núcleo da Educação e Medicalização e ao Núcleo Psicologia e Deficiência, bem  
167 como, também compõe a Comissão de Orientação e Fiscalização. 31) Suely Ortiz,  
168 conselheira eleita pelo Movimento Cuidar da Profissão, compõe o Núcleo de Criança e  
169 Adolescente e apoia outros núcleos na região de Campinas. 32) Luciana Stoppa, está na  
170 presidência do CRP SP, compõe o coletivo legitimamente eleito para gestão 2016/2019,  
171 colabora com o Núcleo Psicologia e Deficiência, e compõe o Núcleo Educação e  
172 Medicalização. Registra que há pessoas que estão presentes e que foram convidados.  
173 Conhecem os meios, mas diz aos demais que podem permanecer. Apenas, gostaria de

174 registrar o que está acontecendo, porque se trata de uma reunião plenária, um espaço em  
175 que as/os conselheiras/os tem de deliberação e de decisão política do plenário. Neste  
176 espaço são realizadas discussões, inclusive, de responsabilidade dessas pessoas que  
177 compõem o XV Plenário do CRP SP. Há outros espaços de participação democrática  
178 dentro do Sistema Conselhos que são as Assembleias e os outros eventos que fazem.  
179 Então, menciona que gostaria de deixar registrado que se trata de uma reunião plenária  
180 legitimamente ocupada pelas/os conselheiras/os do XV plenário do CRP SP. As pessoas  
181 que estão presentes como convidadas irão permanecer, mas gostaria que ficasse  
182 registrada em ata essa questão. **1.5) CREPOP - Pesquisa Direitos Sexuais e**  
183 **Reprodutivos** – A conselheira Beatriz Brambilla apresenta o levantamento para a  
184 pesquisa sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos e Violência Obstétrica, bem como do  
185 calendário de execução. Menciona que todas/os devem estar recebendo os e-mails  
186 enquanto CREPOP. Na plenária antes da APAF, conversaram um pouco sobre como o  
187 CREPOP nacional tinha se organizado e de quais seriam as demandas prioritárias  
188 considerando que a gestão anterior do Conselho Federal de Psicologia não concluiu as  
189 pesquisas que estavam em andamento e a pesquisa foi publicada sem validade técnica,  
190 não favorecendo uma leitura compreensiva a partir da metodologia participativa da  
191 CREPOP de levantamento qualitativo, inclusive de como se dá atuação das/os  
192 psicólogas/os com os Direitos Sexuais e Reprodutivos e a Violência Obstétrica.  
193 Considerando esse cenário, entende que era importante reconstruir a pesquisa, garantindo  
194 a participação direta das/os psicólogas/os, especialmente da etapa de grupos focais em  
195 entrevistas. Dessa forma, foi deliberado na última APAF que no primeiro semestre de 2018  
196 sistematizarão e irão refazer a pesquisa de Direitos Sexuais e Reprodutivos. No segundo  
197 semestre construirão a pesquisa sobre a RAPS – Rede de Atenção Psicossocial. No  
198 primeiro semestre, terão três momentos distintos: 1) Mapeamento dos marcos lógicos e  
199 legais que de alguma forma dialogam com as questões relacionadas aos direitos sexuais e  
200 reprodutivos e à violência obstétrica. Informa que isso tem sido feito de maneira interna no  
201 CRP SP em parceria com outras Comissões, mas é um trabalho de levantamento  
202 documental e técnico, e, assim, tem sido feito pela equipe técnica do CREPOP SP e de  
203 todos os CREPOPs. Consideram tanto legislações estaduais quanto municipais e  
204 nacionais. 2) Mapeamento e entrevista qualitativa e quantitativa com instituições gestoras,  
205 secretarias e psicólogas/os. Para isso, todas/os (subsedes e núcleos) devem ter recebido  
206 nas últimas semanas uma solicitação de indicativo de instituições e de psicólogas/os que  
207 trabalham com a temática de Direitos Sexuais e Reprodutivos. Fizeram uma conversa  
208 enquanto CREPOP para que produzam um recorte considerando a realidade do estado de

209 São Paulo. Esse recorte, com relação a questão das mulheres, considerará a questão  
210 racial, a questão das pessoas com deficiência, de usuárias de álcool e outras drogas e  
211 crianças e adolescentes, considerando as maiores violações dos direitos sexuais e  
212 reprodutivos dessas populações. Então, em São Paulo fizeram um levantamento de  
213 algumas instituições no município e de outros órgãos ligados a temática, em especial,  
214 Conselhos que também debatem a questão LGBT, da castração química e outras  
215 temáticas. Solicita ao plenário que responda ao levantamento, porque isso auxiliará para  
216 esta metodologia já consolidada, inclusive de produção de pesquisa. 3) E, por último, a  
217 produção de referências técnicas que mostram o recorte de como São Paulo produziu e  
218 como os outros estados também produzirão a pesquisa. Informa que pensaram em  
219 organizar um Comitê Gestor da pesquisa, tendo feito reunião com o Núcleo Sexualidade e  
220 Gênero (NSG). O NSG já fez o indicativo de quem são as psicólogas que acompanharão e,  
221 então, pensaram em construir como um comitê gestor da pesquisa com psicólogas/os  
222 convidadas/os que trabalham com a temática ou que são especialistas na temática. O  
223 Núcleo Saúde não pôde estar junto. Relata que está pautada a recomposição das  
224 Comissões de Políticas Públicas e CREPOP, que tem a indicação específicas de  
225 psicólogas que trabalham com a temática, para construir de forma consultiva e com o rigor  
226 técnico metodológico necessário para execução da pesquisa. Este é o debate que está  
227 sendo realizado no momento. Conta que Edson Ferreira, técnico do CREPOP, participará  
228 de uma formação em Brasília com todas/os demais técnicas/os de CREPOP do Sistema  
229 Conselhos, para execução da metodologia qualitativa. Após isso, farão levantamento em  
230 todo o estado, em parceria com outras Comissões, inclusive COE e COF, e com os  
231 núcleos, também para que possam organizar a forma de aproximação com as/os  
232 psicólogas/os. Outra discussão importante é o que fazer com as informações coletadas,  
233 porque São Paulo traz um recorte que é diferente do restante do país, pelos serviços que  
234 são ofertados. Então, estão pensando em também mapear e oferecer isso de maneira  
235 conjunta com os órgãos do Sistema de Justiça sobre os serviços que são ofertados em  
236 cada região do estado para atender às questões relacionadas aos direitos sexuais e  
237 reprodutivos. Assim, quem tiver interesse ou indicação de psicólogas/os e serviços, podem  
238 indicar à ela ou para o técnico Edson Ferreira, para que possam construir e trazer informes  
239 ao plenário. **1.6) Comissão de Direitos Humanos** - Reginaldo Branco da Silva diz que  
240 fará um informe acerca da Comissão de Direitos Humanos, que constava na pauta como  
241 ponto de discussão. Relata que fará esse informe em parceria com a conselheira Bruna  
242 Falleiros, a respeito de um projeto que está sendo realizado pelo Conselho Federal de  
243 Psicologia atualmente, que iniciou em 2017 e que continuará este ano, que é de coleta de

244 depoimentos de pessoas LGBT que passaram por algum tipo de tratamento de reversão  
245 da sua orientação sexual. Pela Comissão de Direitos Humanos, quem está fazendo parte  
246 dessa coleta de depoimentos é Mônica Marques, coordenadora da Comissão. O CRP SP  
247 conseguiu coletar três depoimentos, de três pessoas que se dispuseram contar sobre  
248 como passaram por seu tratamento. Os depoimentos deveriam ter se encerrado no final de  
249 janeiro ou fevereiro, para que fosse possível lançar esse depoimento no Seminário  
250 Nacional de Direitos Humanos, que vai ocorrer no final do mês de abril. Mas, como houve  
251 atraso de alguns Regionais nessa coleta, o lançamento dessa edição será adiado. Então,  
252 fica a tarefa dessa ação, que está com a Comissão de Direitos Humanos, em parceria com  
253 o Núcleo Sexualidade e Gênero, de fazer o lançamento em São Paulo. No planejamento,  
254 foi alocada verba para fazer a publicação, ou seja, publicar mais edições, para poder fazer  
255 esse lançamento no estado. Relata que Bruna Falleiros foi responsável por realizar duas  
256 coletas e, portanto, pode falar sobre como isso foi feito. Porém, no momento, estão  
257 aguardando os Regionais terminarem a coleta, para poder receber o material para  
258 gravação, lançamento da publicação no CFP e, posteriormente, lançamento também no  
259 Regional de São Paulo. Bruna Falleiros diz que as informações são essas, mas gostaria  
260 de acrescentar que ficou uma demanda explícita, até pelas coletas, sobre a questão da  
261 laicidade. Psicólogas/os cristãs/ãos que acabam por desenvolver as ações por essa via. É  
262 uma discussão difícil, mas acredita que seja uma discussão urgente e que precisa ser  
263 construída junto com o Núcleo Laicidade. Diz que os depoimentos traziam muito conteúdo  
264 nesse sentido. Manifestações das/os presentes: 1) A coordenadora técnica, Karen Dotto,  
265 questiona se o lançamento em São Paulo será do material nacional organizado pelo CFP  
266 ou somente do estado. 2) Bruna Falleiros responde que se trata de um material único do  
267 CFP e do CRP SP. Não será um livro de depoimentos corridos. A ideia é entrelaçar os  
268 depoimentos em temáticas específicas, de forma a não expor as pessoas. Aqueles  
269 depoentes que desejarem ser nomeados, poderão, mas a publicação não será um relato  
270 de depoimentos. 3) Reginaldo Branco da Silva comenta que tinha programado fazer o  
271 lançamento em São Paulo no final de junho de 2018, considerando que dia 28/06 é dia do  
272 orgulho LGBT, pois estava previsto o lançamento pelo CFP em abril. No entanto, como  
273 atrasará o lançamento nacional, não sabe mais quando ocorrerá a atividade em São Paulo.  
274 4) Bruna Falleiros complementa que a ideia do lançamento em São Paulo é contar com a  
275 presença das pessoas que fizeram o depoimento aqui. **1.7) GT Nacional Resolução CFP**  
276 **nº 01/99** – Bruna Falleiros solicita informe de esclarecimento sobre o que ocorreu na última  
277 APAF a respeito do GT sobre a Resolução CFP nº 01/99, quando o CRP SP saiu do GT.  
278 Foi defendido pelo CFP e pelos demais a alteração do nome do GT, que deixaria de

279 discutir somente a Resolução e passaria a discutir a diversidade sexual e de gênero, bem  
280 como a manutenção da composição. A região Centro-Oeste solicitou sua inclusão, pois era  
281 uma região que não tinha representantes e a região Sudeste insistiu em uma  
282 recomposição com a retirada deste CRP SP, representado por Rodrigo Toledo (titular) e  
283 por ela própria (suplente), do GT. A questão foi encaminhada por Maria Carolina Fonseca  
284 Barbosa Roseiro, do CRP 16 (Espírito Santo), com uma fala que considera bastante  
285 problemática. Disse que o CRP 04 (Minas) representará a região de uma forma mais  
286 cabível em um grupo de diversidade sexual e gênero, em relação ao CRP SP. Assim,  
287 gostaria de entender como ela chegou a essa conclusão depois de uma conversa com  
288 Luciana Stoppa e Ivani Francisco de Oliveira. Diz não saber se seria mais cabível a  
289 participação do CRP SP, mas cita que o CRP SP se fez presente no GT com dois  
290 representantes, participaram de todas as trocas de forma implicada, fizeram reunião com  
291 grupo de pessoas da cidade de São Paulo e do Centro de Referência e Treinamento  
292 DST/AIDS-SP, que discute essa temática, a fim de levar proposições para o CFP. Pelo que  
293 sabe, foi o único Regional que fez isso. Pedro Paulo foi a um evento grande no Nordeste  
294 sobre sexualidade e gênero. Assim, gostaria de entender porque o CRP SP foi retirado,  
295 sendo que a plenária estava encaminhando de outra forma. Questiona o que seria uma  
296 representação mais cabível que a realizada pelo CRP SP e o que não deram conta de  
297 fazer, conforme foi apontado por uma conselheira de outro Regional. Manifestações das/os  
298 presentes: 1) Luciana Stoppa diz que Bruna Falleiros deve considerar que essa foi uma  
299 fala de uma conselheira de outro Regional, feita em um espaço que não é o espaço público  
300 da APAF. Poderá verificar na gravação qual foi a fala. 2) Bruna Falleiros diz que a fala é às  
301 3 horas e 03 minutos da gravação. 3) Luciana Stoppa comenta que não sabe se Bruna  
302 Falleiros já participou de alguma APAF, mas é um espaço onde são feitas uma série de  
303 negociações para a construção de GTs, a fim de garantir a composição por região. Então,  
304 se Bruna estivesse junto na negociação que fez junto a Ivani Francisco de Oliveira com as  
305 conselheiras do CRP Minas Gerais e do CRP Espírito Santo, teria visto que não gostariam  
306 de ter retirado a participação do CRP SP. Não consideraram isso bom, mas tiveram que  
307 negociar com outros Regionais da região sudeste. O CRP SP já compôs GTs em outros  
308 momentos e tiveram que negociar a composição deste GT. 4) Bruna Falleiros explica que a  
309 conselheira coordenadora do GT do CFP e a mesa do CFP defenderam a manutenção da  
310 composição justamente porque as pessoas já estavam construindo a discussão. Todos os  
311 demais Regionais se mantiveram, somente o CRP SP foi retirado. 5) Luciana Stoppa  
312 responde que se Bruna Lavinias estive presente teria visto que mantiveram o nome de  
313 Rodrigo Toledo até o último momento, quando os representantes do CRP Espírito Santo

314 questionaram acerca do combinado. É preciso ver que houve várias questões em termos  
315 de diálogo com outros Regionais. Existe a discussão nacional do Sistema Conselhos, a  
316 composição do GT por região e, na negociação com Minas Gerais e Espírito Santo,  
317 tiveram que ceder espaço nesse GT, infelizmente. 6) Bruna Falleiros responde que tem  
318 acompanhando essa discussão da APAF e todas as pessoas se colocavam defendendo a  
319 manutenção do GT da forma como estava. Considera curioso que o CRP SP não tenha  
320 tido competência para manter o combinado coletivo da APAF. Fica decepcionada com a  
321 inabilidade da conduta dessa discussão. 7) Regiane Piva comenta que a plenária é o  
322 momento político de discussão, assim como acontece com a APAF. Diz que São Paulo  
323 tem um histórico de participação e de ceder espaços de participação para outros CRs da  
324 região sudeste. Considera que todos os temas debatidos em GTs são importantes, porque  
325 o Conselho de Psicologia é para discutir a Psicologia. Sua defesa é que, se tiverem  
326 disponibilidade e vontade de compor discussões, pode ser feito independente de quem  
327 representa a região sudeste no GT. Na gestão passada conseguiram levar dissensos de  
328 discussões da região sudeste, mesmo não sendo o CRP SP que representava a região,  
329 como exemplo, cita o grupo que discutia as questões de escuta de crianças e adolescente.  
330 Portanto, a discussão não deve ser para estar representando a região sudeste, mas para  
331 que se articule junto com quem representa a região, para defender o que terá como defesa  
332 de São Paulo. Para ela, não estar mais coordenando o GT não significa incompetência e  
333 inabilidade, mas que, politicamente, às vezes é preciso ceder para outro CRP, que todos  
334 podem ocupar esse lugar, não somente São Paulo, e que isso não impede que se leve o  
335 posicionamento de São Paulo, desde que se tenha vontade política para isso e se articule.  
336 Diz que é possível, inclusive, participar das reuniões telefônicas do grupo, se solicitar. 8)  
337 Vinícius Cesca agradece a fala honesta da Luciana Stoppa quando reconhece que há uma  
338 negociata em torno do tema. Entende que isso deve ser pontuado de forma positiva, que é  
339 uma negociata. Considera que a fala é insuficiente porque não expõe o conteúdo da  
340 negociação. Considera isso importante do ponto de vista do debate público. Se fosse para  
341 ser algo privado, do campo de “se você estivesse lá você saberia”, não tinha motivo para  
342 transmitirem a APAF *online*. A APAF é transmitida online para que qualquer psicóloga/o ou  
343 pessoa interessada possa saber o que está sendo discutido. Assim, apresentar que a  
344 razão “se você estivesse lá, você saberia”, de algo que foi discutido em outro espaço que  
345 não o espaço público é bastante revelador. E, uma vez que isso foi evocado, pode dizer  
346 que esteve na APAF e também não soube. De qualquer forma, como já esteve em outros  
347 momentos, considera que podem contar publicamente como acontece. A APAF dura  
348 sábado e domingo. Na sexta-feira à noite, o Movimento Cuidar da Profissão faz uma

349 reunião paralela e, é nesse espaço, onde decidem o que vai ser encenado no sábado e no  
350 domingo. Nesta reunião, decidem a ordem da pauta, os encaminhamentos, o que será  
351 deliberado. Como o “Cuidar da Profissão” sabe que tem a maioria dos Conselhos  
352 Regionais para deliberar nos dias seguintes, faz essa reunião paralela, fora do espaço  
353 público, e decide a pauta e o que vai ser encaminhado. No sábado e domingo vão todos  
354 encenar aquilo que já foi decidido em outro espaço. Mas, tem coisa que não dá para  
355 combinar tão bem, e, para isso, há um grupo de *WhatsApp* que fica ativo. Se assistirem ao  
356 vídeo, podem ver que as pessoas ficam o tempo todo trocando mensagens nesse espaço  
357 virtual paralelo, que é onde as coisas são negociadas e encaminhadas. Assim, explica  
358 para Bruna Falleiros, que não estava lá e não sabe como funciona e, também não saberia  
359 porque é algo que acontece em um espaço paralelo. No espaço público é o que é possível  
360 ver na gravação e nela aparece algo diferente do que foi falado. De qualquer maneira,  
361 entende que é imprescindível entender esse encaminhamento, porque quem estava na  
362 delegação da APAF lá vai com mandato, não vai para se auto representar. Portanto, vai  
363 incumbido de um mandato de representação que o plenário conferiu. Não é à toa que  
364 gastaram horas na véspera da APAF discutindo o que levariam. Se fosse para quem está  
365 na delegação fazer o que entende que é melhor no momento, não precisariam ter esse  
366 processo de debate coletivo antecedente. Neste debate coletivo, discutiram que se tivessem  
367 propostas de mudança, discutiriam na plenária antes de levar para a APAF. Portanto, não  
368 ter havido proposta de mudança anterior, pelo seu entendimento, impede quem estava  
369 representando o plenário de fazer uma proposta de mudança. Ao contrário, o plenário pôde  
370 apreciar uma possibilidade de mudança e rejeitou essa possibilidade. Quem estava na  
371 delegação do CRP SP na APAF não tinha outra escolha, do ponto de vista da  
372 representação, que não fosse defender aquilo que o plenário colocou. Considera honesto  
373 que Luciana Stoppa reconheça que fez na APAF algo diferente do que o plenário havia lhe  
374 dado enquanto mandato e considera imprescindível não é dizer que podem ter um GT, isso  
375 é óbvio, mas dizer quais são os termos dessa negociação, o que foi negociado, em nome  
376 de que foi negociado. Considera que seria importante, minimamente, para entenderem  
377 aquilo que deveria ser público, mas, infelizmente há um método majoritário de gestão que  
378 impede que isso seja público e faz como que vá para o campo do privado. 9) Luciana  
379 Stoppa menciona que o conselheiro Vinicius Cesca esteve presente na APAF e aproveita  
380 para registrar que ele foi eleito pelo plenário para estar na APAF, mas não permaneceu o  
381 tempo todo, com dinheiro custeado pelo Conselho. Registra que o conselheiro indicado  
382 como delegado pelo CRP SP para a APAF não esteve presente no segundo dia da APAF,  
383 quando essa discussão aconteceu. Esta gestão tem um princípio que é de representar o

384 Sistema Conselhos de Psicologia. São Paulo não está sozinho e articulou com outros  
385 Regionais que compõe o Sistema Conselhos, entendendo que poderia compor o diálogo  
386 na discussão do GT que se formou, que é o GT para discutir as questões das mulheres. O  
387 CRP SP entendeu, junto às presidências de outros Regionais, que poderia negociar e  
388 compor coletivamente essa discussão. 10) Vinicius Cesca diz que houve tentativa de  
389 cassar sua palavra. Diz que Luciana Stoppa foi leviana ao falar sobre o custeio de sua  
390 participação na APAF. Pode demonstrar isso, inclusive, se necessário, pelas vias judiciais.  
391 Houve recurso público somente para o custeio do dia de sua participação, e a afirmação de  
392 Luciana Stoppa é mentirosa como de costume. Quer reparar essa informação, até porque  
393 isso trata de uma questão pública, que foi gravada. Há essa abertura de possibilidades,  
394 não têm como saber das negociações de bastidores, mas dá, ao menos, para saber o que  
395 acontece no espaço público. Comenta que não foi nenhuma surpresa, pois o CRP SP sabia  
396 disso com antecedência. Assim, não entende o comentário de Luciana Stoppa, que é  
397 mentiroso, pois apenas para um dia esteve envolvido recurso público para sua  
398 participação, uma vez que o próprio CFP já sabia dessa informação com relativa  
399 antecedência. **1.8) Repositório Digital** – Rodrigo Toledo informa que constará no Jornal  
400 Psi informe sobre o Repositório Digital. Entende que todas/os vêm acompanhando o  
401 processo de enquete que está sendo feito este mês. O GT História e Memória teve um  
402 trabalho árduo de escolha de cinco psicólogas/os que, de alguma maneira, representavam  
403 a Psicologia e que qualquer uma delas pudesse, ao ser escolhida, ser homenageada para  
404 o lançamento do repositório. Informa que estão em votação os seguintes nomes: Ecléa  
405 Bosi, Fúlvia Rosemberg, Iara Iavelberg, Maria Nilde Mascellani e Virgínia Bicudo. A  
406 enquete estava programada para encerrar no dia 19 de fevereiro, mas prorrogaram até o  
407 dia 28. Tem Campanhas sendo feitas para todas elas. Duas delas estão em destaque e  
408 gostaria de convocar a todas/os presentes a votar, caso ainda não tenham feito e não  
409 estejam acompanhando. Também, que conheçam a Linha do Tempo, que foi atualizada  
410 com bastante agilidade. Tão logo encerrem a enquete, irão planejar o lançamento e o  
411 processo de homenagem a essas/as psicólogas/os. Destaca, também, que tem feito  
412 contato com outros Centros de Memória e Documentação, tanto em São Paulo, quanto  
413 fora. Acredita que isso incrementará o trabalho no CEDOC. Comenta, ainda, que tiveram  
414 contato com familiares de uma das psicólogas que está concorrendo para ser  
415 homenageada e a família disponibilizou, caso ela seja a psicóloga escolhida pela  
416 categoria, todo o acervo da Psicóloga para o Centro de Documentação do CRP SP. Não  
417 dirá qual é, para não influenciar ninguém a ter esse voto. Mas, isso traz um indicativo  
418 importante a respeito do quanto as famílias, as/os psicólogas/os e a categoria de uma

419 maneira geral estão bastante empenhados nesse trabalho. Aqueles que já votaram, devem  
420 ter visto que os números, dia a dia, estão sendo alterados. Em breve, terão informações  
421 sobre o lançamento do Repositório e considera que será algo bastante interessante. Têm  
422 feito contato com todos os departamentos do Conselho para que possam criar um fluxo de  
423 envio das informações para o CEDOC e para o Repositório, para que toda produção feita  
424 pelo Conselho, de fato, esteja disponível de forma democrática para toda categoria. Um  
425 grande avanço é que serão o primeiro Conselho profissional a ter um repositório  
426 disponibilizando esses dados. Adolfo Benevenuto já foi embora, mas ele o explicou que  
427 não podem votar utilizando o mesmo *wi-fi*, se fizerem isso, contará como um único voto.  
428 Portanto, é importante que votem em internet própria. Manifestações das/os presentes: 1)  
429 Regiane Piva questiona se pode votar mais de uma vez. 2) Rodrigo Toledo explica que  
430 poderiam utilizar o IP para limitar o voto e garantir que fosse fidedigno, mas escolheram  
431 não utilizar, então, é sim possível votar mais de uma vez. Relata que há duas psicólogas à  
432 frente e está evidente que há votos repetidos. Portanto, farão uma triagem, uma inspeção  
433 de duplicidade. Mas é possível votar mais de uma vez, sim. **1.9) Mais apresentações** –  
434 Como outras pessoas chegaram à plenária após as apresentações iniciais, solicita-se a  
435 essas pessoas que também se apresentem. Luis Carlos, psicólogo, já foi tesoureiro,  
436 presidente do Sindicato dos Psicólogos e tesoureiro da ABEP - Associação Brasileira de  
437 Ensino de Psicologia. Fernando Freitas, psicólogo. Rodrigo Presotto, conselheiro do CRP  
438 SP, coordenador da subsede de Campinas e subcoordenador do Núcleo Saúde. Edgar  
439 Rodrigues, conselheiro e coordenador da Subsede Assis. Ruth Rodrigues, assistente  
440 administrativa temporária da Secretaria. **1.10) Atas de Plenárias** – Suely Castaldi Ortiz da  
441 Silva informa que as minutas das atas das plenárias nº 1991 e 1999, que estão para leitura  
442 de conselheiras/os que ocuparam lugar de secretários, a primeira delas com conselheiro  
443 Vinícius Cesca, e a segunda com ela própria. Há outras atas que estão sendo  
444 confeccionadas pelo Departamento de Secretaria. Outras duas já foram concluídas e já  
445 passaram pelo processo de revisão, são elas: 2004, que está praticamente finalizada e  
446 deve ser encaminhada para leitura do plenário na segunda-feira, e 2011, que já possui  
447 alguns pontos degravados e logo deverão ser encaminhadas para avaliação. Luciana  
448 Stoppa dos Santos comenta que devido ao grande volume de informações registradas nas  
449 atas, deliberaram a contratação de uma equipe para fazer a degravação das falas, de  
450 modo a auxiliar o trabalho das funcionárias de Secretaria. Isso potencializará a confecção  
451 dessas atas. **1.11) Implantação do Sistema SEI, Portal da Transparência e**  
452 **Transparência no CRP SP** – Suely Ortiz comunica que retomaram, junto ao Conselho  
453 Federal e dos técnicos que trabalham no CFP, discussão acerca de sistemas, assim,

454 possui algumas novidades nesse sentido. Sobre o Sistema SEI, o CFP contou sobre todo o  
455 processo vivenciado. Estiveram no CRP SP no dia 15 de fevereiro. Na implantação no  
456 CFP, tiveram uma equipe cuidando disso, sendo que foi importante terem cuidado primeiro  
457 de todos os fluxos, para, então, realizarem a passagem para o Sistema. Como técnicos do  
458 CRP SP, participaram os funcionários Adolfo Benevenuto e Alexandre Morgado. Há uma  
459 equipe trabalhando com um cronograma que será criado, de modo a dar conta da  
460 implantação, inclusive tendo uma empresa que possa, primeiramente, esclarecer como o  
461 sistema tem funcionando, informar as pessoas, colocar cursos à disposição. Alguns  
462 funcionários já fizeram esse curso, mas outros ainda não. Há também a ideia de fazerem  
463 uma espécie de plantão de dúvidas. Estão com a expectativa de que nos próximos meses  
464 já tenham avançado bastante nesse sentido. Com relação ao Portal da Transparência,  
465 informa que há algumas limitações que não são novidade para ninguém. Uma delas é a  
466 migração dos dados da folha de pagamento, de ajuda de custo e de passagens aéreas,  
467 que é o tipo de informação que, necessariamente, precisa estar no Portal. Há a  
468 incompatibilidade de migrar de um sistema para o outro, o que era um assunto já cuidado  
469 anteriormente. A novidade é que o Conselho Federal de Psicologia e seus técnicos estão  
470 desenvolvendo um sistema nomeado como Siga, que conseguirá fazer a adaptação e  
471 migração dos dados. Estavam trabalhando no sentido de tentar desenvolver isso, mas  
472 agora estão aguardando a finalização desse Sistema. Relata que a equipe do CRP SP  
473 também está se reunindo para pensar em saídas, sendo que Adolfo Benevenuto tem  
474 acompanhado e participado de perto. Marcia Barral complementa que na migração dos  
475 dados há uma confusão das linguagens entre o sistema que este Regional utiliza e o do  
476 Federal. Os técnicos de TI, o supervisor e o analista de tecnologia de informação do CFP  
477 já pegaram todas as planilhas do CRP SP para estudar a possibilidade de compatibilização  
478 e, de acordo inclusive com o pessoal da empresa que presta o serviço para o Conselho  
479 que esteve na última quinta-feira aqui, tudo indica que será possível uma adaptação das  
480 planilhas, que fará com que os dados sejam facilmente inseridos no Portal da  
481 Transparência. A respeito do SEI!, uma das possibilidades, e está articulando para isso, é  
482 que o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão venha ao CRP SP para  
483 fazer esse trabalho de palestras de informação das/os profissionais todas/os e de uma  
484 maneira que organizariam o próximo período, para, então, apresentarem à plenária o  
485 cronograma final. Maria Rozineti Gonçalves comenta que também esteve presente à  
486 reunião e complementa que deu andamento ao que já vinha sendo construído. Essa  
487 reunião disparou alguns importantes caminhos, especialmente, do Siga, que foi uma  
488 ferramenta paralela que não caminhou muito porque não foram alimentados os dados. É

489 uma ferramenta paralela que o Federal está desenvolvendo e que não é recente. Relata  
490 que Adolfo Benevenuto chama o processo de customização, que é o momento de fazerem  
491 todos os ajustes. Estão caminhando com a questão da transparência para que a Lei seja,  
492 realmente, cumprida, ainda gradualmente. Há uma questão bastante importante, que a Lei  
493 é de anos anteriores. Teriam um dado cumulativo de informações a serem alimentadas.  
494 Então, estão fazendo a escolha de iniciar o processo pelos anos de 2017 e 2018, e  
495 seguirão atrás daquilo que for possível. Há a perspectiva de iniciar o processo de  
496 alimentação dos dados, inicialmente de forma ainda manual, porque o Conselho Federal  
497 precisa ainda trabalhar nisso por cerca de três meses. Adolfo Benevenuto já está  
498 trabalhando na customização e o prazo é curto. Relembra que o CRP SP definiu a  
499 autoridade de monitoramento de LAI e, considerando o GT Transparência, escolheram  
500 Beatriz Mattos, tendo um papel específico. Nesse sentido, indica a exclusão do ponto de  
501 pauta número 22, “Autoridade de Monitoramento da LAI”, pois já está resolvido. Se for  
502 necessário, podem solicitar auxílio do assessor jurídico, Paulo Hamilton, porque ele fez o  
503 levantamento sobre o papel da autoridade de monitoramento, também que não poderia ser  
504 funcionário. Há outra pessoa que é um servidor e estão em negociação com o CFP para  
505 saber se essa função ficará com a ouvidoria do CFP ou se deverá ser feita a migração. Em  
506 breve, o PCCS entrará em vigor, conforme Suely Ortiz há a perspectiva de terem um  
507 Ouvidor no CRP SP. Manifestações das/os presentes: 1) Vinicius Cesca de Lima estranha  
508 o ponto citado. Comenta que dissolveram o GT e contaram que estão fazendo processos  
509 que não são de responsabilidade da Diretoria, mas do GT instituído para esse fim, a  
510 despeito de o GT estar desde outubro solicitando informações sobre alguns processos,  
511 tendo a Diretoria se recusado a responder nos últimos meses sobre o assunto. Agora,  
512 informam uma série de processos que não são de responsabilidade da Diretoria, são  
513 responsabilidades que o plenário conferiu a um grupo de trabalho. Assim, questiona se a  
514 Diretoria dissolveu, por ato unilateral, a formação desse grupo de trabalho. Ainda, diz que  
515 algumas afirmações são estarrecedoras, como Maria Rozineti Gonçalves afirmar que  
516 cumprirão a lei de forma gradual, sendo que se trata de uma legislação de sete anos atrás,  
517 e há um Acórdão do Tribunal de Contas da União que estabeleceu o prazo máximo para  
518 que este Conselho fizesse era 2017. Assim, não existe mais prazo e pensar em uma  
519 perspectiva gradual é absurdo, vai sinalizando os encaminhamentos dados pela Diretoria  
520 que são contrários ao encaminhamento que o GT já deu às mesmas questões. Cita como  
521 exemplo que, quando se fala dessa ação gradual, quando o GT deliberou outro  
522 procedimento. Dizer que há incompatibilidade de Sistema que impede a informação é  
523 afrontar a inteligência das pessoas que usam a plataforma, porque há o dado que está

524 disponível, o que significa que há comunicação entre a base de informações e sua  
525 publicação. Apenas, desde setembro, os dados não são mais atualizados. Apenas para a  
526 disponibilização de um único conteúdo, não havia comunicação entre os sistemas. E, o GT  
527 vem solicitando alguma informação acerca disso, porque envolvia diálogo com Federal e  
528 que não foi respondida até o momento. Mas, para as demais informações, há completa  
529 condição para que sejam disponibilizadas, tanto que já estavam sendo disponibilizadas, e,  
530 subitamente, esse processo foi interrompido no final do mês de setembro do ano passado.  
531 Já supunha que o GT responsável pelo tema não recebia da Diretoria as informações  
532 sobre o assunto, mas agora viu que isso tem uma extensão mais significativa do que  
533 imaginava. Em setembro do ano passado, quando a atual Diretoria já tinha assumido,  
534 houve um monitoramento do TCU em relação ao cumprimento do Acórdão nº 96/2016, que  
535 já deveria estar plenamente cumprido há alguns meses. Questiona se houve algum retorno  
536 do TCU sobre esse monitoramento. Sabe-se que o CRP SP não cumpre o que está  
537 estabelecido na Lei de Acesso à Informação, ou o mínimo indicado para a transparência  
538 ativa. Com relação àquilo que Maria Rozineti tenta, de forma unilateral, encaminhar, a  
539 exclusão do ponto de pauta número 22, “Autoridade de Monitoramento da LAI”, que ele  
540 solicitou a inclusão e que não abre mão de que seja mantido. Não entende que a  
541 nomeação contempla todo o conjunto que entende necessário ser discutido e que não foi  
542 informado em relação a esse assunto. Na condição de solicitante do ponto e que está  
543 indicado como responsável por sua apresentação, entenderá que se tratou apenas de uma  
544 sugestão, mas que não é aceita por ele. Manterá o ponto porque entende que há mais  
545 coisas envolvidas que somente um informe de nomeação, ainda que entenda legítima essa  
546 nomeação. Há várias questões sobre o processo de monitoramento que precisam ser  
547 discutidas e aprofundadas no plenário. Registra seu estranhamento em relação a uma  
548 série de procedimentos que foram tomados, não somente à revelia, mas contrariando o  
549 que o GT tinha encaminhado. Parte do que a Diretoria informa aqui é uma falácia, não  
550 correspondendo à verdade, estão tentando justificar o injustificável em relação à falta de  
551 atualização de dados do Portal da Transparência do CRP SP. Permanece com duas  
552 questões: a Diretoria dissolveu unilateralmente o GT, já que agora estão tocando esta  
553 pauta a despeito do plenário ter decidido que era outra instância que ficaria responsável  
554 por ela e questiona se há algum retorno do TCU sobre o monitoramento que fez em  
555 setembro do ano passado. 2) Luciana Mantovani, coordenadora técnica de COE, questiona  
556 se durante a reunião com o CFP, eles comentaram sobre o Sistema SEI!, implantado no  
557 Federal e se já está implantado na fase recursos dos processo éticos. 3) Suely Ortiz  
558 responde que entenderam que foi plenamente implementado no CFP, eles tem um sistema

559 de protocolo (dois funcionários recebem todos os documentos físicos e eles são totalmente  
560 digitalizados), não há mais processamento de papel. O CFP contou isso durante a reunião.

561 4) Beatriz Mattos menciona que Vinicius Cesca traz algumas questões que precisam  
562 dialogar mas, entende que por estarem em um informe, não seria neste momento que  
563 fariam esse diálogo. Se concordarem com isso, gostaria de propor que fosse retomada  
564 essa conversa no ponto de pauta sobre a autoridade de monitoramento da LAI, tratem  
565 sobre a política de transparência. Diz que há muitas coisas do GT Transparência para  
566 conversarem e faz tempo que não trazem o assunto para a plenária. Porém, considera que  
567 se forem discutir isso neste momento, levará tempo, sendo que se trata apenas de um  
568 informe. Assim, entende que não é o momento. 5) Luciana Stoppa pontua, então, que  
569 discutirão as questões no ponto específico sobre a autoridade de monitoramento. **1.12)**

570 **Fórum de Gestores** - Conselheira Maria Rozineti comenta que farão o próximo Fórum de  
571 Gestores na perspectiva de ser o monitoramento do Planejamento Estratégico e vem ao  
572 encontro de uma conversa que tiveram. Na plenária anterior, trouxeram a ideia de fazerem  
573 um encontro e foi acatada, mas que está ao encontro dessa perspectiva de utilizar o Fórum  
574 de Gestores para fazer o monitoramento. Há alguns pontos de pauta que também são no  
575 sentido de avaliação dos processos, como “Avaliação da Comissão de Políticas Públicas”,  
576 “Avaliação da Comissão de Direitos Humanos” e “Avaliação da Comissão de Orientação e  
577 Fiscalização”. Entendem que será o momento para essas discussões. Relata que  
578 demandaram que todas/os respondessem de forma concisa às ações que foram  
579 planejadas e realizadas, planejadas e não realizadas e aquelas que foram realizadas, mas  
580 não haviam sido planejadas, bem como as justificativas. Receberão esse material para que  
581 possam trabalhar sobre ele durante o Fórum de Gestores. Estão buscando que seja um  
582 encontro agradável em sua dinâmica e têm feito uma pergunta que será disparada no dia  
583 desse encontro: pensando no COREP e no CNP, questiona quais foram as ações de  
584 impacto realizadas. Querem fazer uma espécie de processo reverso, pensar junto com o  
585 grupo os desafios e as pautas prioritárias. O Fórum de Gestores terá essa lógica.  
586 Dispararão os convites esta semana, pois definiram qual seria o hotel ontem, somente.  
587 então, gostaria de questionar se podem excluir os pontos de pauta “Avaliação da Gestão  
588 da Comissão de Políticas Públicas” e “Avaliação da Gestão da Comissão de Direitos  
589 Humanos”, uma vez que farão essa avaliação durante o Fórum de Gestores.

590 Manifestações das/os presentes: 1) Vinicius Cesca de Lima diz considerar curioso que nos  
591 últimos minutos tenham tentado retirar diversos pontos de pauta propostos para a plenária.  
592 Mantém os pontos por uma questão simples, o Fórum de Gestores não é um espaço  
593 deliberativo, este é o espaço deliberativo. O Fórum de Gestores não gera ata pública

594 publicada com o peso que tem a ata de uma plenária, no sentido do registro dessa  
595 discussão e dos encaminhamentos dela. Fazer a discussão em um Fórum de Gestores ou  
596 em uma plenária, do ponto de vista institucional, tem uma diferença enorme em vários  
597 sentidos. O Fórum de Gestores, da forma como está colocado, é um espaço interno de  
598 discussão. Faz pautas das/os conselheiras/os que sustentam que a plenária é um espaço  
599 público de discussão. Portanto, fazer esta avaliação a portas fechadas e não em um  
600 espaço onde as pessoas possam estar, faz diferença no sentido da possibilidade da  
601 transparência dessa discussão. O fato de a atividade ter uma ata que é feita e publicada e  
602 a atividade para a qual querem passar a discussão não ter esse procedimento faz bastante  
603 diferença no ponto de vista da transparência e da participação. O fato de este ser o espaço  
604 deliberativo e o Fórum de Gestores ser um espaço de discussão, ainda que essa  
605 discussão seja feita também no Fórum de Gestores, faz com que, na condição de quem  
606 fez a solicitação desses pontos e está indicado como responsável por eles, não retirá-los  
607 da pauta, porque considera que é muito diferente discutir em um espaço ou em outro. 2)  
608 Beatriz Borges Brambilla menciona que estão fazendo a sistematização das informações  
609 para o Fórum de Gestores e estão pensando na forma de comunicar isso, com uma arte,  
610 ou algo assim e que fosse um material que tivesse uso permanente em outros espaços do  
611 Conselho. Em dezembro pensaram, inclusive, em fazer uma plenária extraordinária para a  
612 avaliação e monitoramento dos processos. Foi convidada a acompanhar a pauta do Fórum  
613 de Gestores para pensarem nisto. Estão pensando que todas as Comissões, inclusive, a  
614 CACI – Comissão de Auditoria e Controle Interno, a Comissão de Acompanhamento de  
615 Concurso, a CAPL - Comissão de Avaliação de Títulos de Especialista, a CPL – Comissão  
616 de Processos Legislativos e a Comissão de Comunicação, por exemplo, possam  
617 encaminhar as informações. Agradece publicamente ao funcionário Paulo Mota, designer  
618 gráfico da Comunicação, por sua disponibilidade para construir uma linguagem acessível  
619 para que se possa, efetivamente, monitorar esses processos e, depois, compartilhá-los via  
620 Facebook, ou em outros órgãos de compartilhamento do Conselho e, também,  
621 internamente. Ressalta que na próxima segunda-feira, todas/os receberão a solicitação  
622 para enviarem essas informações. Ressalta que é importante que isso seja enviado no  
623 prazo, porque isso é muito importante para os processos de trabalho da Comunicação.  
624 **1.13) PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários e Transferências** - A conselheira  
625 Suely Ortiz comenta que havia a solicitação de acompanhamento desse ponto, trazendo  
626 sempre que houvesse novidades sobre eles. Neste momento, já possuem uma data para  
627 implementação do novo PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários, que será no dia 1º  
628 de abril. Nos últimos meses, houve uma força tarefa para poder ajustar a folha de

629 pagamento junto à empresa Benner, para poder viabilizar essa implantação. Muitas  
630 conversas com o Sindicato dos trabalhadores no sentido de, primeiro, ajustar o processo  
631 de transferência interna, porque não está previsto no novo PCCS. Um processo, portanto,  
632 estava na dependência do outro, com o entendimento de que primeiro deveriam ser  
633 realizadas as transferências, para depois se dar a implementação. Na segunda-feira,  
634 desencadearão o processo de transferência com os formulários que foram construídos na  
635 discussão de mesa de negociação com o Sindicato já iniciada há muito tempo e que vinha  
636 sendo acompanhado pelo conselheiro Rodrigo Toledo. Têm, mais ou menos, trinta dias  
637 para concluir as tramitações internas e, ao final desse processo, em abril, implantarão o  
638 PCCS. Para a implantação do PCCS contarão com a presença da empresa contratada,  
639 Véli, que fará uma palestra para as/os funcionárias/os e, depois, também ficará para um  
640 plantão de dúvidas ou para conversas mais particulares. A expectativa é que tudo esteja  
641 pronto em abril. Manifestações das/os presentes: 1) Bruna Lavinias Falleiros tem dúvida  
642 em relação a transferência interna, pois havia a questão de ser em único ciclo e questiona  
643 se isso está sendo pensado, uma vez que quando há uma transferência, novas vagas  
644 abrem, outras pessoas interessadas podem querer remanejar de área. Questiona, assim,  
645 se haverão outros ciclos ou se realmente será só um. Outro questionamento é em relação  
646 às vagas ocupadas pelas pessoas temporárias, de que forma isso foi equacionado. Sabem  
647 que há diversas vagas não lotadas a bastante tempo, inclusive de assistentes técnicas e  
648 pessoas da Secretaria. Como há pessoas temporárias ocupando as vagas, elas não  
649 aparecem contabilizadas para serem repostas. 2) Suely Ortiz responde que prepararam  
650 um documento que circulou semana passada, esclarecendo aos funcionários que estariam  
651 dando início ao processo e de que forma ele foi pensado. Mas, antes disso, o próprio  
652 Sindicato, no processo de construção, levou para conhecimento das/os funcionárias/os,  
653 para que pudessem ter o melhor possível de discussão e das ponderações incluídas.  
654 Haverá dois momentos, duas etapas, que estão previstas nesse tempo que estão  
655 considerando. O documento que será disparado na segunda-feira informa as etapas e será  
656 em formato de edital que conta, inclusive, critérios de desempate. Contemplará,  
657 exclusivamente, as vagas ocupadas por temporários no momento – 14 (quatorze) vagas.  
658 Em seguida, desencadearão o concurso público, considerando, inclusive, o processo de  
659 PDV (plano de demissão voluntária), que também é uma demanda antiga dos funcionários.  
660 Portanto, o processo está prevendo duas etapas, seguindo essa lógica. Então, também  
661 seria previsto a reserva de vagas no concurso público, pensando na demissão voluntária.  
662 3) Vinicius Cesca diz que, pelo que se recorda, no início de janeiro, conselheiras/os do  
663 “Integra” solicitaram à Diretoria algumas informações sobre o processo e solicitaram que

664 esses procedimentos fossem feitos de forma, minimamente, transparente para as/os  
665 conselheiras/os e funcionárias/os do CRP SP. Não houve resposta a essa solicitação e,  
666 agora, o assunto é trazido como um informe na plenária. Mas é um informe com um grau  
667 de superficialidade que não permite acompanhar o processo de forma alguma neste  
668 espaço que deveria ser deliberativo. Cita como exemplo que apontavam no e-mail  
669 encaminhado e reafirma: descobriu, via redes sociais do Sindicato, que o próprio Sindicato  
670 havia feito uma assembleia com as/os funcionárias/os onde apresentaram uma queixa em  
671 relação à maneira como a Diretoria havia enviado o material e o resultado dessa  
672 assembleia. A Diretoria não informa ao próprio plenário sobre o andamento desse  
673 processo, era o que identificava naquele momento e é algo importante de ser discutido.  
674 Saber, por exemplo, pelo sindicato em uma manifestação pública que a Diretoria solicita  
675 que o Sindicato discutisse o processo, mas sequer enviara o instrumento que regeria isso,  
676 é algo grave do ponto de vista da discussão. Esses fatos os levaram a pedir que houvesse  
677 o mínimo de transparência em relação ao andamento desse processo. Parte desse pedido  
678 decorre do fato de que um conjunto expressivo de funcionárias/os dialogavam sobre  
679 desconforto conforme o processo estava sendo desenhado e considera que são questões  
680 importantes. Por exemplo, esta decisão de abrir um rol muito restritivo de vagas possíveis  
681 para transferência sem levar em consideração, por exemplo, essa possibilidade de que um  
682 movimento de mobilidade influenciasse a abertura de novas vagas, houve funcionária que  
683 os narrou que a mera tentativa de discutir com a Diretoria algumas questões sobre isso  
684 eram ou ignoradas ou negadas com argumentos burocratizantes. Têm cópia dos e-mails  
685 que foram trocados e podem tornar público, pois não têm medo de tornar públicas as  
686 discussões sobre como foi o distrato em relação à demanda que as/os funcionárias/os  
687 traziam. Entende que é importante que se possa, minimamente, acompanhar isso. Suely  
688 Ortiz trouxe que o Sindicato avaliou que houve um período para contribuições, mas  
689 questiona o que resultou disso, porque somente saber que isso aconteceu é muito pouco.  
690 Pede que seja explicitado qual foi o debate, quais foram os pontos apontados, se houve  
691 modificação na proposta original do instrumento e o que foi modificado. Considera que  
692 podem qualificar o informe no sentido de que seja algo compreensível para quem não está  
693 lidando com isso no dia-a-dia. Tem a impressão que o informe não permite entender o que  
694 resultou desse debate com o Sindicato, se teve modificação na proposta, se não houve,  
695 como é que ficou o instrumento final, se é pensado nessa possibilidade de outras rodadas  
696 de transferência, ou seja, algo que justifique e permita discutir. Entende que esse é um  
697 ponto que precisa ser discutido: como pensa a abrangência desse processo de  
698 transferência, quais vagas estão sendo disponibilizadas, por que ser de determinada

699 forma. O informe é insuficiente e é tardio. Estão há quase dois meses pedindo essa  
700 informação e o pedido vem sendo ignorado. Quando a informação é dada, é de forma  
701 absolutamente insuficiente e não permite entender o que está acontecendo. Vem  
702 meramente com informe, não tendo, nesse momento, a possibilidade de discutir. O  
703 processo será aberto na segunda-feira e somente tiveram conhecimento do instrumento  
704 porque o Sindicato dos funcionários disponibilizou, o que mostra uma certa dificuldade do  
705 CRP SP em abrir as informações. Há questionamento sobre a abrangência das vagas e  
706 questiona se não discutirão isso e manterão como um informe capenga. Queria pontuar  
707 esse histórico e pedir que, se possível, a conselheira secretária possa trazer uma  
708 informação mais detalhado neste momento que permita, minimamente, acompanhar e  
709 entender de fato em que pé está esse processo. 4) Rodrigo Toledo ficou em dúvida na fala  
710 de Vinicius Cesca sobre o número de vagas. Se recorda, e Suely Ortiz destacou isso, que  
711 no momento em que compunha a secretaria da Diretoria, recebeu essa demanda e levou à  
712 Diretoria, composta por Aristeu Bertelli, Clarice Paulon e pelo próprio Vinicius Cesca.  
713 Relata que o levantamento das vagas foi feito no ano passado, se não se engana, em maio  
714 de 2017. Receberam a demanda e começaram a organizar esse trabalho, fazendo o  
715 levantamento das vagas, das vagas abertas, daquelas ocupadas por temporárias/os,  
716 porque há vagas efetivas que são ocupadas por temporárias/os e outras que estão  
717 ocupadas por temporárias/os por aumento de quadro, mas que não são efetivas. Tudo  
718 isso, em diversos departamentos. Há, ainda, vagas de assistentes técnicas que são  
719 ocupadas via concurso, com prazo de contrato determinado. Essas, segundo o  
720 entendimento que tinham e que entende que permanece, não entram na categoria de  
721 temporária, porque essas pessoas ainda têm contrato vigente até setembro deste ano –  
722 são três ou quatro vagas desse tipo. O número de vagas é objetivo, são vagas efetivas  
723 ocupadas por temporárias. Lembra-se que, até o momento em que acompanhou esse  
724 processo, momento em que deixou a Diretoria, estava na etapa de planejamento dessa  
725 atividade, que era de diálogo com o Sindicato. Tinham feito uma avaliação interna, uma  
726 primeira proposta e planejado que disponibilização do instrumento, para que o Sindicato  
727 pudesse fazer o diálogo com as/os trabalhadoras/es, o que entende que aconteceu. É  
728 importante lembrar, também, que desde o planejamento inicial dessa atividade, ela já  
729 estava planejada para acontecer em dois ciclos. Não é uma demanda que aparece a partir  
730 do diálogo com o Sindicato, já aparecia na primeira minuta proposta, de que as primeiras  
731 movimentações internas abririam vagas que não haviam anteriormente, e que, portanto,  
732 haveria um segundo momento. Considera que conseguirão ter um avanço importante  
733 nesse trabalho, exatamente pelo diálogo com o Sindicato. Entende que todo o processo

734 aconteceu no diálogo com as trabalhadoras, portanto, as dúvidas e questionamentos  
735 devem ter sido sanados. O Sindicato das/os trabalhadoras/es do CRP SP dialogaram com  
736 a equipe que estava organizando essa atividade. Muitas questões apontadas já tinham  
737 sido pensadas desde o início, quando iniciaram o processo. 5) Vinicius Cesca de Lima diz  
738 que precisam discutir a pauta, antes de avançar. Mantém suas dúvidas. Se lembra do  
739 processo, que foi concebido enquanto uma oportunidade para que houvesse a mais ampla  
740 possibilidade de transferência interna, para que, então, se tivesse um mapeamento  
741 explícito de vagas restantes, para abrir o concurso. O instrumento proposto não reflete  
742 isso. Discutiram isso, enquanto Diretoria, e parte de seu estranhamento é porque o  
743 documento apresentado não reflete essa intenção. Não é um instrumento amplo, é um  
744 processo restrito de transferência de vagas, não está explícito que haverá duas etapas.  
745 Assim, entende que seu estranhamento coincide com o estranhamento de Rodrigo Toledo.  
746 Do ponto de vista da definição das vagas, procurou materiais, seja relatórios de reuniões  
747 ou e-mails, e não encontrou a informação em específico. De qualquer maneira, parece não  
748 expressar o que haviam discutido, como intenção original, já apresentada em plenário, que  
749 era de um amplo processo. Seria uma ampla possibilidade de transferência interna,  
750 antecedendo imediatamente a abertura do concurso. Para que as vagas pudessem ser  
751 ocupadas por quem já está no CRP SP, abrindo concurso para as restantes. O instrumento  
752 não refletia isso, porque receberam questionamentos de alguns funcionários sobre essa  
753 restrição e concordam com a avaliação. Entendem que é importante discutir, porque o  
754 instrumento, da forma como estava apresentado pela Sindicato em dezembro bastante  
755 restrito na abrangência de possíveis transferências. Quando se tentou propor isso à  
756 Diretoria, tinha-se como retorno esse argumento burocrático, de que não era possível,  
757 porque essas seriam as vagas, não podendo se discutir outras vagas. Entende que em  
758 algum momento a condução do processo afastou-se daquilo que tinha sido discutido e,  
759 entendem que seria oportuno poder discuti-lo neste espaço. Entendendo, inclusive, que  
760 qualquer instrumento pode ter suas lacunas e falhar e pode ser melhor discutido e  
761 aprimorado. Não sabem o que resultou dos diálogos com o Sindicato, o último instrumento  
762 público é o disponibilizado pelo Sindicato, documento que eles receberam após terem  
763 oficiado o CRP SP, no final de dezembro de 2017. Sabem que houve um desdobramento  
764 disso, mas não sabem o que é. Estão há dois meses solicitando isso. 6) Bruna Lavinias  
765 Falleiros diz que foi questionada pelas funcionárias que trouxeram a questão. Algo que tem  
766 a incomodado muito é de transformarem pontos de pauta em informes, na tentativa de  
767 vetar falas. Tentará garantir que este espaço siga sendo um espaço democrático. Esse é  
768 um espaço de debate e discussão e deve permanecer assim, mesmo que construam

769 estratégias para que isso não ocorra. As pautas que estão, provavelmente ficarão até o  
770 final da gestão sem discussão. Criarão informes que deveriam ser pautas, mas, então,  
771 discutirão os informes. Pede que autoavaliem a forma como conduzem o direito a fala nos  
772 informes, porque quando as falas são do mesmo grupo que da Diretoria, o direito a voz é  
773 garantido. Porém, quando seu grupo solicita a fala, há resistência. Pedem que seu grupo  
774 mantenha o decoro e entende que a solicitação é recíproca. Com relação ao PCCS,  
775 gostaria de saber como estão as vagas das funcionárias do departamento de limpeza.  
776 Relata que desde o início da gestão, quando coordenava a subsede, apresentou  
777 questionamento em relação à terceirização das/os funcionárias/os de limpeza e de  
778 segurança, que geram uma despesa absurdamente desproporcional ao exercício dessas  
779 funções e incluía nessa despesa materiais de manutenção. Na subsede Vale do Paraíba e  
780 Litoral Norte, por exemplo, havia uma despesa de setecentos reais em materiais de  
781 limpeza, por mês. Gostaria de compreender como estão pensando essas vagas, porque a  
782 lógica é que essas funções não devem ser desempenhadas por funcionárias/os  
783 terceirizadas/os, inclusive por defenderem que o emprego deve ser manejado de forma  
784 que respeite o trabalhador e sabem que a terceirização não é o caminho para isso. 7)  
785 Suely Castaldi Ortiz da Silva agradece ao conselheiro Rodrigo Toledo e comenta o que foi  
786 feito para dar sequência ao trabalho iniciado, construído pela secretaria da Diretoria, junto  
787 com o Departamento de Recursos Humanos. Já estavam em processo de discussão com o  
788 Sindicato. Faz, então, leitura do boletim digital do Sindicato dos trabalhadores em relação à  
789 reunião realizada em 26 de janeiro. *“Em mesa permanente de negociação realizada em 26  
790 de janeiro, em continuidade ao diálogo estabelecido para tratar do plano de transferência  
791 interna do CRP, o Conselho informou as etapas necessárias para implantação do novo  
792 plano de cargos, carreiras e salários, são elas; processo de transferência interna, ajuste do  
793 programa, sistema de RH, tabela salarial e nomenclatura dos cargos, termos de adesão,  
794 concurso, PDV, plano de demissão voluntária, o Sinsexpro segue acompanhando como  
795 tem feito ao longo desses anos todas as demandas das trabalhadoras e trabalhadores do  
796 CRP. Com relação ao plano de transferência interna o diálogo está mantido e aguardamos  
797 novo mapeamento que a gestão realizará e divulgará com o panorama do quadro de vagas  
798 em decorrência da devolutiva das trabalhadoras e trabalhadores em 20 de dezembro  
799 conforme o nosso boletim de 30 de janeiro. Outra ação apontada pela gestão do CRP é o  
800 compromisso de apresentar um comunicado de esclarecimento não só sobre o PPI como  
801 as demais demandas no propósito de manter diálogo e transparência com as servidoras.”*  
802 Esse foi o boletim que divulgaram na última semana. Então, faz a leitura do informativo  
803 divulgado pelo CRP SP em 19 de fevereiro de 2018: *“Preparamos esse informativo interno,*

804 já adiantando que a intenção desta Diretoria é que se torne um canal de comunicação  
805 permanente. Muitas ações são realizadas algumas finalizadas com sucesso, outras apenas  
806 nascem e não se viabilizam. Entendemos que de qualquer modo precisam ser compartilhadas,  
807 do contrário não saberemos de sua construção, não saberemos de seus entraves.  
808 Reafirmamos nosso compromisso de iniciarmos o diálogo com os departamentos,  
809 contando com a ajuda da COMSAT, Comissão de Saúde do Trabalhador e, desse modo,  
810 ampliarmos nossa possibilidade de soluções mais efetivas para os desafios das gestões  
811 em cada setor visando melhorar as condições de trabalho. Está claro que para qualquer  
812 transformação há a necessidade do compromisso de lado a lado. Eis o nosso desejo,  
813 pactuarmos mudanças e efetivá-las, sendo coerentes com nossas defesas de conquistas e  
814 manutenção de direitos sociais. - Transferência Interna, PCCS, Concurso e PDV -  
815 Iniciamos por partilhar a situação da implantação do processo de transferência interna e do  
816 novo PCCS. Nosso RH está empenhado nas adaptações da folha de pagamento, no  
817 sistema Benner, com previsão de estar tudo pronto até o final de fevereiro. O processo de  
818 transferência se iniciará no mesmo período, acompanhado de perto pelo RH, Sinsexpro e  
819 Gerência, contando com o prazo de aproximadamente 30 dias para sua conclusão,  
820 ocorrendo em 2 etapas. Todos serão informados pelo RH sobre os prazos e forma de  
821 adesão ao PCCS. Esses assuntos não são novidade. Ao contrário, demandaram muito  
822 tempo e diálogo e fizeram parte de uma construção mediada por sugestões e ajustes em  
823 mesa de negociação junto ao Sinsexpro. Nosso atual desafio será finalizar essa etapa,  
824 identificar as vagas a serem preenchidas por concurso e promovê-lo, tendo em vista  
825 completar o quadro e ganhar em eficiência. Nesse primeiro momento, o objetivo da  
826 transferência será preencher as vagas abertas em cada departamento, realocando vagas  
827 hoje ocupadas por funcionárias/os temporárias/os. Posteriormente com as transferências  
828 internas concluídas e o PCCS implantado, estaremos organizando o Concurso Público  
829 para preenchimento das vagas em aberto e eventuais novas vagas que poderão ser  
830 criadas decorrentes do novo PCCS. Estas etapas concluídas nos habilitarão a encaminhar  
831 o Plano de Demissão Voluntária (PDV) que deverá ser homologado na questão  
832 orçamentária em Assembleia com a categoria no mês de abril de 2018. - Sistema de  
833 Senhas para o Atendimento - Aproveitamos para informar também que o Departamento de  
834 Atendimento está desenvolvendo estudo para implantação de um sistema de senhas para  
835 facilitar o atendimento ao público”. Esse foi o cuidado que a Diretoria teve, primeiramente,  
836 de dar continuidade ao processo e, posteriormente, de trabalhar em parceria com o  
837 Sindicato e construir as etapas. 8) Rodrigo Toledo comenta que algo importante, a partir de  
838 um questionamento trazido por Bruna Falleiros, sobre área de limpeza, é que o PCCS foi

839 aprovado pelo Ministério do Trabalho, após aprovação das/os conselheiras/os da gestão  
840 passada, não prevê dentro de sua estrutura de cargos, carreiras e salários a serem  
841 implantados vagas nas áreas de limpeza, tanto na sede, quanto nas subsedes. É o que se  
842 recorda da avaliação que fez do PCCS. Portanto, quando estavam pensando o PCCS,  
843 essas vagas não foram contempladas. Foram trazidos alguns questionamentos, mas  
844 entende que o processo que será implantado a partir de segunda-feira é de ciência das/os  
845 trabalhadoras/es e do sindicato. 9) Suely Castaldi Ortiz da Silva complementa que o  
846 processo não só é de ciência das/os trabalhadoras/es, como foi encaminhado para o  
847 Sindicato, para conferência e já foi devolvido. A partir disso, dispararam a implantação. O  
848 acompanhamento conjunto do processo foi uma construção. 10) Luciana Stoppa dos  
849 Santos solicita a Diógenes Pepe, gerente geral, que fale sobre a questão das temporárias.  
850 Pelo que se recorda, em gestões anteriores houve a discussão sobre o fato de as/os  
851 trabalhadoras/es dos serviços de limpeza serem terceirizadas/os. Entende que não será  
852 possível retomar essa discussão, mas podem retornar em um momento oportuno.  
853 Concorda que isso é um problema, mas há um PCCS que não prevê essa contratação. 11)  
854 Diógenes Pepe, gerente geral, comenta que essa discussão vem de duas gestões atrás,  
855 quando foi construído o novo PCCS, que entrará em vigor a partir do dia 01 de abril, não  
856 foi prevista a contratação. Portanto, por ora, não tem como deixar de terceirizar essas  
857 vagas, porque são vagas não previstas no PCCS. 12) Suely Ortiz da Silva faz menção a  
858 passarem para o próximo ponto de pauta da plenária. 13) Vinicius Cesca de Lima  
859 menciona que em todas as plenárias, quando chegam neste ponto, encerram os informes  
860 e não abrem a possibilidade de outros informes. Assim, antes de iniciar com os pontos de  
861 pauta, gostaria de fazer algumas pontuações, enquanto informes. Registra que não foram  
862 respondidos os questionamentos com relação aos processos de transferência, nem ao  
863 menos a título de informe, ainda menos como um processo de debate. Apenas citaram que  
864 dia se reuniram, que o Sindicato respondeu, mas não apresenta informações sobre o  
865 processo, que está obscuro. Não sabe se o que será apresentado na segunda-feira  
866 corresponde ao que estava anteriormente, não se sabe o que foi proposto e o que foi  
867 apontado. Para ele, não contempla saber sobre um cronograma de reuniões. Aquilo que se  
868 tinha a intenção de saber por meio desse pedido de informe não foi respondido. Irá  
869 descobrir essas questões quando for publicado o edital, na segunda-feira. Grande parte  
870 das/os conselheiras/os saberão do edital dessa forma, porque não contaram sobre o  
871 conteúdo desse processo de discussão e do conteúdo do instrumento que publicarão.  
872 Solicita a inclusão de mais dois informes: contratação de assessoria e resultado da  
873 licitação para produção do Jornal Psi. 14) Suely Ortiz menciona que o processo anterior,

874 mencionado por Rodrigo Toledo, foi compartilhado com este plenário da mesma forma como  
875 acontece neste momento. Não estiveram junto e tomou ciência do processo quando  
876 assumiu a secretaria. Assim, não entende de que forma Vinicius Cesca gostaria de ter  
877 ciência do passo a passo, uma vez que estão em processo de construção e esses  
878 processos são dinâmicos. Foi o mesmo formato que vivenciou anteriormente. Em seu  
879 ponto de vista, estava sendo compartilhado de forma transparente. **1.14) Licitação para**  
880 **produção do Jornal Psi e Contratação de Assessoria** – Vinicius Cesca de Lima  
881 comenta que o assunto retoma, inclusive, a discussão sobre o Portal da Transparência,  
882 pois as informações acerca da licitação para produção do Jornal Psi não estão  
883 completamente públicas, todo o processo está disponível, exceto o resultado da licitação.  
884 É obrigatória a divulgação do resultado das licitações. Descubrem o resultado de uma  
885 licitação em um informe de plenária. Não consegue entender porque optou-se por colocar  
886 todas as informações no Portal, exceto o resultado. Vinicius Cesca de Lima pontua que  
887 não está disponível no Portal da Transparência a contratação de Neli Márcia Ferreira como  
888 assessora do CRP SP, porque as informações disponíveis com relação ao quadro de  
889 funcionárias/os estão desatualizadas a meses, inclusive em formato inadequado – PDF.  
890 Pela lei, deve ser em formato aberto. Relata que há várias questões que vem apontando,  
891 mas que não tem retorno. Considera importante pontuar isso e citar os próprios exemplos  
892 em relação ao que foi informado. Entende que, no mínimo, deveriam informar neste  
893 espaço. Essas informações devem ser públicas e a contratação da assessoria não está  
894 pública. Relata que na plenária passada, quando se aplicou o golpe na subsede Vale do  
895 Paraíba e Litoral Norte, houve o questionamento se a demissão da assessora de  
896 comunicação, Erika Almeida era pela previsão de contratação de outra assessoria, e não  
897 houve resposta. O PCCS permite a contratação. Perguntaram se havia a intenção de  
898 contratar e negaram. Algumas semanas depois, há uma assessoria contratada. Isso  
899 aponta para um método de condução que é intencionalmente opaco e evita qualquer  
900 transparência possível no debate em plenária, sobre aquilo que se pretende. Veem isso  
901 em vários momentos nas plenárias anteriores. As/Os conselheiras/os ligados ao  
902 Movimento Cuidar da Profissão têm maioria neste plenário e ganharão qualquer votação  
903 que for realizada. Dessa forma, questiona qual o impedimento e a intenção de sequer  
904 possibilitar a abertura do debate. Ganharão as votações, mas, sistematicamente, tentam  
905 impedir que sequer possa ser discutido. Esse método evita, a qualquer custo, qualquer  
906 abertura, publicidade e transparência do que acontece dentro da gestão do CRP SP.  
907 Considerações do plenário: 1) Suely Castaldi Ortiz da Silva comenta que as questões que  
908 ainda não estão no Portal da Transparência são uma preocupação de todas/os, inclusive

909 da Diretoria. O registro que faziam estava sendo guardado em um Sistema que não era  
910 integrado e que precisava, também, ser revisto. Tomaram o cuidado de retomar a questão  
911 do Portal, pensando em ter essas questões a disposição de todas/os. Os departamentos  
912 têm um funcionamento e há muitas situações emergenciais, em que precisam alocar as  
913 pessoas para sanar. Uma das questões que tem demandado muito é a separação de  
914 documentos para responder às demandas de LAI. As/Os funcionárias/os precisam  
915 interromper suas tarefas cotidianas para fazerem a separação desses materiais durante  
916 dias seguidos. Não conseguem entender, exatamente, porque os diversos documentos  
917 alocados em caixas não se traduzem em respostas, como gostariam. A expectativa que  
918 têm é que com a implantação do SEI! e com a resolução do Portal da Transparência,  
919 resolverão a questão em médio ou curto prazo. Algumas coisas continuarão para consulta  
920 em meio físico, pois não conseguirão colocar tudo em meio digital. 2) Vinicius Cesca de  
921 Lima pede uma parte na fala de Suely Ortiz, para dialogar sobre a questão, pois há uma  
922 parte que ela não sabe sobre o sistema. 3) Suely Ortiz não concede a parte. 4) Vinicius  
923 Cesca diz que falará depois, de qualquer forma, assim, podem cercear sua fala neste  
924 momento. 5) Ivani Francisco de Oliveira informa que gostaria de fazer algumas pequenas  
925 correções na fala do conselheiro Vinicius Cesca de Lima. Informa que a jornalista que  
926 venceu a licitação foi comunicada na plenária de janeiro e não nesta. Ela mesma fez a  
927 comunicação. Apenas está faltando inserir no site o resultado da licitação. O CRP SP tem  
928 uma Comissão de Licitação e elas são avaliadas previamente, para serem autorizadas ou  
929 não. São feitas com muita responsabilidade. Estão em um momento de adaptação de  
930 todos os nossos sistemas. Ainda, diz que o “Cuidar da Profissão” não tem a maioria deste  
931 plenário, mas sim foi a chapa eleita para cuidar desta gestão até o ano de 2019.  
932 Algumas/uns conselheiras/os que foram eleitos nessa proposta, desejam, agora, fazer  
933 oposição. A situação é outra, não se configuraram como maioria, compuseram a chapa e  
934 foram eleitos. Podem adequar as informações no sistema de licitação, mas a  
935 documentação sobre a jornalista está com todos os concorrentes e todo o processo. Não  
936 foi um processo simples, mas respeita toda a lisura que deve ter. 6) Beatriz Borges  
937 Brambilla comenta que, no mesmo sentido do exposto pela conselheira Ivani Oliveira, diz  
938 se sentir incomodada com acusações que são feitas como uma concepção de má-fé. São  
939 um coletivo! O XV Plenário se responsabiliza coletivamente. Hoje, estão com essa  
940 Diretoria, que faz os encaminhamentos. Tem, objetivamente, negociado junto aos  
941 trabalhadores que estão previstos nos sindicatos. Nesta plenária há, inclusive, colegas  
942 históricos de Sindicato. Gostaria de fazer um debate político sobre quais as contribuições  
943 enquanto um Conselho Profissional para a categoria. Há várias questões administrativas,

944 mas há várias questões a serem debatidas, neste momento e apenas argumentar de  
945 obstruções de trabalhos não ajuda. Não aceita difamações contra ela ou contra colegas e  
946 companheiras. Não aceita acusações com cunho de má-fé. 7) Bruna Lavinias Jardim  
947 Falleiros comenta que surgiram duas questões que precisa se pronunciar. Uma delas é  
948 que na plenária anterior, quando questionou o fato de Erika Almeida ter sido demitida com  
949 a justificativa de que precisariam da vaga de assessor, ela própria e Erika foram acusadas  
950 pela conselheira Ivani Francisco de serem mentirosas. Como aconteceram as coisas  
951 depois é curioso. Há uma dificuldade de discernimento sobre o que é dito de transparência  
952 e o questionamento de um processo de licitação ser correto ou não. Não houve nenhum  
953 questionamento ou apontamento de má-fé. Precisam se desarmar e escutar as falas da  
954 forma como elas são anunciadas, sobre o que é tornar transparente, tornar público e deixar  
955 as vistas aquilo que se encaminhou, o que não quer dizer que os encaminhamentos são  
956 ilegais ou imorais. Outra questão é o levantamento de uma pauta política: na APAF de  
957 dezembro de 2016, a Resolução 01/18, a respeito da normatização para categoria da  
958 população trans. Porém, em 2017, houve um revés de 2017, o Ministério Público de Goiás  
959 levantou algumas questões. Houve uma reunião emergencial, entre presidentas/es do CRP  
960 SP e lhe informaram que o que foi discutido nessa reunião seria passado como informe de  
961 plenária. O Núcleo Sexualidade e Gênero realizou sua reunião no último sábado e não  
962 encaminharam nada relativo a essa demanda, aguardando que esse informe fosse dado.  
963 Mas ainda não receberam. Assim, solicita esse informe. 8) Vinicius Cesca informa que  
964 começará informando aquilo que Suely Ortiz e Ivani de Oliveira, que não conhecem o  
965 sistema que alimenta as informações no Portal da Transparência, têm falas que podem  
966 convencer alguns que não conhecem a ferramenta. Não o convencem porque sabe como  
967 ele funciona. Na atual versão do Portal da Transparência do Sistema Conselhos, a parte  
968 de licitações e contratos é alimentada por um sistema específico que foi inaugurado junto  
969 com o Portal. O Sistema que o CRP SP utilizava para lançar essas informações não era  
970 compatível com o sistema utilizado para alimentar as informações do Portal da  
971 Transparência, o que já foi resolvido na medida em que o Conselho Federal criou uma  
972 ferramenta nacional para registro dessas informações e que o Portal extrai  
973 automaticamente. Portanto, não há problemas tecnológicos quanto a isso. Já existiu, mas  
974 foi sanado em maio do ano passado, antes da inauguração do Portal. Desde de então, há  
975 completa condição tecnológica para que esta informação esteja pública. Não lhe interessa  
976 fazer o debate se a não disponibilidade da informação é por má-fé ou não, e sim que uma  
977 informação que deve ser, obrigatoriamente, publicada, e não o está. Alguém teve o  
978 trabalho de lançar todos os demais documentos dessa licitação, exceto o resultado final.

979 Não é um problema de tecnologia, é um problema de omissão, na medida em que o  
980 sistema tem um campo próprio para lançamento do documento de resultado. Sua  
981 preocupação é objetiva, se trata de uma informação que deve ser pública e que não está.  
982 É algo que deve ser corrigido, não importando as motivações que as pessoas tiveram para  
983 não a disponibilizar, que pode ter sido somente por um equívoco. Tem apontando isso  
984 desde outubro que as licitações não têm o resultado divulgado, sendo que se trata de uma  
985 informação obrigatória. Quem for consultar, encontra todas as licitações realizadas, exceto  
986 os resultados. Infelizmente, a Diretoria nega o acesso aos áudios das plenárias. Se fosse  
987 dado esse acesso, poderiam verificar se, de fato, foi dado o informe do resultado da  
988 licitação do jornal. De qualquer maneira, isso não sana a questão que apontou, não se  
989 trata de um informe interno, é uma informação pública. É uma informação que deve estar  
990 disponível para a sociedade e para a categoria. O Integra discorda dessa concepção do  
991 Cuidar sobre o que é representação. Imaginavam que todas/os entendiam como diretriz de  
992 gestão não a identificação de um movimento, mas o que foi deliberado em Congresso.  
993 Nesse sentido, não importa se quem foi eleito se identifica com o “Cuidar da Profissão”,  
994 desde que cumpra as diretrizes do Congresso. A gestão foi eleita para cumprir as diretrizes  
995 deliberadas em Congresso. O rompimento não decorre da negação da plataforma, mas da  
996 afirmação dela. Se desejarem fazer debate político, podem fazer. O “Cuidar da Profissão”  
997 não cumpre o que foi deliberado nos Congressos Regional e Nacional da Psicologia. Por  
998 isso, o rompimento, entendendo reafirmar a plataforma em sua plenitude. Farão esse  
999 debate oportunamente, em um ponto de pauta, que assume o compromisso de enviar. 9) 9)  
1000 Aristeu Bertelli gostaria de deixar evidente que o Integra tanto cumpre, se preocupa e se  
1001 ocupa da plataforma que originalmente ajudaram a construir, que reitera o rigor de gestão,  
1002 a transparência, inclusive, transparência ativa, de ampliar as possibilidades de participação  
1003 da categoria. Estão brigando cotidianamente para que a assembleia, e para que as  
1004 plenárias, sobremaneira, sejam abertas, sejam transmitidas. Reiteram isso cotidianamente.  
1005 Reiteram a importância disso. Trabalha em uma instituição que não tem nenhum medo de  
1006 fazer com que as reuniões do seu Conselho superior, que tem a mesma característica de  
1007 uma plenária deste CRP SP não apenas transmitida pela internet pela própria Defensoria  
1008 Pública, como a sua própria Ouvidoria também transmite. Ou seja, há dois meios, dois  
1009 caminhos de transmissão e este Conselho – que é o maior Conselho do Sistema  
1010 Conselhos – tem esse receio. O Integra não tem medo de deixar transparentes as  
1011 atividades, de fazer com que a categoria conheça o que está acontecendo, não apenas  
1012 pelo que é básico, que é a ata, pois é necessário que se tenha uma ata, mas para que  
1013 possam evoluir, possam dar um passo adiante. O Integra faz questionamentos importantes

1014 e necessários, por exemplo, para que a última peça orçamentária não tenha sido enviada  
1015 ao CFP com, ao menos, 21 (vinte e uma) inadequações ou falhas. O Integra, ponto a  
1016 ponto, apontou quais eram as falhas. Isso não é bloquear, não é tergiversar. Diferente  
1017 daquilo que enfrentou enquanto estava na mesa diretora. Ressalta que há uma diferença  
1018 na qualidade daquilo que apresentam, pontuam tudo que está com falta ou que precisa ser  
1019 corrigido. Também podem fazer outro estudo, sobre quais os membros do Integra que  
1020 foram apeados, além da mesa diretora e da coordenação de uma subsede, dos coletivos e  
1021 de outras atividades deste Conselho, o que caracteriza uma perseguição política da parte  
1022 do movimento que tem maioria deste plenário, que retirou aqueles que não têm nada a  
1023 esconder. Assim, pede que informem em que o Integra está impedindo o andamento da  
1024 pauta. Considera essa acusação infantil e primária. Se preocupa com a saúde da nova  
1025 assessora política, Márcia Barral. Além da assessoria jurídica, ela terá que fazer  
1026 letramento jurídico para aqueles que são do Cuidar. 10) Márcia Barral elucida que, na linha  
1027 da transparência, todos a estão conhecendo como Marcia Barral, que é a forma como é  
1028 conhecida nos seus mais de quarenta anos na vida pública. Mas seu nome oficial é Neli  
1029 Marcia Ferreira. Agradece a preocupação do conselheiro Aristeu Bertelli, mas indica que  
1030 sua saúde está bem. 11) Rodrigo Toledo destaca que já se aproximam do meio-dia e ainda  
1031 estão no ponto de informes. Nesse tempo que tiveram de plenária, muitas/os destacaram  
1032 sua preocupação com as trabalhadoras do Conselho. O setor de Compras é o  
1033 responsável, administrativamente, pelo processo de licitação. A supervisão do setor é  
1034 ocupada interinamente por uma trabalhadora e o setor é composto por mais um assistente  
1035 administrativo. Esse setor acolhe todas as demandas do Conselho referentes à cotação, à  
1036 compra para todas as atividades políticas que são desenvolvidas pelo XV Plenário. É  
1037 importante ressaltar que algumas das questões apontadas tem a ver com excesso de  
1038 trabalho. Pode trabalhar durante nove meses muito próximo à supervisora interina do  
1039 departamento e deixa o registro que é uma das trabalhadoras mais responsáveis que teve  
1040 a oportunidade de trabalhar neste Conselho. Ela não está presente, mas deixa o registro  
1041 que Sara Favero é uma trabalhadora extremamente responsável com o seu trabalho.  
1042 Portanto, no momento em que fazem alguns destaques sobre faltas, sobre informações  
1043 ausentes, entende que comprometem a responsabilidade desta trabalhadora. Esbarram  
1044 em uma grande contradição de divergir sobre o cuidado que precisam ter com as/os  
1045 trabalhadoras/es do Conselho. Entende que precisam fazer um levantamento para  
1046 entender o que está acontecendo, se é uma informação que está pendente, ela deve, de  
1047 fato, ser publicizada. Quando esteve na responsabilidade da Comissão de Licitação,  
1048 trabalhava arduamente para que esse processo pudesse ocorrer e entende que a atual

1049 comissão também deve estar fazendo esse trabalho. Entende que devem ser cuidadosos,  
1050 em especial com esta funcionária. Nesta relação parece que o trabalho final não é feito  
1051 pelas/os conselheiras/os, de inserção dessas informações. Quem já teve a oportunidade  
1052 de trabalhar com ela em algum momento, sabe de sua responsabilidade. 12) Luciana  
1053 Stoppa comenta que precisa fazer um informe para Bruna Falleiros acerca de reunião de  
1054 presidentas/es, ocorrida em Brasília no dia 07 de fevereiro de 2018. Solicitou que Sandra  
1055 Ribeiro verificasse com o CFP, pois ainda não encaminharam a memória dessa reunião.  
1056 Por essa razão, ainda não foi encaminhado ao Núcleo Sexualidade e Gênero. Reafirma  
1057 que ocorreu aquilo que Bruna expôs: O Ministério Público de Goiás disparou um  
1058 procedimento inicial, indicando que o Conselho Federal não tem o direito de criar uma  
1059 Resolução que normatiza o exercício profissional. Trata-se de um procedimento preliminar,  
1060 ainda não há a instalação de um inquérito ou de uma ação civil pública. Se reuniram para  
1061 pensar o que seria feito enquanto Sistema Conselhos, pela defesa desta importante  
1062 resolução. Dentro daquilo que foi discutido inicialmente, fizeram uma análise de conjuntura  
1063 sobre o que está em jogo e refletiram que a Psicologia está em disputa. O ataque a uma  
1064 resolução do Conselho Federal de Psicologia indica um ataque direto a Psicologia como  
1065 ciência e como profissão. O CFP tem a prerrogativa de pensar e organizar o exercício  
1066 profissional das/os psicólogas/os. Uma das questões que discutiram é de entender  
1067 conjuntamente o que gera uma ação civil pública que pretende, assim como ocorrido  
1068 com a Resolução CFP nº 01/99, derrubar uma Resolução nacional que regulamenta o  
1069 exercício profissional. O que está em jogo nas argumentações contrárias é a discussão da  
1070 laicidade, a defesa intransigente de uma Psicologia laica. Este foi um debate tirado desta  
1071 reunião como algo que precisa ser retomado. Além disso, a questão da laicidade, a  
1072 importância de que a Psicologia se utilize nos debates públicos daquilo que já possuem em  
1073 termos de construção epistemológica no enfrentamento à patologização das questões de  
1074 identidade, orientação sexual e de gênero. Essa é outra discussão importante e é um dos  
1075 ataques que têm sido feitos acerca da cientificidade do processo. Também foi discutida a  
1076 importância da retomada da discussão em âmbito nacional, no sentido de trazer à tona  
1077 essa discussão dos teóricos da Psicologia que já, historicamente, têm se comprometido  
1078 com a pesquisa científica nesse campo. Estava presente Tatiana Lion, pesquisadora da  
1079 UNB nesse campo. O CFP articularia com outras entidades em nível nacional, como OAB  
1080 e CRES e mobilizaria discussões de juristas. Pretende encaminhar o registro dessa  
1081 reunião, mas ainda não o recebeu. Estranhou ainda não terem encaminhado e a Secretaria  
1082 conferiu que, realmente, não havia chegado. Nele, há indicadas tarefas para cada estado.  
1083 De antemão, informa que São Paulo se coloca nessa questão epistemológica, na questão

1084 da articulação com OAB SP e no debate da laicidade, do qual entende que o CRP SP tem  
1085 uma construção histórica na temática, que precisam resgatar. Discutiu-se sobre muitas  
1086 coisas. O caso retrata o avanço de uma pauta conservadora que ameaça a Psicologia,  
1087 uma série de construções de conquistas históricas que a Psicologia como ciência e como  
1088 profissão já avançou. É uma discussão que precisam retomar no plenário do CRP SP.  
1089 Precisam discutir essas questões. Propõe que na próxima plenária façam uma grande  
1090 análise de conjuntura daquilo que estão vivenciando. Recentemente, tiveram muitas  
1091 ocorrências no Brasil, como a intervenção militar no Rio de Janeiro. O plenário precisa  
1092 discutir política e podem fazer escolhas se discutirão questões meramente administrativas  
1093 ou se discutirão, de fato, a pauta da Psicologia, deixando a Diretoria encaminhar as  
1094 questões que são de sua competência, para as quais ela responde. **II) APRECIÇÃO DE**  
1095 **PROCESSOS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS** – Suely Castaldi Ortiz da Silva submete  
1096 ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP  
1097 SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa Física - 1266  
1098 (mil, duzentos e sessenta e seis) novas inscrições, 127 (cento e vinte e sete) reativações,  
1099 19 (dezenove) inscrições secundárias, 50 (cinquenta) inscrições por transferência, 2 (duas)  
1100 suspensões da solicitação por transferência, 207 (duzentos e sete) cancelamentos a  
1101 pedido, 21 (vinte e um) cancelamentos por óbito, 20 (vinte) cancelamentos por  
1102 transferência, 04 (quatro) cancelamentos de inscrição secundária, 78 (setenta e oito)  
1103 cancelamentos por não apresentação do diploma. Pessoa Jurídica - 27 (vinte e sete)  
1104 registros, 06 (seis) cadastros, 10 (dez) alterações contratuais e 08 (oito) cancelamentos a  
1105 pedido. Total geral dos processos analisados: 1845 (mil, oitocentos e quarenta e cinco),  
1106 conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **III) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**  
1107 **ESPECIALISTA** - O plenário tomou conhecimento da relação de psicólogos/os para  
1108 aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:** Na modalidade Residência  
1109 Multiprofissional deferiu-se 01 (um) na área de Saúde. Na modalidade Cursos IES deferiu-  
1110 se 02 (um) na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, 07 (sete) na área de  
1111 Psicologia do Trânsito; 02 (dois) na área de Psicologia Jurídica, 13 (treze) na área de  
1112 Psicologia Clínica; 07 (sete) na área de Psicologia Hospitalar, 01 (um) na área de  
1113 Psicopedagogia e 08 (oito) na área de Neuropsicologia. Na modalidade Cursos  
1114 Credenciados deferiu-se 04 (quatro) na área de Psicologia do Trabalho; 07 (sete) na área  
1115 de Psicologia Clínica, e 04 (quatro) em Neuropsicologia. Indeferiu-se 01 (um) na área de  
1116 Neuropsicologia. Assim, o total geral é de 57 (cinquenta e sete) títulos de especialistas  
1117 ratificados, sendo os 56 (cinquenta e seis) deferidos e 01 (um) indeferido, conforme folha  
1118 anexa que é parte integrante desta ata. **IV) CREDENCIAMENTO DE SITES** - Foram

1119 analisados 36 (trinta e seis) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer  
1120 favorável a 12 (doze) pedidos com protocolos: 106746743 (06/109590), 206346217  
1121 (06/52563), 506141090 (06/70405), 806446350 (06/125107), 506344095 (06/120379),  
1122 106735861 (06/34288), 606746624 (06/127886), 106346494 (06/134823), 006746651  
1123 (06/121262), 406546684 (06/76040), 506646570 (06/93892) e 306038998 (06/117985).  
1124 Parecer de desfavorável para os pedidos com protocolos: 806641734 (06/125479),  
1125 806743341 (06/115742), 706045458 (06/100713), 106042012 (1924/J), 106844967  
1126 (06/125373), 106543995 (06/87672), 306641200 (06/101237), 406643178 (06/65340),  
1127 506142058 (06/45328), 806544182 (06/95424), 106843776 (06/122081), 806345300  
1128 (06/87240), 106109103 (06/76071), 706544811 (06/82347), 306043152 (06/119377),  
1129 506640581 (4518/J 06/70866), 106244783 (06/127130), 806646154 (06/103771),  
1130 006345273 (06/126194), 506444655 (06/134327), 706845383 (06/107982) e 006541593  
1131 (06/88430). Parecer de não se aplica ao pedido com protocolo 706244667 (06/70352) e  
1132 706045263 (06/137937), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V)**  
1133 **INDEFERIMENTO DE PJ** – Suely Castaldi Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação  
1134 do cadastro de pessoa jurídica feita pela Comunidade Terapêutica “Centro Terapêutico  
1135 Vida e Saúde LTDA. A COF avalia que a solicitação deve ser indeferida.  
1136 **Encaminhamento:** Aprovado o indeferimento do pedido de inscrição de pessoa jurídica  
1137 citado. **PRIORIZAÇÃO DA PAUTA** - Maria Rozineti Gonçalves cita que está plenária tem  
1138 uma pauta extensa. Assim, possuem uma proposta de priorização: Comissão de Ética -  
1139 COE, Comissão de Orientação e Fiscalização - COF, Nomeação da Autoridade de  
1140 Monitoramento da LAI, Assuntos Financeiros: Planejamento Estratégico – Proposta  
1141 Orçamentária e Recomposições. Pede que, inicialmente, façam o ponto da autoridade de  
1142 monitoramento, aproveitando a presença do assessor jurídico Paulo Hamilton, uma vez  
1143 que ele fez um estudo que apoia a Diretoria nas decisões, seguindo pelos pontos COE,  
1144 COF, Orçamento e Recomposições. Questiona se há objeções. Considerações do  
1145 plenário: 1) Vinicius Cesca, a respeito da proposta de priorização do ponto “Assuntos  
1146 Financeiros: Planejamento Estratégico – Proposta Orçamentária”, comenta que em  
1147 dezembro o plenário aprovou um orçamento com ressalvas. Registra, assim como o fez na  
1148 plenária passada, que até o momento não foi publicada a Resolução que aprova o  
1149 Orçamento e está é uma condição que precisa ser sanada. Ainda não se tornou público o  
1150 Orçamento aprovado, por meio da publicação da Resolução. O plenário aprovou com  
1151 ressalva, que foi a forma que encontraram de aprovar um Orçamento que não tinha  
1152 condições de ser aprovado da forma como estava, que previa, por exemplo, uma receita  
1153 fantasma com um serviço que não existe, que previa corte de quase R\$500.000,00

1154 (quinhentos mil reais) em benefícios trabalhistas, e que não ficou explicitado qual era o  
1155 significado e, em contrapartida uma ampliação acima da inflação – de R\$ 400.000,00  
1156 (quatrocentos mil reais) para ajudas de custos e diárias, que também não foi explicado.  
1157 Entende que precisam discutir e, dessa forma, apresentaram para a plenária passada uma  
1158 proposta de reformulação do orçamento, para corrigir os problemas que a Diretoria não  
1159 corrigiu em três meses reorganizando a proposta. Considera imprescindível discutir isso  
1160 junto ao Orçamento do planejamento estratégico. Caso contrário, aprovarão um orçamento  
1161 do planejamento estratégico que transpõe para si o conjunto de falhas que levaram o  
1162 plenário a fazer ressalvas no orçamento aprovado. Não dá para discutir um ponto, sem  
1163 discutir o outro. Entendem que precisam sanar essas questões antes de prosseguir com  
1164 qualquer outra discussão orçamentária. 2) Evelyn Sayeg entende que o conselheiro  
1165 Guilherme Raggi não pôde estar presente por uma questão pessoal, de falecimento na  
1166 família, mas questiona se é possível fazer isso sem a presença dele. 3) Suely Castaldi  
1167 Ortiz da Silva informa que o conselheiro Guilherme Raggi virá logo após o intervalo do  
1168 almoço para apresentar este ponto. Devido as circunstâncias, ele não está bem, mas  
1169 abrirá uma exceção para estar presente. Não sabe se ele terá condições para ampliar sua  
1170 participação para além desse ponto específico. 4) Regiane Piva entende que precisam  
1171 aprovar o planejamento independente das alterações. Defende apresentar o planejamento  
1172 e o orçamento que foi aprovado, as ressalvas devem ser discutidas no momento devido.  
1173 Não concorda com a proposta de Vinicius Cesca, de discutir conjuntamente as duas  
1174 questões. Considera a proposta da Diretoria razoável. Apenas considera que, no momento  
1175 que Guilherme Raggi chegar, devem priorizar esse ponto. 5) Maria Rozineti informa que  
1176 ele virá depois do almoço. O gerente geral, Diógenes Pepe, esclareceu que o orçamento  
1177 político independe dos ajustes internos citados. O orçamento político é o que está ligado  
1178 ao Planejamento Estratégico. Concorda com Regiane Piva, que um orçamento político está  
1179 dado, e este é qual vai destinar para o Planejamento Estratégico. A outra peça  
1180 orçamentária, o gerente geral, elucidou que tem até 31 de março para poderem alterar,  
1181 portanto, não necessariamente as coisas precisam caminhar neste momento. Já existe um  
1182 dado valor orçamentário, para destinação do orçamento político. 6) Luciana Stoppa informa  
1183 que a Resolução já foi publicada, somente para se certificar e registrar. A Resolução foi  
1184 publicada pelo Conselho Federal de Psicologia. Gostaria de submeter para aprovação a  
1185 priorização de pauta, conforme havia sido proposto pela Diretoria: **1)** Autoridade de  
1186 monitoramento da LAI; **2)** COE; **3)** COF; **4)** orçamento, **5)** recomposições. A segunda  
1187 proposta é do conselheiro Vinicius Cesca, de que a discussão do orçamento político seja  
1188 feita de forma atrelada a discussão peça orçamentária que foi enviada pelo CRP SP ao

1189 Federal. Dessa forma, encaminha para votação do plenário, solicitando que não seja uma  
1190 votação motivada, devido ao tempo. **ABERTO À VOTAÇÃO:** Votos para a proposta  
1191 apresentada pela Diretoria: Suely Ortiz, Rodrigo Presotto, Reginaldo Branco da Silva,  
1192 Regiane Aparecida Piva, Beatriz Marques Mattos, Ivana do Carmo Souza, Edgar  
1193 Rodrigues, Beatriz Brambilla, Rodrigo Toledo, Maria Mercedes Guarnieri, Ivani Francisco  
1194 de Oliveira e Magna Damasceno. Votos para a proposta apresentada pelo conselheiro  
1195 Vinicius Cesca: Vinicius Cesca, Bruna Lavinias Falleiros, Aristeu Bertelli da Silva, Evelyn  
1196 Sayeg, Mary Ueta e Ed Otsuka. 3) Luciana Stoppa abstém-se. **Encaminhamento:** Por 12  
1197 (doze) votos, o plenário define a priorização da pauta da seguinte forma: 1) Autoridade de  
1198 monitoramento da LAI; 2) COE; 3) COF; 4) Assuntos Financeiros: Planejamento  
1199 Estratégico – Proposta Orçamentária; e, 5) Recomposições. Houve, ainda, 06 (seis) votos  
1200 para a outra proposta apresentada e 01 (uma) abstenção. **VI) AUTORIDADE DE**  
1201 **MONITORAMENTO DA LAI** - Luciana Stoppa solicita que façam essa discussão com  
1202 celeridade e com objetividade. Relata que o conselheiro Vinicius Cesca apontou a  
1203 necessidade de se adequarem à Lei de Acesso à Informação, com a nomeação da  
1204 autoridade de monitoramento da LAI, tendo encaminhado as atribuições que foram  
1205 encaminhadas no subsídio enviado. Faz leitura do subsídio apresentado pelo conselheiro:  
1206 “A Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e o Decreto 7.724/2012 (que  
1207 regulamenta a Lei 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal) definem que cada  
1208 instituição pública deve nomear Autoridade de Monitoramento com as atribuições de: I -  
1209 assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente  
1210 e adequada aos objetivos da Lei 12.527/2011; II - avaliar e monitorar a implementação do  
1211 disposto na Lei e no Decreto e apresentar ao dirigente máximo de cada órgão ou entidade  
1212 relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o à Controladoria-Geral da União;  
1213 III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à  
1214 implementação da Lei e do Decreto; IV - orientar as unidades no que se refere ao  
1215 cumprimento da Lei e do Decreto; e V - manifestar-se sobre reclamação apresentada  
1216 contra omissão de autoridade competente. O Decreto 7.724/2012 define ainda que o Portal  
1217 da Transparência deve obrigatoriamente informar o contato da Autoridade de  
1218 Monitoramento. Hoje, quem consulta o Portal da Transparência do CRP SP não encontra  
1219 esta informação. Além de se tratar de omissão de informação obrigatória, há  
1220 potencialmente prejuízo ao exercício do dispositivo de Reclamação, o que pode  
1221 representar, mesmo que involuntariamente, cerceamento de um direito. Conste-se ainda a  
1222 imprescindível necessidade, no CRP SP, de acompanhamento, monitoramento, avaliação  
1223 e orientação para garantir efetivamente o cumprimento da Lei 12.527/2011, o que não tem

1224 aconteceu no momento. Desta forma, solicito ser informado se há Autoridade de  
1225 Monitoramento devidamente nomeada no CRP SP para que, em caso positivo, se possa  
1226 encaminhar a imediata atualização desta informação no sítio eletrônico. Caso não haja  
1227 Autoridade de Monitoramento da LAI devidamente nomeada, solicito que esta matéria seja  
1228 inserida na pauta da plenária de 09/12/2017, com a justificativa apresentada acima”. Relata  
1229 que assumiram a gestão na Diretoria em 27 de setembro de 2017. Desde o primeiro dia  
1230 em que assumiram a Diretoria, receberam diversos pedidos de lei de acesso à informação  
1231 de todas as ordens, com relação a diferentes procedimentos e processos internos do CRP  
1232 SP. As informações foram avaliadas pela Diretoria, pelo jurídico e, aquelas pertinentes,  
1233 foram respondidas. Outras, com ajuda do Departamento Jurídico, foram avaliadas como  
1234 desarrazoadas ou genéricas. O próprio conselheiro Vinicius Cesca pode contar um pouco  
1235 desse processo. Com relação a autoridade de monitoramento de LAI, ela não existia até 27  
1236 de setembro de 2017, quando já existia uma gestão do CRP São Paulo. Se se trata de  
1237 uma autoridade obrigatória, questiona por que ela não tinha sido nomeada ainda. Vinicius  
1238 Cesca faz uma cobrança muito importante sobre a adequação de nosso Portal da  
1239 Transparência. Assumiram o compromisso de implementar e de qualificar a transparência  
1240 no CRP SP, mas há também dados concretos de que este Portal não estava atendendo a  
1241 Lei de Acesso à Informação no momento da transição. Esta Diretoria e todo o plenário são  
1242 corresponsáveis pelo Processo de Transparência. Ressalta também que o conselheiro  
1243 Vinicius Cesca é membro do GT Transparência e o GT não fez aquilo que deveria fazer,  
1244 que é pensar a qualificação dos processos de transparência do CRP SP. A Diretoria  
1245 assumiu essa discussão, porque o processo de qualificar a transparência do CRP não  
1246 estava caminhando a contento. Comenta que Vinicius Cesca fez pedidos de acesso à  
1247 informação e que há muitos desses para os quais as informações foram disponibilizadas  
1248 no CRP SP e, assim, há muitas caixas de informações disponibilizadas de arquivos que o  
1249 solicitante da informação não veio consultar. O CRP SP não nega informação, embora  
1250 haja, sim, problemas a serem sanados no Portal da Transparência. Insistiram na vinda do  
1251 Conselho Federal de Psicologia ao CRP para que pudesse colocar os técnicos de cada um  
1252 em contato para sanar as dificuldades que têm com alimentar os dados no site, que,  
1253 segundo nosso funcionário responsável pela inserção das informações, é feito de forma  
1254 bastante caseira. Há uma dificuldade grande de acessar e disponibilizar essas informações  
1255 por conta das incompatibilidades desse sistema. Portanto, não há má vontade da Diretoria  
1256 com relação à qualificação desse processo, ao contrário. Paulo Hamilton está presente e  
1257 também pode contar sobre como têm se debruçado sobre essas questões para  
1258 efetivamente garantir que o Portal responda àquilo que a Lei preconiza. Assim, pede que o

1259 conselheiro Vinicius Cesca conte ao plenário porque o GT não trabalhou até então e  
1260 porque o GT, ao invés de os fazer uma série de pedidos de lei de acesso à informação,  
1261 não fez a transição desse processo com a atual Diretoria. Gostaria também que Beatriz  
1262 Mattos, que é outra conselheira membra do GT, contasse de suas experiências com  
1263 relação ao trabalho desse GT. Considerações dos presentes: 1) Vinicius Cesca de Lima  
1264 destaca o caráter autoritário da abertura desse ponto de pauta, pois o responsável por sua  
1265 apresentação era ele mesmo. Considera a apresentação feito por Luciana Stoppa dos  
1266 Santos mentirosa do início ao fim. O Portal da Transparência do CRP SP foi iniciado em  
1267 outra gestão, e nesse Portal havia indicada uma autoridade de monitoramento e a Diretoria  
1268 passada, que assumiu em setembro de 2016, optou por mantê-la, que era o gerente geral,  
1269 Diógenes Pepe. Essa informação constava no Portal que mantiveram no ar até a transição  
1270 para o Portal novo. Houve a necessidade dessa mudança de modelo porque o portal que  
1271 tinham não atendia ao mínimo estabelecido em lei, o que foi demonstrado pela fiscalização  
1272 realizada pelo Tribunal de Contas da União, que gerou o Acórdão 96, de 2017. Esse  
1273 Acórdão demonstra que, no geral, o Sistema Conselhos de Psicologia não atendia aos  
1274 requisitos mínimos da Lei de Acesso à Informação. Em um determinado momento se  
1275 optou, pelo que se recorda ainda no segundo semestre de 2016, por fazerem um Portal  
1276 unificado. Isso que foi, de fato, implementado a partir de maio. O CFP entregou o novo  
1277 Portal no limite do prazo do Acórdão, o que demandou uma primeira avaliação sobre o que  
1278 fariam com o prazo. O prazo do Acórdão findaria em maio e era inexecutável que dentro  
1279 desse prazo o Portal estivesse com todas as informações atualizadas. Decidiram, então,  
1280 priorizar o mínimo de informação de cada item e, depois, iriam complementando as demais  
1281 informações. O Portal foi ao ar com esse mínimo de informações. Tem um pouco de tudo,  
1282 para que pudesse não ter nenhum conteúdo que fosse omissivo. Chegaram a dois  
1283 impasses: um deles dizia respeito ao pagamento de ajudas de custo e diárias, pois com o  
1284 sistema anteriormente utilizado, não era possível que fornecesse a informação correta para  
1285 o Portal. Oficiaram o CFP com relação a isso. Enquanto conselheiro, desde outubro tem  
1286 cobrado a atual Diretoria um posicionamento com relação a isso e até o momento não teve  
1287 retorno em relação a isso. Na transição de conteúdo, deixou de constar a informação sobre  
1288 a autoridade de monitoramento e apontava que isso fazia parte da informação mínima que  
1289 deixou de estar disponível. Se responsabilidade pela existência de uma autoridade de  
1290 monitoramento até o dia 27 de setembro do ano passado, a decisão foi tomada no início do  
1291 mandato e não mudou. A partir dessa data, não tem como saber. Poderia saber se a  
1292 decisão tinha sido mantida ou alterada, se a informação estivesse pública. Pressupunha  
1293 que houvesse uma autoridade de monitoramento indicada em seu e-mail, quando pediu o

1294 ponto de pauta e, caso não houvesse, que isso fosse pautado. Pela fala inicial da Diretoria,  
1295 entende que não há, assim, é algo que precisa ser sanado. Depois desse período inicial,  
1296 entre junho e julho de 2017, o GT se reuniu e definiu uma metodologia de levantamento  
1297 das informações a serem disponibilizadas no Portal, com o prazo mínimo de 30 dias e  
1298 máximo de 45. No momento que deixam a Diretoria, o acordo era que os setores  
1299 levantassem as informações de 2012 para frente e finalizasse o passivo. Algumas  
1300 questões ainda dependiam de uma resposta do Conselho Federal de Psicologia, como as  
1301 ajudas de custo e diárias. Também precisavam resolver a questão da folha de pagamento  
1302 e já haviam conversado com a empresa para que isso fosse resolvido dentro desses 45  
1303 dias. A partir disso, a prioridade seria a atualização mais próxima do real. Pactuaram que  
1304 os departamentos poderiam dispor das horas extras necessárias para isso, assim como  
1305 estavam previamente autorizadas qualquer jornada extraordinária para dar conta dessa  
1306 demanda, para que ela não interferisse no trabalho cotidiano dos departamentos.  
1307 Combinaram que uma vez por semana os departamentos enviariam as informações sobre  
1308 como estava sendo o processo em uma lista de e-mails que continha todos membros do  
1309 GT, as supervisões e coordenações dos departamentos. Isso funcionou até setembro, com  
1310 o grupo dando retorno a toda semana. É leviano dizer que o GT não tocou a pauta. No  
1311 período em que estiveram, pode demonstrar que cuidaram do tema, tanto na Diretoria,  
1312 quanto no GT. Desde outubro, não esteve mais na Diretoria, mas cuidou da pauta pelo GT.  
1313 Apontou que faltavam atas de plenárias e que havia um equívoco de conceito, pois só  
1314 divulgavam as atas de plenárias ordinárias e não as de plenárias éticas e de julgamento. É  
1315 um equívoco pensar que essas atas são sigilosas. Os outros regionais publicam essas  
1316 atas e apenas o CRP SP não. Foram apontando uma série de questões e outras  
1317 inadequações de conteúdo. Se for o caso, pode demonstrar o histórico de conversas e que  
1318 não houve retorno por parte do GT, e aquilo que foi sendo apontado para a Diretoria, mas  
1319 também não houve retorno. O único retorno que tiveram por parte da Diretoria foi a  
1320 possibilidade de fazer horas extras por conta dessa demanda. Para todos os demais  
1321 questionamentos, não houve resposta. Outra coisa que fez, mas enquanto cidadão, foi  
1322 solicitar outras informações ao CRP SP, mas que não estão relacionadas a isso. Isso é  
1323 uma outra coisa, que tratarão de resolver em outro âmbito, inclusive por entender que  
1324 esgotaram todas as possibilidades administrativas de lidar com a questão. Seu coletivo  
1325 mantém o entendimento de que, por decisão da Diretoria do CRP SP, essa instituição  
1326 descumpra a Lei de Acesso à Informação em aspectos básicos da lei. Em alguns dos seus  
1327 requisitos mínimos de funcionamento, como a transparência ativa, estão pontuando isso.  
1328 Mas entendem que também há aspectos ligados à transparência passiva, de informações

1329 que são solicitadas ao CRP, mas que não são fornecidas. No seu entendimento, não há  
1330 possibilidade de outra interpretação. Tentarão resolver isso na via administrativa, porque  
1331 esgotaram as possibilidades de arrazoar isso e entrar com recursos, pois mesmo os  
1332 recursos não eram respondidos. Nenhum recurso foi respondido dentro do prazo  
1333 estabelecido em lei. Também há um entendimento equivocado sobre quem é a autoridade  
1334 que recebe o recurso. Várias questões tentam resolver em outro âmbito, pois,  
1335 administrativamente, nem enquanto cidadãos, nem enquanto conselheiros, é possível  
1336 resolver com uma Diretoria que não tem compromisso com a pauta. Fez pedidos de  
1337 acesso à informação e tem o direito de fazê-lo, quantos desejar. Se trata de algo que é  
1338 uma atribuição básica da instituição pública. Somente há necessidade de solicitar tantas  
1339 informações porque elas não estão públicas. Entende que muitas dessas informações  
1340 haverá um problema do ponto de vista tecnológico, devido ao funcionamento ainda  
1341 analógico do Conselho, mas que pode ser sanado com outra tecnologia. Solicitou atas da  
1342 Comissão de Orientação e Fiscalização, pois o CRP SP não as disponibiliza ativamente.  
1343 Tem acesso com mais facilidade às atas das plenárias do CRP MG, do que do CRP SP.  
1344 Não podem colocar o ônus de haver muitas solicitações sobre aquele que faz as  
1345 solicitações. Podem ter dificuldade para tramitar essas ações, mas há o dever de fazê-lo.  
1346 Considera lamentável ouvir de dirigentes desta instituição queixas sobre as pessoas  
1347 solicitarem que seja prestado esse serviço. Trata-se de uma instituição que recolhe  
1348 compulsoriamente recursos da categoria para o seu funcionamento, para prestar esses  
1349 serviços. Portanto, não pode se queixar que esse serviço seja prestado ou que há pessoas  
1350 solicitando que seja. Porém, ressalta que as questões que apontou foram no sentido de  
1351 cobrar providências, por sua condição de conselheiro que tem responsabilidade com esta  
1352 pauta, uma vez que compõe um grupo de trabalho nomeado pelo plenário com este fim.  
1353 Entende que o GT não tem autoridade para aprovar horas extras. O Acordo Coletivo de  
1354 Trabalho atribui essa responsabilidade à Diretoria. Enquanto estava na Diretoria e o GT,  
1355 assumiu essa responsabilidade e, depois que saiu da Diretoria, precisa questionar.  
1356 Considera leviano responsabilizar o outro por aquilo que não se consegue cumprir de sua  
1357 própria responsabilidade. É preciso entender que se pode cobrar o CRP por isso, tanto  
1358 interna quanto externamente, ainda que se argumente que é algo que não é feito pelo CRP  
1359 há vinte anos. Entende que não basta na nomeação. O monitoramento do cumprimento,  
1360 especificamente, da transparência ativa era exercido pelo GT nesta gestão. Recorda-se  
1361 que na gestão anterior quem se responsabilizou pelo acompanhamento foi a Comissão de  
1362 Auditoria e Controle Interno. O GT do CRP SP foi criado para cuidar, especificamente, do  
1363 Portal. As responsabilidades da autoridade de monitoramento também abarcam a

1364 transparência passiva. Entende que devem resolver a questão das atribuições de cada um,  
1365 para que não fique a autoridade e o GT fazendo as mesmas atividades. Precisam sanar as  
1366 atribuições das instâncias. Ao contrário do que Luciana Stoppa narrou, não houve omissão  
1367 dos membros do GT em relação à esta pauta. A Diretoria não deu retorno, quando foi  
1368 acionada, apenas tomou a pauta, por iniciativa própria, alegando que isso se devia a uma  
1369 falta de ação do GT. Porém, o GT estava atuando e provocando a Diretoria para que desse  
1370 um retorno sobre a informação. Precisam sanar a questão da atribuição do GT e da  
1371 autoridade de monitoramento. Entende, ainda, que precisam discutir o que é atribuição da  
1372 autoridade no campo do monitoramento, para não lhe atribuírem uma tarefa como um  
1373 cheque em branco. O Conselho está descumprindo, de forma grave a Lei de Acesso à  
1374 Informação, em vários aspectos. Entende que a atribuição deve ser específica, por  
1375 exemplo, se entendem que é necessário fazer relatório, precisam determinar a  
1376 periodicidade que esse relatório deve ser produzido. Entende que não podem deixar uma  
1377 atribuição genérica. Não podem apenas atribuir a função a uma pessoa, sem definir a  
1378 forma como querem que sejam feitas as atribuições. Assim, sugere que saneiem as  
1379 atribuições, para que não tenha duas instâncias fazendo as mesmas atividades e para que  
1380 a Diretoria não usurpe, mais uma vez, as atribuições de outras instâncias. 2) Beatriz  
1381 Mattos consulta o plenário sobre a possibilidade de continuarem a discussão até o final,  
1382 antes de fazer o intervalo para almoço. Sobre as ponderações de Vinicius Cesca, diz que  
1383 ao contrário dele, seu entendimento é que o GT somente pode ser desfeito em plenária,  
1384 uma vez que foi criado em plenária. Portanto, o GT não foi desfeito. Sobre a autoridade de  
1385 monitoramento, há uma legislação que versa sobre suas atribuições. Podem entrar em  
1386 detalhes sobre isso, mas já há algo que norteia o que a autoridade de monitoramento deve  
1387 fazer. Sobre o GT, comenta que no início ficou bastante confusa sobre quais eram suas  
1388 atribuições. Mas, foi dialogando com outros membros do GT, Vinicius Cesca, Diógenes  
1389 Pepe, Adolfo Benevenuto, sobre algumas metas que deveriam cumprir. Em meados de  
1390 novembro de 2016, se reuniram para discutir uma pauta específica, da unificação ou não  
1391 do Portal da Transparência com o CFP e foram dados os encaminhamentos necessários.  
1392 A partir disso, não recebeu mais nenhuma comunicação do GT, de dezembro de 2016 a  
1393 junho de 2017. Não foi consultada sobre essa reunião citada por Vinicius Cesca, com os  
1394 supervisores, não participou ou teve acesso aos encaminhamentos. Somente por volta de  
1395 junho ou julho de 2017, passou a ter acesso aos encaminhamentos dessa reunião com os  
1396 funcionários, dos levantamentos e as importações das informações para o Portal da  
1397 Transparência. Em novembro de 2017, entendem a necessidade de fazer uma reunião do  
1398 GT, após a entrada de Evelyn Sayeg, mas não tentaram achar uma agenda comum. Já em

1399 fevereiro deste ano, Vinicius Cesca encaminhou um e-mail para Evelyn Sayeg e ela, muito  
1400 bom, com muitas informações e entende que devem conversar com Diógenes Pepe e  
1401 Adolfo Benevenuto, que também compõem o GT. Esse é o histórico que tem da atuação  
1402 do GT. 3) Vinicius Cesca concorda com o relato apresentado por Beatriz Mattos, mas diz  
1403 que ele difere do que foi dito por Luciana Stoppa. De fato, o GT ficou parado um período,  
1404 mas porque não havia o que ele pudesse fazer, porque quando optaram por fazer a  
1405 transição para o novo Portal, precisaram aguardar que esse Portal ficasse pronto e que se  
1406 fizesse a adesão. Enquanto GT, decidiram não seguir atualizando o Portal antigo, que  
1407 seria extinto. Não sabiam como seria o Portal novo, apenas que tinha sido deliberado no  
1408 Sistema Conselhos um portal único, de forma genérica. Só tomaram ciência tardiamente,  
1409 porque o prazo era até o final de maio. E receberam os procedimentos para adesão no  
1410 final de junho, somente. Havia um prazo a ser cumprido, mas dependiam da decisão de  
1411 um procedimento por parte do Conselho Federal, período em que não tinha o que  
1412 pudessem fazer. No GT, iniciaram o processo de levantamento dos passivos que não  
1413 estavam disponíveis e, a partir desse momento, fariam atualizações em tempo mais  
1414 próximo possível do real. Tem o mínimo exigido, que não cabe ao GT discutir. O que não  
1415 há questões de mérito, poderiam, facilmente, encaminhar por e-mail. Propôs isso em  
1416 novembro e propõe novamente. 4) Beatriz Mattos propõe como encaminhamento que  
1417 definam se manterão o GT. Caso decidam manter o GT, que se agende com urgência uma  
1418 reunião desse grupo. 5) Luciana Stoppa pede que Beatriz Mattos trouxesse para  
1419 conhecimento do plenário o conteúdo dos e-mails, para que não fiquem na disputa de  
1420 narrativa. Sobre o encaminhamento, sugere que definam a autoridade de monitoramento,  
1421 mas entende que o GT não deve ser extinto, porque há muito trabalho a ser feito e entende  
1422 que esse GT deve capitanear todo o processo da transparência. Propõe que o GT  
1423 apresente na próxima plenária uma proposta de cronograma e de organização, para  
1424 retomada e adequação do Portal. Também, que dê ciência para a Diretoria sobre seu  
1425 trabalho, para que possam acompanhar, uma vez que fizeram as tratativas com o CFP. 6)  
1426 Vinicius Cesca propõe como encaminhamento que realizem uma discussão sobre o ponto  
1427 de pauta, pois a Diretoria busca que qualquer tentativa de debate, seja rasa e superficial,  
1428 com as decisões sendo tomadas em outro espaço. Considera importante que saíssem  
1429 desse momento de nomeação de autoridade com um mínimo de perspectiva sobre como o  
1430 trabalho seria realizado. Como Beatriz Mattos apontou, as atribuições da autoridade de  
1431 monitoramento estão estabelecidas em lei, portanto, não há o que discutir. Mas, podem  
1432 discutir qual a atribuição do GT diante disso, pois o GT cumpria parte dessa atribuição.  
1433 Portanto, precisam definir como o GT se relaciona com isso. Tinham uma definição do

1434 escopo do GT. Necessariamente, isso altera com essa nomeação. Considera  
1435 importantíssimo que a nomeação trouxesse elementos sobre a forma como será  
1436 conduzido. Pondera que o GT não perderia sua função, a autoridade de monitoramento  
1437 tem atribuições dispostas em lei, e parte delas dizem respeito a pontos que era tratados  
1438 pelo GT, portanto, faz mais do que seria sua responsabilidade. Há um campo nas  
1439 atribuições de cada um deles que coincidem, mas outros que não. Por exemplo, a  
1440 autoridade de monitoramento responde pela transparência passiva, mas o GT não.  
1441 Quando nomearam o GT, ele se responsabilizava pela transparência ativa, sendo que há  
1442 uma parte que não estão nas atribuições da autoridade de monitoramento. Por isso, sua  
1443 proposta é de saneamento das atribuições, para que não gere conflito. Nesse bojo, coloca  
1444 também o fato de a Diretoria ter exercido à revelia atribuições do GT. Então, se a Diretoria  
1445 continuará fazendo essas atribuições, é preciso também definir isso, para melhor  
1446 organização. E, considera importante discutir o que a autoridade de monitoramento deverá  
1447 fazer. Relata que enviou para Beatriz Mattos e todo o GT, a planilha com a detalhamento  
1448 de tudo que está pendente no Portal. Pode incluir quem será nomeado como autoridade de  
1449 monitoramento. A planilha mostra quais são os conteúdos mínimos que o Portal deve ter,  
1450 onde estão as páginas onde esses conteúdos devem estar disponíveis e quais são as  
1451 pendências atuais, além de sugestões de como sanar as pendências. O descritivo do que  
1452 está pendente no Portal já está pronto e a autoridade de monitoramento disporá disso para  
1453 iniciar seus trabalhos. Ainda, diz que, independente da discussão sobre a manutenção ou  
1454 não do GT e sobre quais suas atribuições, informa que ele próprio e Evelyn Sayeg  
1455 renunciam a seus postos no GT. Portanto, se foram manter o GT, deverão recompô-lo. 7)  
1456 Luciana Stoppa mantém a proposta de recomposição do GT, pois, em sua compreensão, o  
1457 GT não deve ser extinto. Beatriz Mattos pode coordenar o processo, mas o GT pode ajudá-  
1458 la a pensar na logística que precisam cumprir. Nesse sentido, propõe também a nomeação  
1459 de Beatriz Mattos como autoridade de monitoramento da LAI, que será a autoridade  
1460 política deste plenário. Há uma ouvidora do Conselho Federal que é quem recebe todas as  
1461 demandas que são registradas pelo E-SIC, que é quem faz o controle e a organização das  
1462 informações. Futuramente, haverá também um ouvidor no CRP SP, e a atribuição poderá  
1463 ser exercida por esse trabalhador. Portanto, sua sugestão é que o GT seja recomposto e  
1464 que apresente um plano de trabalho na próxima plenária. Questiona, ainda, quem se  
1465 dispõe a integrar o GT. 8) Beatriz Mattos comenta que se sente incomodada que, em  
1466 vários momentos, conselheiras/os que se denominam como “Integra” dizem que são  
1467 retirados de espaços de atuação, mas saem de espaços em que poderiam contribuir. O  
1468 que acontece, também, nas plenárias éticas. 9) Ivana do Carmo Souza questiona se é

1469 necessário ser conselheira/o para participar do GT, ou seja, se membro de Comissão  
1470 Gestora poderia compô-lo. 10) Luciana Stoppa elucida que não é necessário ser  
1471 conselheira/o. O Gt já é composto por dois funcionários, Diógenes Antônio Pepe e Adolfo  
1472 Barros Benevenuto. Portanto, membro de Comissão também poderia. 11) Rodrigo Toledo  
1473 comenta que se somente Beatriz Mattos, enquanto conselheira, permaneceria no GT, não  
1474 haveria sentido mantê-lo. Pois, já haverá a autoridade de monitoramento. 12) Luciana  
1475 Stoppa responde que a intenção é continuar o trabalho do GT, para que esse pudesse  
1476 auxiliar a autoridade de monitoramento, todos os encaminhamentos necessários. A  
1477 autoridade de monitoramento fará o monitoramento, checará as informações a serem  
1478 prestadas, e verificará o andamento e encaminhamento dos processos. Porém, há uma  
1479 série de outras questões, como as tratativas com Federal. Também nas adequações das  
1480 informações que precisam ser cuidadas. A ideia é ter um GT que colabore com a  
1481 autoridade nesse processo. 13) Bruna Lavinias Jardim Falleiros comenta que é importante  
1482 distinguir o movimento que fizeram de retirada do “Integra” dos espaços de atuação  
1483 política, apenas querendo deixá-los em espaços de execução de trabalho, para não  
1484 sobrecarregar as/os conselheiras/os do “Cuidar”. É bastante diferente não permitir que as  
1485 pessoas do grupo “Integra” façam representações públicas e políticas, coordenarem  
1486 núcleos e instâncias e mantê-los nos espaços coadjuvantes, para serem meros executores  
1487 do que deliberarem. É importante pontuar isso. 14) Evelyn Sayeg informa que tinham  
1488 pensando em uma estrutura do Portal da Transparência em uma plenária, no início da  
1489 gestão. Talvez as/os conselheiras/os não se recordem, mas pensaram de que forma  
1490 poderiam garantir algumas representações dentro do organograma, para que  
1491 conseguissem que Portal da Transparência dialogasse com diferentes possibilidades que  
1492 existem de funcionamento e de operação deste Conselho, com sua complexidade. Na  
1493 época, a Comunicação se reunia com a Diretoria, e pactuaram que seria fundamental para  
1494 darem conta desse trabalho, que a Comunicação tivesse representação nesse GT. Tinham  
1495 um planejamento, nesse sentido. Apresentaram isso em plenária, e a incluíram, enquanto  
1496 representante da Comunicação, no GT. Na última plenária, solicitou sua saída da  
1497 Comissão de Comunicação. Bruna Falleiros também solicitou e, por alguma razão, não foi  
1498 encaminhado. Dessa forma, não vê sentido em continuar no GT. 15) Maria Rozinetti  
1499 Gonçalves diz que sabem que sua participação foi vinculada à Comunicação e, já consta  
1500 na pauta, no ponto de Recomposições a exclusão de Evelyn Sayeg, por não ser mais da  
1501 Comissão de Comunicação e a de Ivani Francisco de Oliveira, em substituição. Adolfo  
1502 Benevenuto também tem participado de todo o processo de discussão, inclusive em  
1503 diálogo com o Conselho Federal. Então, a Comunicação está presente não somente na

1504 figura da/o conselheira/o. Farão essa alteração no momento oportuno, das recomposições.  
1505 16) Vinícius Cesca, com relação ao que foi dito por Beatriz Mattos, considera incabível  
1506 qualquer afirmação no sentido de escamotear o processo de expulsão das comissões,  
1507 núcleos e subsedes, que foi promovido com as/os conselheiras/os do “Integra”. Foi feito de  
1508 forma violenta e impositiva e foi realizado a partir de uma orientação externa que  
1509 receberam. Houve uma plenária anterior em que solicitou sua saída do GT Condições e  
1510 Processos de Trabalho, porque não tem disponibilidade, o GT não está caminhando. Têm  
1511 esse arbítrio. Podem entender que não podem contribuir ou que não gostariam de  
1512 contribuir em alguns espaços. Isso não está relacionado ao processo de expulsão que  
1513 promoveram em outros lugares. Considera como pauta importante, fundamental, porque  
1514 dialoga com a possibilidade de uma política de participação. Não podem pensar  
1515 transparência dissociada de uma política de participação e defende o processo  
1516 participativo. Defende o processo de transparência. Porém, desde outubro está em um  
1517 grupo de trabalho que responsável por algo que não consegue avançar naquilo que  
1518 Diretoria poderia resolver. Mas a Diretoria não tem nenhum compromisso com essa pauta,  
1519 não tem uma compreensão mínima em relação ao desenvolvimento efetivo de uma política  
1520 de transparência. Assim, apesar de também tentar promover alguns processos, se sentiu  
1521 completamente impotente, pois não será ele quem dialogará com a tesouraria do CFP,  
1522 com a empresa responsável pelo sistema de recursos humanos. Havia resolvido a questão  
1523 das ajudas de custo, para que fosse possível ter a informação no Portal, mas o tesoureiro  
1524 atual, por conta própria desfez a decisão da plenária, acabando com o modelo que havia  
1525 sido adotado. Portanto, não vê sentido no que consegue fazer nesses espaços, com essas  
1526 condições. E, então, descobre que neste intervalo a Diretoria fez por conta própria uma  
1527 série de ações. Entende que o GT foi dissolvido por uma ação unilateral e autoritária da  
1528 Diretoria, possivelmente já para abrir caminho para essa nomeação e para outros arranjos  
1529 para que pudessem, como fizeram em outras plenárias, retomar para si a prerrogativa de  
1530 alguns espaços, por entenderem que apenas algumas/uns conselheiras/os foram  
1531 eleitas/os. Não vê sentido, de fato, nesse espaço. Porém, podem ficar tranquilos em  
1532 relação a sua contribuição, uma vez que encaminhou o processo de monitoramento da  
1533 situação atual do Portal. Foi sua contribuição mais recente. Encaminharam, coletivamente,  
1534 um conjunto de propostas para uma política de transparência no CRP SP, que estão desde  
1535 dezembro pendentes na pauta da plenária. São trezes propostas no sentido de aprimorar a  
1536 política de transparência. Informa que na página do Integra, ao menos uma vez por mês,  
1537 publicam texto sobre a transparência. Podem acompanhar as contribuições do Integra por  
1538 esse meio. 17) Luciana Stoppa dos Santos agradece as contribuições. Informa que

1539 interromperá a plenária para horário de almoço com a nomeação de Beatriz Mattos e  
1540 retomarão posteriormente, para concluírem as falas. 18) Vinicius Cesca comenta que não  
1541 houve votação ou deliberação. Fez uma proposta de encaminhamento e a sua proposta  
1542 não coincide com a de Luciana Stoppa. Luciana está tentando antecipar a questão. Sabe  
1543 que será aprovada a proposta dela, mas pede que cumpram o rito formal. 19) Luciana  
1544 Stoppa comenta que apresentaram uma proposta de nomeação de Beatriz Mattos e de  
1545 pautar a recomposição do GT, compactuando-se que esse GT apresentaria um plano de  
1546 trabalho e um projeto para as questões da comunicação na plenária de março. Portanto,  
1547 essa pauta não deixará de ser discutida, mas será discutida no momento oportuno, com a  
1548 qualificação necessária. Vinicius Cesca entende que essa pauta deve ser discutida nesta  
1549 ocasião, ainda que ele próprio tenha interesse em deixar de compor o GT. 20) Vinicius  
1550 Cesca gostaria de deixar mais precisa a informação. Não há discordância em sua proposta  
1551 da nomeação de Beatriz Mattos como autoridade de monitoramento. Então, sugere que  
1552 seja deixado esse ponto como comum. Na sua proposta, não sugeriria uma recomposição  
1553 do GT. Não tem nenhuma proposta de recomposição do GT, portanto, também não tem  
1554 objeção. Assim, se não houver outras propostas quanto a esses dois pontos, entende que  
1555 podem considera-los consensuados. O que há de diferença na proposta, é sobre o GT  
1556 apresentar um plano de trabalho na próxima plenária e, assim, sugere que seja feito um  
1557 debate antes de recompor o GT e de, de fato, nomearem a autoridade de monitoramento.  
1558 21) Beatriz Mattos propõe que se extinga o GT e nomeiem a autoridade de  
1559 monitoramento. 22) Vinicius Cesca não concorda com a exclusão do GT, uma vez que,  
1560 para ele, qualquer forma de organização coletiva das pautas é mais interessante do que  
1561 uma nomeação solitária, autocrática da autoridade de monitoramento. Portanto, entende  
1562 que há dois pontos a serem resolvidos: se mantém o GT e se fazem a discussão do objeto  
1563 hoje ou na próxima plenária. 23) Regiane Piva preocupa-se de, caso excluam o GT, tenha  
1564 atividades que fiquem sem responsáveis ou a autoridade teria que assumi-las também, e  
1565 pode ser inviável. Entende que podem manter o GT, mas não pararem os trabalhos  
1566 enquanto ele não for recomposto. Assim, entende que esse ponto de pauta pode ficar  
1567 aberto para quando alguma/um conselheira/o ou gestora/or entender que pode compor o  
1568 GT. 24) Magna Barboza Damasceno comenta que, dada a importância do GT, dá  
1569 oportunidades de retornarem com as comissões e questiona quem gostaria de participar.  
1570 25) Luciana Stoppa dos Santos informa que não defende a extinção do GT e sim sua  
1571 manutenção, ainda que a vacância dos lugares permaneça e que busquem pessoas para  
1572 colaborar. Também entende que se trata de uma pauta que deve ser discutida  
1573 coletivamente, e, assim, mantém sua proposta de que continuem com o GT, mesmo que

1574 ainda não sejam nomeados seus componentes. Podem consultar pessoas para colaborar.  
1575 Iniciam as votações: 1) **Autoridade de monitoramento de LAI** – por aclamação, o  
1576 plenário define que Beatriz Mattos será a autoridade de monitoramento de LAI do CPR SP.  
1577 2) **Manutenção do GT Transparência** – Aberto à votação: Manutenção do GT (proposta  
1578 Diretoria e Vinicius Cesca) – Suely Ortiz, Vinicius Cesca, Aristeu Bertelli, Mary Ueta,  
1579 Magna Damasceno, Ivani de Oliveira, Maria Mercedes, Reginaldo Branco da Silva, Evelyn  
1580 Sayeg, Bruna Lavinias, Ed Otsuka, Regiane Piva, Ivana Souza e Rodrigo Presotto.  
1581 Extinção do GT Transparência (proposta Beatriz Mattos) - Beatriz Mattos, Beatriz  
1582 Brambilla, Rodrigo Toledo e a Maria Rozineti Gonçalves. Edgar Rodrigues e Luciana  
1583 Stoppa dos Santos se abstém. Assim, por votação, o plenário define que o GT  
1584 Transparência deve ser mantido. 3) **Discussão sobre a pauta transparência** – Aberto à  
1585 votação: Realizar a discussão sobre transparência nesta plenária - Vinicius Cesca, Aristeu  
1586 Bertelli, Magna Damasceno, Bruna Lavinias, Evelyn Sayeg e Ed Otsuka. Realizar a  
1587 discussão na plenária do mês de março – Maria Rozineti Gonçalves, Suely Ortiz, Maria  
1588 Mercedes Guarnieri, Mary Ueta, Ivani de Oliveira, Reginaldo Branco da Silva, Beatriz  
1589 Brambilla, Regiane Piva, Ivana Souza, Edgar Rodrigues e Rodrigo Presotto. Rodrigo  
1590 Toledo, Beatriz Mattos e Luciana Stoppa se abstém. **Encaminhamento:** O plenário define  
1591 que Beatriz Marques de Mattos será a autoridade de monitoramento de LAI do CRP SP.  
1592 Também, a manutenção do GT Transparência e que a discussão sobre a pauta  
1593 transparência deverá ser realizada na próxima plenária, de março de 2018. Neste  
1594 momento, às 13 horas e 40 minutos, a plenária é interrompida para almoço. Às 14 horas e  
1595 50 minutos, a plenária é retomada. **VII) SINDICÂNCIA N° 02/2017** - Luciana Stoppa dos  
1596 Santos informa que será necessária prorrogação do prazo para a Sindicância n° 02/2017,  
1597 a respeito de período que potencialmente tenham ficado no auditório do CRP SP  
1598 documentos sigilos da Comissão de Ética deste Conselho Regional de Psicologia da 6ª  
1599 Região - CRP-06. A Comissão está finalizando seus trabalhos, mas, devido a falecimento  
1600 de familiar, o presidente da Comissão, Guilherme Raggi, precisará de prorrogação de  
1601 prazo para conclusão dessa Comissão. Já estão concluindo o relatório, mas será  
1602 necessária prorrogação de prazo para sua finalização. **Encaminhamento:** Aprovada a  
1603 prorrogação de prazo para finalização dos trabalhos da Comissão de Sindicância n°  
1604 02/2017 por mais 30 (trinta) dias. **VIII) COMISSÃO DE ÉTICA – COE** - Rodrigo Toledo  
1605 informa que este ponto foi deliberado na plenária de dezembro, para que pudessem  
1606 apresentar os dados brutos e ações realizadas pela Comissão de Ética do CRP SP. Há um  
1607 relatório que é produzido pelas assistentes técnicas de COE há algum tempo, que neste  
1608 momento é coordenado por Luciana Mantovani, que apresenta o trabalho que vieram

1609 desenvolver na COE nos últimos anos. Estão inserindo novos dados nesse documento, em  
1610 especial referentes à mediação. Essas informações eram todas disponibilizadas no Portal,  
1611 mas quando migraram para a estrutura do Portal da Transparência do CFP, não havia um  
1612 espaço específico para inserirem essa informação. Em diálogo com a Comissão de  
1613 Comunicação e com o CFP verificaram que era possível criar uma aba para incluir as  
1614 informações. Trouxeram informações desde 2011 e esses dados são coletados  
1615 anualmente para que possam compreender esse processo gerencial. Conseguiram  
1616 finalizar a conferência desse documento essa semana. Podem distribuir para o plenário  
1617 uma cópia desse documento. Ressalta que as informações estavam disponíveis e, neste  
1618 momento, não estão mais devido à estrutura do Portal, mas é possível criar uma aba para  
1619 esse fim e será feito, para que essa informação seja disponibilizada para todas/os. São  
1620 dados brutos referentes a quantidade de processos, de recursos, as decisões tomadas  
1621 (arquivamento, instauração, mediação que teve acordo, mediação que não teve acordo),  
1622 números de PDO. A COE assumiu as atividades de processamento de PDO entre os anos  
1623 de 2014 e 2015, portanto, não possui informações anteriores a esse período.  
1624 Anteriormente, o PDO era processado pela Comissão de Orientação e Fiscalização e pela  
1625 Secretaria. Destaca os números de PDE e PE em trâmite. Nota-se que de 2011 a 2017 há  
1626 um crescente número de PDEs e PEs. Em 2015 havia 495 (quatrocentos e noventa e  
1627 cinco) PDEs e PEs em trâmite, em dezembro de 2017, o número passou a 612 (seiscentos  
1628 e doze). Atualmente, são 639 (seiscentos e trinta e nove). Também apresentam a  
1629 quantidade de plenárias éticas e de julgamento. Em 2017, tiveram 41 (quarenta e uma)  
1630 plenárias éticas. Considera importante destacar que possuem um número de PDEs, PEs e  
1631 PDOs em trâmite. Realizou um número de plenárias muito semelhante aos anos  
1632 anteriores, número semelhante ao número de plenárias realizadas no ano de 2016. Sua  
1633 primeira proposta é inserir os dados do relatório bruto de 2011 a 2017 no Portal da  
1634 Transparência. A Comunicação pode criar essa aba e, a partir de então, inserirem os  
1635 dados. Outro ponto solicitado na plenária de dezembro dizia respeito a participação em  
1636 plenárias éticas e de julgamento. Os dados que possuem são de 2016 a 2018, desde o  
1637 início desta gestão. Nesta gestão, realizaram 51 (cinquenta e uma) plenárias. No início da  
1638 gestão projetaram que cada conselheira/o deveria participar de cerca de 17 (dezessete)  
1639 plenárias, ou seja, participar de 01 (uma) plenária a cada 03 (três) realizadas.  
1640 Participações em plenárias éticas: Andrea Mataresi, 11; Aristeu Bertelli, 15; Beatriz Borges  
1641 Brambilla, 19; Beatriz Marques de Mattos, 18; Bruna Lavinias Jardim Falleiros, 21; Clarice  
1642 Pimentel Paulon, 11; Ed Otsuka, 26; Edgar Rodrigues, 19; Evelyn Sayeg, 13; Guilherme  
1643 Rodrigues Raggi Pereira, 20; Ivana do Carmo Souza, 19; Ivani Francisco de Oliveira, 17;

1644 Larissa Gomes Ornelas Pedott, 17; Luciana Stoppa dos Santos, 17; Magna Barboza  
1645 Damasceno, 11; Maria das Graças Mazarin de Araújo, 20; Maria Mercedes Whitaker Kehl  
1646 Vieira Bicudo Guarnieri, 21; Maria Rozineti Gonçalves, 24; Mary Ueta, 20; Maurício  
1647 Marinho Iwai, 14; Monalisa Muniz do Nascimento, 23; Regiane Aparecida Piva, 28;  
1648 Reginaldo Branco da Silva, 32; Rodrigo Fernando Presotto, 12; Rodrigo Toledo, 23; Suely  
1649 Castaldi Ortiz da Silva, 26; e, Vinicius Cesca de Lima, 13. Portanto, é um indicativo de que  
1650 algumas/uns conselheiras/os não atendeu ao combinado mínimo que tinham feito, de  
1651 participação em torno de 17 (dezesete) plenárias. Também levantaram as justificativas  
1652 mais comuns para não composição de quórum para as plenárias. Não conseguem precisar  
1653 os números, mas a principal razão são os compromissos profissionais, compromissos  
1654 acadêmicos, representação do CRP SP em atividades e compromissos previamente  
1655 agendados. Outro levantamento solicitado era sobre relatórios de reconsideração e  
1656 julgamentos, realizados em 2017. Foram elaborados 30 (trinta) relatórios de  
1657 reconsideração. Sobre os anos anteriores, em 2016 tiveram 65 (sessenta e cinco), em  
1658 2015, 50 (cinquenta), em 2014, 57 (cinquenta e sete). Relata também que foram feitos 27  
1659 (vinte e sete) relatórios de julgamentos e 08 (oito) relatórios de julgamentos de PDO's. O  
1660 que mais chama a atenção é o número de reconsiderações que foram elaboradas neste  
1661 último ano, que é bem diferente do que tiveram em anos anteriores. Apesar de não ter sido  
1662 expressamente solicitado, traz também a informação sobre o número de conselheiras/os  
1663 que participam da Comissão de Instrução. Atualmente, na sede e nas subsedes, há 07  
1664 conselheiras/os que participam de Comissão de Instrução. Na sede são: Rodrigo Toledo,  
1665 Reginaldo Branco da Silva, Maria Mercedes Whitaker Guarnieri. Nas subsedes são: Suely  
1666 Castaldi Ortiz da Silva (Campinas), Edgar Rodrigues da Silva (Assis), Regiane Aparecida  
1667 Piva (Bauru) e Mary Ueta (Baixada). Informa ainda que Andrea Mataresi participou da  
1668 Comissão de Instrução até fevereiro de 2017 e Maria Rozineti Gonçalves participou de 01  
1669 (uma) CI. Atualmente, na sede e subsedes, há 05 (cinco) conselheiras/os que participam  
1670 de reuniões de Parecer: Rodrigo Toledo, Reginaldo Branco da Silva (sede), Edgar  
1671 Rodrigues (Assis), Regiane Aparecida Piva (Bauru) e Mary Ueta (Baixada Santista).  
1672 Rodrigo Toledo apresenta, também, os dados sobre a regionalização: quando as reuniões  
1673 de COE foram iniciadas em cada subsede e quantas foram realizadas no ano de 2017.  
1674 Vale do Paraíba e Litoral Norte – reuniões iniciaram em janeiro de 2016; em 2017 foram  
1675 realizadas 09 (nove) reuniões. Grande ABC – reuniões iniciaram em julho de 2016; em  
1676 2017 foram realizadas 11 (onze) reuniões. Baixada Santista e Vale do Ribeira – reuniões  
1677 iniciaram em fevereiro de 2017; em 2017 foram realizadas 10 (dez) reuniões. Assis -  
1678 reuniões iniciaram em março de 2017; em 2017 foram realizadas 07 (sete) reuniões. Bauru

1679 – reuniões iniciaram em julho de 2017; em 2017 foram realizadas 06 (seis) reuniões.  
1680 Ribeirão Preto – reuniões iniciaram em julho de 2017; em 2017 foram realizadas 04  
1681 (quatro) reuniões. São José do Rio Preto – reuniões iniciaram em setembro de 2017; em  
1682 2017 foram realizadas 03 (três) reuniões. Sorocaba – reuniões estão previstas para serem  
1683 iniciadas em junho de 2018. Campinas – Ainda não houve a regionalização, será realizada  
1684 reunião entre a COE e a Comissão Gestora da subsede para definir estratégia para  
1685 regionalização em 2018, e a previsão é iniciar ainda este ano. Sede – foram realizadas 25  
1686 reuniões em 2017. Relata que aconteciam 3 (três) reuniões que ocorriam às quartas-feiras  
1687 pela manhã, quartas-feiras à noite e sextas-feiras. As reuniões de quarta-feira pela manhã  
1688 foram suspensas, portanto, agora acontecem reuniões quartas-feiras, à noite, e sextas-  
1689 feiras, à tarde. Cita, ainda, outras atividades realizadas pela ou em parceria com a COE:  
1690 18 Oficinas de Documentos Escritos realizadas em 2017; 02 Reuniões da Câmara de Ética  
1691 em 2017; 09 reuniões com Professores, Coordenadores, RTs e Estudantes realizadas em  
1692 2017; 01 reunião de alinhamento com novos colaboradores de COE e CI; 01 Reunião de  
1693 Alinhamento das Assistentes Técnicas de COE da Sede e Subsedes; e, 01 reunião de  
1694 alinhamento das/os trabalhadora/es da COE. A partir do momento que assumiu a  
1695 presidência da COE tomaram a decisão de inclusão de novas/os colaboradoras/es, tanto  
1696 de membros de COE, quanto membros de CI e fizeram uma reunião de alinhamento  
1697 anterior. Também fizeram reunião com as assistentes técnicas e com as/os funcionárias/os  
1698 do Departamento da Comissão de Ética. A respeito das ações planejadas ou em  
1699 andamento, cita: i) a revisão do Folder sobre Documentos Escrito, a COF e a COE estão  
1700 fazendo avaliação, para que possam rever o documento e utilizá-lo nas oficinas, que é uma  
1701 solicitação da categoria; ii) reuniões quadrimestrais com Assistentes Técnicas de COE na  
1702 sede e nas subsedes; iii) reuniões trimestrais com trabalhadores da COE; iv) inclusão PDO  
1703 no Implanta, que é algo que já está em andamento, embora haja dificuldade na inserção  
1704 das informações nesse sistema, a assistente técnicas, Patricia Ramalho tem se dedicado a  
1705 esse trabalho; v) inclusão das informações de medição no sistema Implanta, para ter  
1706 controle das ações e gerar relatórios gerenciais sobre as atividades; vi) capacitações de  
1707 membros de COE e CI; vii) alinhamento e planejamento ações conjuntas entre COE e  
1708 COF; viii) digitalização de Processos Éticos; e, ix) ações definidas no Planejamento  
1709 Estratégico 2018. Relata que precisam tomar uma decisão a respeito do sistema SEI:  
1710 precisam definir se investirão na digitalização dos processos éticos ou se esperarão a  
1711 implantação do sistema. Apresenta, então, os gargalos nas atividades das/os  
1712 conselheiras/os. Há a necessidade de apreciação de 44 (quarenta e quatro) pareceres, de  
1713 elaboração de 20 (vinte) relatórios de reconsideração, sendo 14 (quatorze) para nomeação

1714 e 06 (seis) para resumo, de elaboração de 22 (vinte e dois) relatórios de julgamento, sendo  
1715 10 (dez) para nomeação e 10 (dez) para resumo. Destacou aqueles que estão para  
1716 resumo porque para isso, há uma etapa interna da COE para finalizar, para que depois  
1717 possam fazer a nomeação. Ressalta que também é um gargalo a indisponibilidade  
1718 constante de algumas/uns conselheiras/os em assumir função precípua do CRP SP. No  
1719 momento em que atribuem pareceres de reconsideração ou de julgamento, algumas/uns  
1720 conselheiras/os apresentam sua indisponibilidade de fazer os pareceres, o que tem gerado  
1721 e acentuado o gargalo. Em 2017, foram canceladas 5 (cinco) plenárias, sendo que uma  
1722 parte delas eram plenárias que ocorriam aos sábados, exatamente com conselheiras e  
1723 conselheiros indicando indisponibilidade de participar no sábado das plenárias. Este ano,  
1724 uma plenária foi cancelada, a que estava programada para ocorrer na tarde de ontem. E,  
1725 dessa forma, traz como um dos gargalos a participação das/os conselheiras/os nas  
1726 atividades precípua do CRP SP, como apreciação e elaboração de parecer de Relatório  
1727 da Reconsideração e de julgamento. Ressalta que todas/os tem a mesma importância para  
1728 sanar os gargalos. Comenta que soube de conselheiras/os que têm mais interesse em  
1729 contribuir com alguma atividade específica, mas todas/os são importantes para dar conta  
1730 dos gargalos. Considera importante que revejam o calendário, no sentido de que tenham  
1731 um maior número de plenárias. Também, dar autonomia para a COE poder decidir por  
1732 plenárias éticas ou de julgamento, sem que se precise pautar em plenária. Na plenária de  
1733 dezembro solicitaram que a COE trouxesse uma lista para que as/os conselheiras/os  
1734 indicassem suas disponibilidades de participação e tiveram somente seis respostas. A  
1735 proposta de calendário que foi aprovada não pode ser alterada exatamente porque as/os  
1736 conselheiras/os não indicaram suas disponibilidades. Sobre julgamentos realizados no  
1737 período noturno, considerou importante informar que o parecer jurídico indica que precisam  
1738 fazer a informação de por que aquela atividade está acontecendo. Também, que há uma  
1739 maior probabilidade de haver nulidade processual, devido ao período em que se realiza o  
1740 julgamento. Não é uma impossibilidade realizar julgamentos no período noturno, mas  
1741 precisam tomar a decisão se correrão ou não o risco. Apresenta também que há gargalos  
1742 relacionadas às Comissões de Instrução. Até o dia 24 de fevereiro há 55 (cinquenta e  
1743 cinco) Comissões de Instrução para ocorrer, sendo 02 (duas) na região do ABC, uma em  
1744 andamento e outra aguardando nomeação; na subsede de Bauru há 01 (uma) aguardando  
1745 nomeação; na subsede de Campinas há 01 (uma) em andamento e 05 (cinco) aguardando  
1746 nomeação; em Sorocaba há 02 (duas) em andamento, 15 (quinze) aguardando nomeação,  
1747 sendo que 09 (nove) tem prioridades; na sede há 26 (vinte e seis), sendo 20 (vinte) em  
1748 andamento e 06 (seis) aguardando nomeação; em São José do Rio Preto há 01 (uma) em

1749 andamento; e, no Vale do Paraíba e Litoral Norte há 01 (uma) em andamento e 01 (uma)  
1750 aguardando nomeação. Nas subsedes Assis, Baixada Santista e Vale do Ribeira e  
1751 Ribeirão Preto, até a data de ontem não havia Comissão de Instrução. Esses são os dados  
1752 que geram algumas preocupações, em especial sobre a situação em Sorocaba, Campinas  
1753 e na sede. Na sede, o número é obviamente maior, mas possuem uma equipe  
1754 administrativa que se dedica especialmente a essas atividades, então, entendem que  
1755 esses 06 (seis) processos que aguardam nomeação estão dentro do fluxo de trabalho. No  
1756 Departamento da Comissão de Ética há três assistentes administrativas efetivas e uma  
1757 temporária que tem como uma de suas principais ações a condução das Comissões de  
1758 Instrução. Outra assistente administrativa tem como função principal o acompanhamento e  
1759 o despacho dos encaminhamentos das ações de mediação, mas que também tem  
1760 assumido comissões de instrução. Portanto, há uma equipe forte na sede para  
1761 desenvolvimento dessa ação. As duas maiores preocupações, são, portanto, as subsedes  
1762 de Sorocaba e Campinas. Assim, propõe que dialoguem com as/os conselheiras/os e com  
1763 as/os gestoras/es que devem participar das atividades da Comissão de Instrução,  
1764 ressaltando que se trata de uma função precípua do Conselho. Propõe que as subsedes  
1765 que não estão com alta demanda de instrução apoiem as subsedes Campinas e Sorocaba,  
1766 para que consigam zerar ou diminuir o número de CIs nessas subsedes. O outro objetivo  
1767 dessa ação seria treinar novas/os colaboradoras/es nas regiões de Sorocaba e Campinas,  
1768 pois há um indicativo que há poucas pessoas que podem assumir presidência da  
1769 Comissão de Instrução. Precisam de pessoas mais habilitadas, em especial, para essas  
1770 comissões. Com essa priorização, o indicativo é zerar ou aproximar do zero as demandas  
1771 deste ano. Também, trazer colaboradoras/es de outras subsedes, mais experientes, que  
1772 possam conduzir a atividade das comissões de instrução nas regiões e, ao mesmo tempo,  
1773 treinar novas/os colaboradoras/es, o que é uma estratégia utilizada na sede. Há um  
1774 número grande de pessoas que se tornaram membros de comissão de instrução,  
1775 algumas/uns sem experiência com atividades de COE e criaram a estratégia de que toda  
1776 Comissão de Instrução sempre terá uma pessoa sem experiência para que ela possa ir  
1777 acompanhando as/os profissionais. Outra proposta é que as subsedes com menor  
1778 demanda possam organizar despachos, ofícios, convocações e estudos na região, ou seja,  
1779 organizar todo o processo da CI e, sendo necessário, podem pensar no deslocamento  
1780 das/os trabalhadoras/es e dos/as colaboradoras/es para a subsele que estarão apoiando.  
1781 Informa que suas propostas devem ser consideradas sempre pensando na economicidade,  
1782 mas também que se trata de função precípua do Conselho. Sobre a Câmara de Mediação  
1783 – CAM COE, relata que em 2017 tiveram 19 (dezenove) reuniões, e um evento de

1784 alinhamento, ocorrido em novembro. Sobre os processos que passaram por mediação,  
1785 informa que 07 (sete) foram finalizados por acordo, sendo que todos esses já foram  
1786 apreciados pelas plenárias. Outras 22 (vinte e duas) não finalizaram em acordo. Destaca  
1787 que o objetivo principal da mediação não é finalizar o processo em acordo, como pode  
1788 parecer em alguns momentos, mas criar espaços de debate, espaços de diálogo entre as  
1789 pessoas que estão envolvidas no processo. Atualmente, estão em andamento 24 (vinte e  
1790 quatro) mediações. Sua proposta em relação à Câmara de Mediação é que, como  
1791 muitas/os conselheiras/os não estiveram no evento sobre alinhamento de mediações e  
1792 participam das sessões plenárias que apreciam os processos éticos que passaram pela  
1793 fase de mediação ou que podem vir a ser encaminhados à mediação, e que se tem  
1794 recebido alguns questionamentos, entendem que algumas questões ainda não estão bem  
1795 explicitadas para todas/os as/os conselheiras/os. Trata-se de uma sugestão da Câmara de  
1796 Mediação, e a proposta é que os próprios mediadores sanem as dúvidas do plenário.

1797 Considerações do Plenário: 1) Vinícius Cesca diz que gostaria de fazer algumas  
1798 considerações às sugestões apresentadas e alguns questionamentos. Concorda, no  
1799 mérito, mas considera fundamental que aquilo que no início foi chamado de dados brutos  
1800 sejam disponibilizados ativamente no Portal da Transparência. Considera que isso os  
1801 permite realizar uma discussão adequada sobre o Portal, pois, o modelo que ele tem hoje  
1802 é para dar conta do mínimo exigido em lei e, ainda assim, não o faz. Não têm a obrigação  
1803 de disponibilizar esses dados, mas seu entendimento é que a direção correta a ser seguida  
1804 é disponibilizar toda e qualquer informação. Se a Comissão de Ética avalia a possibilidade  
1805 e oportunidade para isso, considera algo positivo. Comenta que o Portal é feito em  
1806 *Wordpress*, portanto, é muito simples de formatar, possui a formatação de um *blog*, com  
1807 programação muito simples. Apesar de ser padronizado, desde que não retirem conteúdos,  
1808 podem fazer o que quiserem com ele. Portanto, há uma vantagem nesse sentido. Antes  
1809 deste plenário, já havia sido estabelecido o mínimo que precisam fornecer de informação  
1810 de reuniões, que são as atas das plenárias, e já nesta questão, faltam disponibilizar as  
1811 atas de plenárias éticas e de julgamento. Podem também disponibilizar registros de outras  
1812 reuniões, esta plenária já tendo, inclusive, decidido nessa direção. Faz duas observações  
1813 acerca da proposta, da qual concorda com o mérito: a primeira é que não pode ser  
1814 disponibilizado um arquivo PDF, porque contraria o que diz a lei, que determina que os  
1815 dados dos portais devem ser em formato aberto e editável e alguns conteúdos também  
1816 estão sendo disponibilizados no site em formato PDF. A lei é explícita quanto a isso.  
1817 Entende também que a prestação de contas deve ser disponibilizada mais que uma vez  
1818 por ano, precisam ter uma frequência maior de atualização deste dado. Cita como exemplo

1819 que outros dados são disponibilizados mensalmente e, portanto, considera que essa seria  
1820 a temporalidade adequada. Ressalta que não há obrigatoriedade em relação a esse dado  
1821 cumprir também essa frequência. Sobre os demais dados apresentados, entende que  
1822 precisam, por exemplo, informar quantas comissões de instrução precisam instaurar e não  
1823 somente o dado bruto de quantos receberam e quantas foram abertas, que são dados  
1824 insuficientes para apropriação do processo. Na perspectiva de que a importância de  
1825 publicar essas informações é que a categoria e a sociedade possam acompanhar a  
1826 prestação de um serviço público, considera importante que incluam esses dados entre  
1827 aqueles que divulgam, mas entende que podem discutir sobre isso. Lembra que os  
1828 dados devem ser disponibilizados em formato aberto e que precisam incluir também os  
1829 demais dados. Outra questão é que notou que o calendário de regionalização apresentado  
1830 não corresponde àquele que foi aprovado em plenária. Assim, considera que precisam ter  
1831 uma prestação de contas em relação a isso. O plenário definiu um calendário de  
1832 regionalização das reuniões de pareceres da Comissão de Ética que previa que todas as  
1833 subsedes teriam iniciado em 2017, mas não é isso que foi apresentado aqui. Dessa forma,  
1834 entende que precisam ter alguma devolutiva em relação à isso, uma vez que foi feito, até o  
1835 momento, de forma unilateral, contrariando o que tinha sido deliberado no plenário.  
1836 Também gostaria de entender melhor o funcionamento da Câmara de Ética. É algo que  
1837 tem questionado Rodrigo Toledo desde outubro, quando recebeu algumas informações  
1838 sobre a Câmara de Ética. Há alguns meses, ficou com a impressão de que havia uma  
1839 mudança de concepção do que seria a Câmara de Ética em relação aquilo que vinha  
1840 sendo até então. Não se sentiu contemplado nas respostas que teve aos seus  
1841 questionamentos. Tece o indicativo de que poderiam discutir essa questão, mas depois  
1842 disso não teve mais informações sobre a Câmara e gostaria de entender como ela tem  
1843 funcionado, qual o formato, quem participa, o que tem sido discutido e o que se espera  
1844 desse espaço. Quando a Comissão foi instaurada, puderam apresentar o que seria, quem  
1845 comporia, de que forma seria feito e, desde então, tem a impressão que mudou, mas não  
1846 tem a confirmação disso. Até então, estava sendo convidado a participar e não foi mais,  
1847 portanto, algo mudou. Questiona se houve alguma mudança de concepção e de  
1848 funcionamento sobre aquilo que foi debatido. Portanto, pede duas explicações: sobre o  
1849 calendário de regionalização e sobre a Câmara de Ética. O último ponto é como pensam  
1850 de forma estrutural um problema que é estrutural. Vêm lidando com ele em vários  
1851 momentos de forma conjuntural. Considera fundamental apresentar os gargalos com uma  
1852 frequência maior. Precisam pensar como coletivamente conseguem resolver as questões  
1853 estruturais, não conseguirão resolver somente no diálogo, precisam que as pessoas

1854 efetivamente façam. O cenário das comissões de instrução não é conjuntural, é estrutural e  
1855 é georreferenciado. O problema com as comissões de instrução em Sorocaba não é algo  
1856 deste momento e não admite soluções conjunturais. Portanto, entende que propor uma  
1857 força tarefa para resolver a questão é um problema. Pode ser que na conjuntura, se torne  
1858 necessário, mas não se trata de um problema conjuntural, mas vem sendo tratado como se  
1859 fosse. Entende que há necessidade de aprofundar a discussão, pois ela vem sendo feita  
1860 de forma superficial. Havia a decisão de colocar uma segunda assistente técnica nas  
1861 subsedes. Foi um erro ter colocado em Campinas, que tem uma população de  
1862 psicólogas/os maior, mas uma demanda menor que a de Sorocaba tanto de COF, quanto  
1863 de COE, por exemplo. As subsedes existem exatamente para realizarem essas atividades  
1864 nos territórios, conforme consta em Resolução. Podem tomar providências pela  
1865 emergência de resolução, mas se for esse o caso, é preciso que se estipule data de  
1866 finalização dessa atividade, considerando que se trata de uma situação excepcional e,  
1867 portanto, precisa ter uma prestação de contas. E precisam pensar em algo que resolva a  
1868 questão estrutural, não podem lidar com Sorocaba sempre como uma situação  
1869 emergencial, porque se trata de uma questão estrutural. Precisam aprofundar a leitura  
1870 sobre o cenário dessa Subsede, das características regionais e fornecer tanto para a  
1871 sociedade e categoria, quanto para quem está na gestão da subsede de Sorocaba uma  
1872 solução seja mais efetiva. Precisam assumir coletivamente o compromisso de lidar com  
1873 para esses problemas que são estruturais, apresentando uma resposta melhor. Reforça  
1874 que não é contrário ao mérito da proposta, assim como da emergência da questão. Mas,  
1875 reconhece que não se trata, efetivamente, de uma demanda emergencial. É uma demanda  
1876 estrutural. Recorda dos dados que a subsede encaminhou a respeito das demandas de  
1877 COF. Por exemplo, há fiscalização que a subsede precisa fazer há anos. É uma demanda  
1878 assustadora quando comparada a outras, é muito maior em todos os sentidos. A Subsede  
1879 não pode permanecer com o número de assistentes administrativos e assistentes técnicas  
1880 que tem atualmente. Existe uma prioridade na região e precisam, no mínimo, assumir  
1881 compromisso de que quando tiverem recurso extra, precisam focar e resolver este  
1882 problema. Considera ruim essa dinâmica de deslocamento, porque ela serviria da mesma  
1883 forma que seria possível com o pessoal local, mas como um desgaste e uma despesa  
1884 maiores. E, portanto, é difícil sustentar a justificativa no longo prazo, sendo que a  
1885 existência de uma Subsede na região se daria, exatamente, para não precisarem deslocar  
1886 tanto as pessoas. Precisam pensar e pactuar soluções mais adequadas para esse  
1887 problema. Quando a COF apresentar os dados, poderão ver que haverá esse gargalo  
1888 também nessas demandas. 2) Beatriz Borges Brambilla concorda com o exposto por

1889 Vinicius Cesca. Sabe-se que Sorocaba é um problema há bastante tempo. Vinicius Cesca  
1890 fez um apontamento das necessidades administrativas, inclusive. Entende que podem  
1891 revisar os fluxos da Subsede com relação ao apoio técnico e administrativo. Nesse sentido,  
1892 questiona se não deveria entrar no novo Plano de Cargos, Carreira e Salários - PCCS um  
1893 provisionamento para Sorocaba. Precisam pensar sobre como se debate esse assunto,  
1894 porque entende que é estrutural. Tem insistido nas Plenárias Éticas sobre a forma como  
1895 produzem as ações políticas como, por exemplo, fazem a defesa da RAPs. Considera que  
1896 há um padrão das demandas que surgem no território, como em Sorocaba a questão da  
1897 saúde mental, assim, como fazem gerência com as secretarias municipais de saúde no  
1898 território. Assim, podem sair da lógica da fiscalização e da instauração de processo ético.  
1899 Entende que podem pensar em uma ação de permanente articulação com as secretarias,  
1900 com os sindicatos de maneira geral. Também, que, neste momento, estão falando de uma  
1901 necessidade emergencial. Gostaria de fazer uma proposta que não sabe se é a mais  
1902 adequada, mas entende que as/os conselheiras/os têm se organizado para estar nas  
1903 plenárias ordinárias, e o quórum geraria dois quóruns de plenária ética. Portanto, considera  
1904 que podem avaliar dividir o período: por exemplo, de manhã fazem plenária ética e, no  
1905 período da tarde, plenária ordinária. Podem fazer um estudo para avaliar a questão e  
1906 garantir a participação de todas/os. 3) Ivani Francisco de Oliveira questiona se em algum  
1907 momento foi feito o resgate de ações que já tinham sido realizadas, por exemplo, parceria  
1908 da Subsede Grande ABC com a Subsede Sorocaba para pensar a realização e CI da  
1909 Subsede. Entende que podem resgatar a lógica daquele momento, inclusive para cálculo  
1910 da distância e do gasto envolvido, e colocar nessa apresentação como uma medida  
1911 cabível que a gente pode tomar. 4) Ed Otsuka comenta que, pensando nos desafios da  
1912 COE e lembrando uma articulação que estava sendo feita na gestão anterior, de  
1913 pensarem referências e capacitação sobre alguns temas prevaletentes, especialmente  
1914 sobre a questão de álcool e drogas e a atuação das/os psicólogas/os em comunidades  
1915 terapêuticas. No Núcleo Saúde, várias/os membras/os têm acúmulo importante nessa  
1916 área. Inclusive, na penúltima plenária ética que participou registraram em ata que iriam  
1917 retomar a questão com a COE e buscar construir em conjunto com a COF. Viu alguma  
1918 defasagem quando foram avaliar os pareceres, assim como questões repetidas que  
1919 ficavam descontextualizadas, inclusive, com o atual momento. O Núcleo Saúde já teve a  
1920 iniciativa de solicitar agenda com o COE para poderem articular algo nesse sentido.  
1921 Gostaria de saber se há alguma proposta e perspectiva. Pelos pareceres que reviram,  
1922 notaram a necessidade de uma capacitação também para as CIs. A ata dessa plenária  
1923 registrou que buscariam as propostas de capacitação via Núcleo Saúde com a COE, tanto

1924 para as assistentes técnicas, quanto para as/os conselheiras/os. Com relação à COE, seria  
1925 uma continuidade ou uma avaliação do processo anterior para uma continuidade, para  
1926 qualificarem esses processos. Considera prevalente a questão da atuação das/os  
1927 psicólogas/os em comunidades terapêuticas. 5) Rodrigo Presotto agradece Rodrigo Toledo  
1928 e Luciana Mantovani, que está representando os trabalhadores da COE, pela  
1929 apresentação. Considera que foi elucidativa e trouxe informações relevantes, propondo  
1930 encaminhamentos que, em sua concepção, também foram interessantes sobre como  
1931 lidam com as situações reais que vivem dentro do Conselho. Nesse sentido, gostaria de  
1932 pensar algumas questões no processo de implantação. Discorda do apontamento de  
1933 Vinícius Cesca. Há uma questão, por exemplo, como pensam a distribuição do recurso.  
1934 Também devem pensar em uma perspectiva em que possam, gradativamente, lidar com  
1935 as questões da realidade do Conselho. A subsede de Sorocaba é a subsede mais recente  
1936 do ponto de vista da implantação. Historicamente, é uma região que há um foco a partir do  
1937 grande número de hospitais psiquiátricos e instituições asilares. Entretanto, estima que as  
1938 ações de COE e COF na região de Campinas também sejam enormes - talvez possam  
1939 acessar os dados para conseguir trazer essas informações. Se trata da segunda maior  
1940 região no que diz respeito ao número de psicólogas/os. Podem fazer debate acerca dos  
1941 apontamentos, mas gostaria de louvar as ações que foram realizadas, inclusive antes  
1942 desta gestão. Se a Subsede Campinas consegue equacionar seu processo de trabalho, ao  
1943 menos no que diz respeito às fiscalizações que realiza, bem como os processos de COE,  
1944 isso se deve ao fato do plenário, em gestões anteriores, ter dado prioridade a essa região.  
1945 Assim como há um alto número de fiscalizações na região de Ribeirão Preto, que é uma  
1946 região grande. As estimativas mostram São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas e Sorocaba  
1947 como as que tem as maiores demandas. Portanto, entende como uma proposta de  
1948 incremento, mas não de abrir mão de uma proposta em detrimento a outra. Entende que  
1949 isso abre a possibilidade dentro da perspectiva do estado, sobre como podem destinar  
1950 recursos a partir desse cenário. Agradece a Rodrigo Toledo por ele ter se disponibilizado a  
1951 ir à Campinas para conversar sobre a infraestrutura, pois um dos gargalos existentes está  
1952 relacionado à infraestrutura. O processo de trabalho, em vários momentos ficava  
1953 prejudicado. Com relação à descentralização da COE, informa que enquanto não  
1954 encaminham de forma definitiva a compra do novo imóvel da Subsede, farão adequações  
1955 no atual imóvel, para poderem seguir com os encaminhamentos necessários, como as  
1956 ações relativas à descentralização da COE, com a alocação de estagiários. Precisam  
1957 pensar no cenário atual, sem que entrem em uma situação em que as regiões brigariam  
1958 por recursos, o que não seria produtivo. Relata também que a assistente técnica

1959 temporária de Campinas pediu a antecipação do término de seu contrato em dois meses. A  
1960 questão do PCCS e posterior abertura de concurso os deixa mais tranquilos. Devem  
1961 continuar debatendo as propostas porque, a partir delas, podem encontrar alternativas  
1962 reais. Enaltece que estão conseguindo destravar os processos de descentralização. Os  
1963 colaboradores de COE da Subsede são dos diversos municípios que compõem a região  
1964 abrangida pela Subsede, mas a Diretoria e presidência da COE anteriores indicavam que  
1965 essas/es colaboradoras/es, infelizmente, não teriam condições de colaborarem com  
1966 atividades, devido à dificuldade imposta para o custeio da ida deles. É interessante  
1967 poderem falar a partir dos dados, mas podem verificar a história e pensar em quais  
1968 encaminhamentos são possíveis a curto, médio e longo prazos para lidar com a questão  
1969 no estado todo. 6) Aristeu Bertelli da Silva se preocupa com algumas questões que  
1970 acontecem com a Comissão de Ética. Inicialmente, gostaria de elucidação sobre a questão  
1971 de se dizer que realizar julgamentos no período noturno poder gerar nulidade processual.  
1972 Pede que explicitem se a questão se apresentou porque ocorreu alguma solicitação nesse  
1973 sentido ou se é pelo temor em si de que possa dar nulidade. Preocupa-se também com os  
1974 gargalos apresentados, que não são de agora. Considera acertada a decisão deste  
1975 plenário e de plenários anteriores, bem como de COREPs (Congressos Regionais de  
1976 Psicologia) da descentralização dos trabalhos do CRP SP, não gerando hipertrofia da  
1977 sede. Nesse sentido, preocupa-se, do ponto de vista dos gastos, com a possibilidade de  
1978 uma força-tarefa, de um mutirão. Questiona de onde serão essas/es colaboradoras/es  
1979 mais experienciados com o tema que auxiliarão a Subsede Sorocaba e o quanto isso, de  
1980 fato, impactará. Ressalta que não está discordando de que o CPR SP cumpra sua função  
1981 precípua, quando estava na Diretoria, era algo que sempre pedia. Apenas se preocupa em  
1982 quanto será gasto para poder realizar essa atividade, tendo que deslocar colegas. Acredita  
1983 que a grande questão é a falta de colaboradoras/es. Pede que se evidencie o que, de fato,  
1984 está ocorrendo. Inclusive, porque, o que praticam de valor em custeio por ajuda de custo  
1985 não é o valor mais alto praticado, mas também está longe de ser o mais baixo,  
1986 comparando a outros conselhos dentro do estado de São Paulo, inclusive aqueles com  
1987 uma base maior que a do CRP SP. O seu questionamento em relação aos julgamentos no  
1988 período noturno se dá, especialmente, porque sua própria participação poderia ser maior  
1989 com outras opções de horários, uma vez que não pode se ausentar de seu expediente de  
1990 trabalho. Não havendo mais as atividades no período noturno, questiona se haverá outras  
1991 medidas para possibilitar a participação de outras/os conselheiras/os, como a solicitação  
1992 em seus lugares de trabalho, da dispensa para participação nessas atividades. Fala, por  
1993 exemplo, dessas dificuldades de colegas. Ficam nesse discurso de que existe uma grande

1994 dificuldade para colaboradoras/es, mas, então, pede que se aponte exatamente qual é  
1995 essa dificuldade, porque a questão financeira o preocupa. Em termos financeiros, faz  
1996 diferença o local de onde as pessoas serão deslocadas. Acredita ser possível congrega  
1997 novas pessoas que possam, de fato, ajudar dentro da própria região de Sorocaba. 7)  
1998 Luciana Mantovani explica que solicitou que a regionalização da Subsede de Sorocaba  
1999 fosse realizada somente este ano. As assistentes técnicas, tanto de Sorocaba quanto de  
2000 Campinas já foram capacitadas no ano passado, mas há um trabalho interno que precisa  
2001 ser realizado, por exemplo, os resumos que os novos estagiários das subsedes estão  
2002 fazendo, inicialmente, necessita de monitoria dos estagiários da sede. Também, precisa de  
2003 assessoria das assistentes técnicas nas três primeiras reuniões, que recebem assessoria  
2004 das assistentes técnicas da sede. Para algumas foi necessário apenas essas três  
2005 reuniões, mas para outras, tiveram que continuar a assessoria, o que gerou acúmulo de  
2006 trabalho. Nesse sentido, ressalta que a estrutura da COE é enxuta. São duas assistentes  
2007 técnicas que podem ficar doentes, que eventualmente tenham problemas pessoais e  
2008 precisem tirar licença, que tiram férias, que ficam doentes. Quanto uma falta, significa que  
2009 metade das assistentes técnicas não estarão. Em 2017 foram realizadas 25 (vinte e cinco)  
2010 reuniões de COE e 25 (vinte e cinco) pareceres, no mínimo, além de todo o trabalho que  
2011 tem feito de apoio às subsedes na regionalização. Foi insano e gratificante. Trabalharam  
2012 muito, mas agora há a mediação, as pessoas que participam do processo muitas vezes  
2013 saem contentes da mediação e o *feedback* dos mediadores têm sido positivo. Como  
2014 Rodrigo Toledo já expressou anteriormente, o objetivo não é estritamente o acordo, acaba  
2015 acontecendo, mas colocar as pessoas para conversarem, porque sempre fica uma  
2016 angústia com os processos. Às vezes, as pessoas querem apenas falar sobre o assunto,  
2017 dialogar, colocar para fora a situação que passaram. Entende que isso também é  
2018 Psicologia, fortalecer as pessoas para que elas enfrentem as suas questões. Ficou muito  
2019 apertado para a regionalização. Pede desculpas à plenária, mas solicitou que Campinas e  
2020 Sorocaba fossem deixados para 2018, uma vez que, de qualquer forma, estariam  
2021 cumprindo a meta do COREP, de concluir a regionalização nesta gestão. Sobre as atas  
2022 que o conselheiro Vinicius Cesca comentou, entende ser necessário estudar um pouco  
2023 mais, porque algumas tem somente o número do processo, mas algumas, quando há mais  
2024 de uma/um psicóloga/o processo, informa-se o nome de cada um deles e a decisão sobre.  
2025 Precisam entender se essa informação pode ou não ser divulgada, tendo em vista,  
2026 inclusive, a presunção da inocência. O objetivo deve ser sempre melhorar. Sobre o que Ed  
2027 Otsuka trouxe, esta semana chegou um pedido de reunião de COE com o Núcleo de  
2028 Saúde, mas sua reunião de despacho com o conselheiro Rodrigo Toledo já havia

2029 aconteceu, e, portanto, deixou para a próxima reunião que teriam, que é na próxima terça-  
2030 feira. Não entendeu a diferença entre essa reunião e a Câmara de Ética Profissional, mas  
2031 entende que devem conversar. A respeito da região de Sorocaba, relata que praticamente  
2032 todos processos estão relacionados a Comunidades Terapêuticas, e acabam, por isso,  
2033 tendo um maior número de CIs. 8) Ivana do Carmo comenta que diversas vezes trouxe à  
2034 plenária o contexto da região de Sorocaba. Sabe que passaram por momentos em que não  
2035 conseguiram discutir algumas questões a fundo. É necessário pensarem sobre o contexto  
2036 de Sorocaba, especialmente no que se refere à saúde mental. Não sabe se cabe ou se em  
2037 outro momento que gostariam que trouxesse um panorama sobre como estão na Subsede  
2038 e quais as justificativas que tem encontrado para as dificuldades que têm vivenciado. Fala  
2039 sobre o que construíram durante o ano de 2017. Tiveram algumas ações descentralizadas  
2040 na região, ocupando, dentro do território da Subsede, outras cidades. Conseguiram levar  
2041 debates importantes, por exemplo, da saúde mental. A questão da saúde mental, das  
2042 comunidades terapêuticas e de sexualidade e gênero. Considera isso algo positivo que  
2043 ocorreu no ano passado. Mesmo com a grande demanda, a Subsede tem conseguido  
2044 aproximar novas/os colaboradoras/es, que é o grande desafio. No início da gestão havia  
2045 duas pessoas, efetivamente, colaborando e seis na lista de colaboradoras/es. Atualmente,  
2046 tem 28 (vinte e oito) pessoas colaborando. Chegaram a ter 32 (trinta e duas), mas algumas  
2047 acabaram se afastando, algumas devido à distância mesmo. Relata que a Subsede  
2048 Sorocaba tem feito trabalho de aproximação com as universidades, também, para ter mais  
2049 contato com aqueles que estão se formando. Portanto, têm um bom vínculo com as  
2050 universidades da região. Pensaram em uma proposta de solução para as questões de  
2051 Sorocaba e tem conseguido várias/os colaboradoras/es para COF, que foi por onde  
2052 pensaram em começar a resolver as questões. Mas são pessoas que acabaram de se  
2053 formar e não têm experiência de trabalho, mas são pessoas muito disposta. Na discussão  
2054 sobre as diretrizes curriculares, discutiu-se bastante a questão de que as universidades da  
2055 região estão muito focadas no trabalho da/o psicóloga/o na clínica. Vários municípios da  
2056 região estão implantando somente agora algumas políticas públicas que já eram para estar  
2057 colocadas há muito tempo. Portanto, não tem profissionais em políticas públicas em si.  
2058 Solicita ao plenário que indiquem, caso conheçam pessoas da região para colaborarem. 9)  
2059 Bruna Lavinias coloca que a fala de Ed Otsuka a fez resgatar algo que, de certa forma,  
2060 discutiram na plenária ética realizada ontem: que produzem atas nas plenárias éticas, mas  
2061 elas têm uma rotação maior de conselheiras/os do que a plenária ordinária. Nas plenárias  
2062 éticas são tirados alguns encaminhamentos que ficam perdidos até entre as/os próprias/os  
2063 conselheiras/os. É preciso pensar em como fazer circular essas deliberações que

2064 acontecem nas plenárias éticas ou ter uma possibilidade de registro de ata diferenciado,  
2065 que deixe mais inteligível essas deliberações. Essas questões às vezes aparecem de uma  
2066 forma que se assemelham a notas de rodapé. Em complemento ao que Ed Otsuka disse,  
2067 comenta que na discussão que fizeram sobre Comunidades Terapêuticas, e notaram que  
2068 os pareceres eram formulados com textos muito similares, porque muitos tem situações  
2069 muito parecidas, mas aparentemente se tornou algo automático e havia apontamentos  
2070 mesmo quando não faziam sentido no contexto. Outros casos, o discurso político sobre  
2071 algumas questões já foi mudado, mas nos pareceres não estavam com esse discurso  
2072 atualizado, por exemplo, nas defesas sobre as questões ligadas a álcool e drogas. 10)  
2073 Vinícius Cesca comenta que a partir das falas que o sucederam, pensou em outros  
2074 aspectos relacionados à força-tarefa. Inicialmente, refere-se a fala de Rodrigo Presotto,  
2075 explicando que não pretende tirar uma assistente técnica da Subsede de Campinas.  
2076 Apenas avaliou que foi uma decisão historicamente, equivocada, utilizando como  
2077 parâmetro somente o porte populacional. Não considera que seja um recorte adequado  
2078 para esse tipo de decisão. Para exemplificar, cita que o CRP MG tem um terço das/os  
2079 psicólogas/os do CRP SP, entretanto, tramita apenas 5% da quantidade de processos  
2080 deste CRP. Portanto, não há uma correlação entre porte populacional e demanda.  
2081 Considera que o porte populacional é um parâmetro importante de avaliação e de  
2082 planejamento, mas que é inadequado tratá-lo como único fator para dimensionar o  
2083 processo de trabalho. Entre as subsedes, Campinas é a terceira em número de demanda.  
2084 A maior é Sorocaba, seguida por Ribeirão Preto, tendo como parâmetro os números de  
2085 fiscalizações. Sorocaba tem praticamente o dobro da demanda de Campinas. Outras  
2086 subsedes, a demanda de fiscalização é muito baixo, como Baixada Santista, por exemplo.  
2087 Assim, entende que há outros elementos a compor e, nessa perspectiva, que devem  
2088 pensar em soluções estruturais. Não é sua proposta mexer nessa estrutura, porque  
2089 causaria problemas em uma região, sem resolver o problema das outras. Porém,  
2090 historicamente, deveriam ter priorizado Sorocaba quando pensaram em contratação de  
2091 outra assistente técnica para a Subsede, e não Campinas. A respeito de algumas críticas,  
2092 diz que estão fazendo uma distorção daquilo que a antiga Diretoria propôs com relação à  
2093 regionalização. Nem a Diretoria, nem a presidência da COE anteriores, propuseram que  
2094 somente utilizassem pessoas da cidade de Campinas. Respondeu demandas concretas  
2095 sobre isso, indicando que fossem do território da Subsede. Recorda-se apenas de um caso  
2096 em que propunham deslocar uma colaboradora que estava em outra região – mas que  
2097 tinha inserção na região da subsede de Campinas. Mas, propunham ter agenda com essa  
2098 colaboradora exatamente no dia que ela estaria fora da região, e entendeu que podiam

2099 pensar essa agenda aproveitando a data que ela já estaria na cidade, não tendo o CRP SP  
2100 que arcar com os cursos desse deslocamento. Mas, nunca houve a orientação que  
2101 alegam. Da proposta de força-tarefa citada, entende que não pode ser uma solução de  
2102 médio prazo, mas de curtíssimo prazo, como emergencial, apenas. Cita que já aprovaram,  
2103 em plenários anteriores, em período recente, despesas injustificáveis para a COE e  
2104 entende que não podem retroceder, nesse sentido. Já precisaram fazer uma ação  
2105 emergencial no início da gestão, então, precisam retomar com mais cuidado a discussão  
2106 sobre o cenário atual, para evitar a reprodução de um cenário recente de explícito  
2107 descontrole dessa despesa em nome de uma necessidade que refletia a falta de  
2108 planejamento e a incapacidade de fazer gestão. Ivani Francisco propôs o critério da  
2109 proximidade entre as subsedes e ele acrescenta a proposição de que se estabeleça um  
2110 prazo de execução dessa tarefa e que tenham a prestação de contas do andamento disso  
2111 de forma permanente, para avaliarem se vale a pena manter essa estratégia, se ela está  
2112 sendo efetiva na redução dessa demanda. E, entende que há o dever de pensar em  
2113 soluções que sejam mais estruturais para esses problemas que são estruturais. 11)  
2114 Luciana Stoppa diz que se trata de uma pauta de suma importância para implicar o  
2115 plenário e para que façam aquilo que fazem neste momento, discutir aquilo que interessa à  
2116 Psicologia. O conselheiro Vinicius Cesca trouxe uma reflexão importante, mas que não é  
2117 uma novidade na medida em que em outros momentos já refletiram sobre a quantidade e  
2118 volume de demandas que as ações precípuas geram e o impacto que isso tem na vida  
2119 das/os conselheiras/os, das/os colaboradoras/es e gestoras/es do CRP SP.  
2120 Historicamente, não pensaram nesta ou em gestões anteriores sobre como resolver esse  
2121 problema. Tentam, mas não encontraram uma saída efetiva para isso. Houve um momento  
2122 nesta gestão em que a realidade dos territórios foi profundamente desconsiderada,  
2123 entendendo efetivamente que o território tem que dar conta das demandas. Devem pensar  
2124 quais são os diálogos que produziram com esses territórios para que pudessem se  
2125 apropriar das pautas políticas, de orientação e fiscalização do CRP. Entende que não  
2126 construíram uma boa relação com os territórios. Em outras gestões, fazia parte dos  
2127 territórios e a relação era diferente. Precisam pensar em outra lógica, para resolver um  
2128 problema estrutural, considerando o que as subsedes vivenciam. Por isso, a pauta do  
2129 Encontro de Sede e Subsedes que ocorrerá no dia 09 de março será COE e COF, com a  
2130 intenção de implicar as/os colaboradoras/es, gestoras/es dos territórios neste processo.  
2131 Entende que devem considerar o princípio da economicidade, mas olhar para a resolução  
2132 deste problema apenas por este prisma não o resolve, assim como já não o resolveu  
2133 anteriormente, tendo, inclusive aprofundado. Sobre o questionamento de Aristeu Bertelli,

2134 se a Diretoria pretende fazer contato com as instâncias superiores dos locais de trabalho  
2135 das/os conselheiras/os, responde que não. Todas/os compõem uma chapa que ganhou as  
2136 eleições e sabiam de suas funções. Não é novidade que precisam fazer orientação,  
2137 fiscalização, participar de plenárias e fazer relatórios de julgamento de reconsideração.  
2138 Todas/os têm uma responsabilidade sobre as funções precípuas que precisam lidar.  
2139 Criaram as plenárias aos sábados e, mesmo assim, não conseguiram dar conta de algo  
2140 que é função do plenário. Entende que essa proposta deve ser como proposto por Vinicius  
2141 Cesca, com data de início e fim e, também, dialogando com as comissões gestoras das  
2142 subsedes que têm problemas com colaboradoras/es e gestoras/es, para que possam  
2143 potencializar esse processo de territorialização das pauta de COE e COF. 12) Kleber  
2144 Chaves comenta que a medida adotada pela Diretoria, que limitou a participação de  
2145 colaboradoras/es se mostrou, em muitas situações bastante ineficaz para cumprir aquilo  
2146 que pretendia cumprir. Cita como exemplo, a Subsede de São José do Rio Preto, em que  
2147 tiveram negada a participação de um colaborador de COE de Ribeirão Preto para uma CI.  
2148 A Subsede São José do Rio Preto tem dificuldade em encontrar colaboradoras/es de COE,  
2149 acredita que possa ser devido a baixa demanda na região, o que fez com que tivessem  
2150 que recorrer a colaboradoras/es de outras regiões. Foi negada a participação de um  
2151 colaborador de Ribeirão Preto, que é uma cidade muito mais próxima do que muitos  
2152 municípios que estão na região de São José do Rio Preto. O princípio da economicidade é  
2153 inerente a atividade de qualquer órgão público, mas precisam repensar a metodologia ou  
2154 os métodos que utilizarão para alcançar o atendimento a esses princípios. Na situação  
2155 específica que citou, entende ter sido um equívoco. 13) Aristeu Bertelli diz que como foi  
2156 citado pela presidência e, dessa forma, solicita direito à resposta. Em momento algum se  
2157 negou a fazer alguma atividade do Conselho dentro do horário possível. Considera ridícula  
2158 e debochada a ofensa feito por Luciana Stoppa dos Santos. Jamais deixou de cumprir algo  
2159 para o qual foi designado. Pede que ela aponte as falhas que ele tenha cometido, quando  
2160 se recusou a fazer alguma atividade. Diz que se trata de uma falta de ética a acusação  
2161 leviana feita nesta plenária. Pede que tenha mais dignidade e hombridade. 14) Luciana  
2162 Stoppa dos Santos solicita que Aristeu Bertelli tenha mais respeito pelas mulheres deste  
2163 plenário. 15) Aristeu Bertelli pontua que está ele próprio exigindo respeito, não está  
2164 dizendo isso por Luciana Stoppa ser mulher, mas por ser a presidenta. 16) Luciana Stoppa  
2165 pede que a fala de Aristeu Bertelli da Silva seja registrada. 17) Maria Mercedes Guarnieri  
2166 comenta que discordâncias existem, mas que as/os conselheiras/os precisam saber  
2167 escolher as palavras. 18) Aristeu Bertelli diz esperar que Luciana Stoppa consiga manter o  
2168 decoro e respeito quando se referir a uma/um conselheira/o. Informa que se manifestará

2169 sempre que considerar necessário. Pede que se algo for comentado sobre sua conduta,  
2170 que possam provar o que dizem, pois segue aguardando que comprovem sua atitude  
2171 machista que o acusaram meses atrás. 19) Rodrigo Toledo em relação à última fala de  
2172 Aristeu Bertelli, comenta que precisam estabelecer um combinado. Estão durante toda a  
2173 manhã se acusando mutuamente. E, não somente nesta plenária, tem sido um  
2174 comportamento habitual e entende que quando alguém se sentir ofendido é o limite.  
2175 Precisam rever essa situação pois não faz sentido, se tratando de um grupo que pensa  
2176 sobre a Psicologia. Precisam se respeitar e desenvolver um trabalho com todas/os as/os  
2177 conselheiras/os. Ressalta que o conselheiro Aristeu Bertelli não foi a única pessoa  
2178 ofendida nesta plenária e todas/os precisam ser respeitadas. A respeito do que foi falado  
2179 sobre os dados apresentados, informa que das comissões de instrução, os dados já  
2180 constam no documento, com o número de comissões de instrução nomeadas, números de  
2181 sessões de depoimentos que foram realizadas durante o período. Portanto, entende que a  
2182 sugestão está contemplada dentro do documento. Indicam o número de sessões de  
2183 depoimento que aconteceram dentro do período, diligências. Assim, entendem que este  
2184 dado já consta. Diante do que conversaram, ele e Luciana Mantovani pensarão para ver  
2185 se, de fato, há mais alguma informação que possam incluir. A Comissão já vinha se  
2186 preocupando em incluir o maior número de dados possíveis no relatório. 20) Vinicius  
2187 Cesca considera que se trata de uma planilha de resultados, que não deixa explícita a  
2188 questão do gargalo. Especialmente do ponto de vista territorial, considera que é importante  
2189 que conste a informação. Entende que devem partir para um cenário mais completo, algo  
2190 que deve estar disponível para a sociedade, considerando que o usuário da informação  
2191 pode ser alguém que não é apropriado do funcionamento do Conselho. 21) Rodrigo Toledo  
2192 destaca que muitas informações não conseguem controlar pelo sistema Implanta. Alguns  
2193 dados precisam controlar de forma manual. Portanto, algumas das informações solicitadas,  
2194 talvez, não consigam de forma imediata. Estudarão a proposta e verão exatamente quais  
2195 informações mais conseguirão incluir. Podem trazer essas novas proposições para a  
2196 plenária. Sobre a regionalização, Luciana Mantovani trouxe algumas informações em sua  
2197 fala. Mas, pontua que, a partir de sua escuta sobre a alta demanda que as assistentes  
2198 técnicas da Comissão de Ética, em especial, viviam e de todas as atividades que  
2199 realizavam, entendeu, em conjunto com as/os conselheiras/os que compõem a COE, no  
2200 momento em que assumiu a Comissão – faltando 3 (três) meses para o fim do ano de  
2201 2017, quando se apropriou dos processos e dar andamento a outras questões, que  
2202 deveriam adiar a regionalização das outras subsedes, acolhendo a demanda vinda das  
2203 trabalhadoras. Assim, reforça que não deve haver uma responsabilização de Luciana

2204 Mantovani, pois foi uma decisão da presidência da Comissão de Ética. Foi tomada  
2205 considerando que não deixariam de cumprir o estabelecido pelo COREP. Até este  
2206 momento da gestão, tiveram poucos momentos para fazerem discussões sobre os pontos  
2207 da Comissão de Ética. Enfim, estão fazendo um debate sobre essas questões. Suas  
2208 propostas, de fato, visam lidar com essas questões apontadas. Estão com 17 (dezessete)  
2209 processos que precisam lidar. Há questões que estão aguardando e precisam lidar com  
2210 essa situação. Embora, isso não os exima da responsabilidade coletiva de pensar em  
2211 ações. No momento, não apresenta nenhuma proposta de mudança estrutural, porque  
2212 entende que é uma decisão que não cabe à COE e sim ao plenário. Sua proposta, neste  
2213 momento, é lidar com a questão emergencial e conjuntural, mas não fez nenhum indicativo  
2214 de tempo ou de quem fará a atividade. Seu indicativo foi de escolherem quem estiver com  
2215 menor demanda. As três regiões com maior demanda são Sorocaba, Campinas e São  
2216 Paulo, portanto, entende que não podem deslocar pessoas entre essas regiões. Portanto,  
2217 entende que devem pensar de deslocar as pessoas das regiões com menor demanda e  
2218 que desloquem, preferencialmente, as pessoas da mesma região. Trouxe os dados iniciais,  
2219 pela primeira vez, para que possam pensar juntos e levarem a uma reflexão estrutural. A  
2220 questão do PCCS é uma das que gera dificuldade e não se recorda se já há previsão de  
2221 ampliação do número de assistentes técnicas na Subsede Sorocaba. É uma decisão a ser  
2222 tomada no campo do PCCS. 22) Vinicius Cesca comenta que o PCCS não distribuiu as/os  
2223 trabalhadoras/es por área de lotação, apenas indica uma quantidade máxima para o cargo.  
2224 A decisão sobre a Subsede é do campo da gestão organizacional dos recursos internos.  
2225 Não existe a definição sobre as subsedes, não por não estar previsto, mas para dar  
2226 margem de abertura de decisão da gestão. 23) Rodrigo Toledo agradece a informação de  
2227 Vinicius Cesca. Sobre a reunião solicitada por Ed Otsuka, reforça que ainda não tinha  
2228 ciência da informação. Em breve, responderá à demanda. Considera interessante a  
2229 proposta de terem plenárias éticas aos sábados, articuladas com as plenárias ordinárias,  
2230 apresentada pela conselheira Beatriz Brambilla. Já têm buscado colaboradoras/es de  
2231 outras regiões, quando não encontram na própria região, isso acontece desde a gestão da  
2232 conselheira que o antecedeu na presidência da COE. Em resposta ao questionamento do  
2233 conselheiro Aristeu Bertelli, informa que não houve nenhum pedido de nulidade. Apenas  
2234 houve um caso em que as partes solicitaram alteração do horário do julgamento e a  
2235 alteração foi realizada, passando do período da noite para tarde. Diz que na plenária de  
2236 dezembro houve uma discussão sobre a questão do julgamento em horário noturno,  
2237 quando uma/um conselheira/o citou que o assunto já havia sido discutido no início da  
2238 gestão. Resgatou as atas e encontrou que citavam um parecer jurídico sobre o assunto,

2239 mas o mesmo não chegou a ser compartilhado. Solicitou, então, acesso ao Parecer à  
2240 Diretoria. Nesse Parecer havia duas solicitações: uma delas estava relacionada a uma  
2241 situação pessoal de uma ex-conselheira e a outra sobre a participação do horário noturno.  
2242 Para que não houvesse situação em que tivessem que expor a situação da ex-conselheira,  
2243 solicitou novo parecer, para que tivesse somente a informação sobre a possibilidade do  
2244 julgamento no horário noturno. Pode disponibilizar o parecer para que todo o plenário  
2245 tenha acesso, mas adianta que não há nenhum indicativo que negue a possibilidade de  
2246 realizar a plenária nesse período, porém, entende a importância de que comuniquem a  
2247 todo plenário de que está é uma possibilidade. Assim, trazem essa preocupação e entende  
2248 que se trata de uma decisão política. Comenta que o parecer traz que os atos processuais  
2249 são realizados em dias úteis, como regra geral, respondendo ao questionamento sobre a  
2250 possibilidade de realização em período noturno em um sábado. Traz, ainda, que a regra  
2251 geral comporta exceção, desde de que justificada no interesse público, como plantões  
2252 judiciais tem por finalidade garantir acesso à justiça. No âmbito do Conselho Regional de  
2253 Psicologia, há necessidade de justificar o interesse público na referida decisão. O próprio  
2254 Código de Processamento Disciplinar comentado traz anotações em relação ao ato  
2255 processual relativos à oitiva de testemunhas, que devem acontecer em dias úteis, em  
2256 horário legal - das 06 horas às 20 horas, sob pena de ter de se repetir o ato processual por  
2257 determinação judicial. Portanto, vislumbra-se a possibilidade de nulidade processual.  
2258 Ressalta que o Parecer leva em consideração o CPD quando traz informações  
2259 especificamente sobre Comissão de Instrução. Portanto, conclui que a realização de atos  
2260 processuais sem a devida previsão de norma processual de regência pode gerar  
2261 questionamentos. O Parecer, por fim, conclui que embora não haja impeditivo legal  
2262 expresse que vede a realização dos atos processuais fora do horário legal, não é  
2263 conveniente e oportuno a sua realização sem a devida justificativa no interesse público. 24)  
2264 Aristeu Bertelli indica que o paralelo feito pelo jurídico é da Comissão de Instrução e não  
2265 do Julgamento, que é uma plenária, a rigor.

2266 25) Rodrigo Toledo considera importante destacar como não há uma indicação explícita no  
2267 CPD, buscam uma normativa semelhante. 25) Evelyn Sayeg considera problemático  
2268 alterarem o horário de uma plenária de julgamento que haviam acordado ser a partir das  
2269 18 horas, para iniciar as 14 horas. Enquanto conselheira, estará sendo impedida de  
2270 participar se tomarem essa decisão. Precisam encontrar um meio termo para que seja  
2271 possível. Pelo seu atual regime de trabalho, não seria possível participar no período da  
2272 tarde. 26) Rodrigo Toledo informa que em nenhum momento trouxe a proposta de que  
2273 alterassem o horário, apenas o indicativo de uma informação da qual ainda não tinham tido

2274 acesso. Não disse que deveriam fazer mudanças, apenas trouxe a informação para que  
2275 pudessem fundamentar a tomada de decisão, coletivamente. Está com o Parecer que não  
2276 havia sido disponibilizado ao plenário e que agora está sendo. Em nenhum momento  
2277 trouxe a informação de que mudariam as decisões que já tomaram em relação ao  
2278 calendário das plenárias. Em dezembro definiram que alternariam os julgamentos, fazendo  
2279 um à noite e outro à tarde. Porém, não tinham a informação do Parecer Jurídico, mesmo  
2280 na plenária de dezembro tendo sido afirmado que tinham disponibilizado, somente teve  
2281 acesso depois. Não está tomando nenhuma decisão, nem indicando encaminhamentos, a  
2282 não ser disponibilizar a todas/os conselheiras/os o Parecer. Sobre o acesso às atas das  
2283 plenárias, precisam, de fato, tomar decisões de como fazer isso. Podem encontrar outras  
2284 formas de registro. Resgata que a conselheira Andrea Mataresi, quando estava na  
2285 presidência da Comissão de Ética constituiu, em parceria com a coordenadora técnica,  
2286 Luciana Mantovani e com as demais pessoas que compunham a Ética, um conjunto de  
2287 instruções que foram encaminhadas. Recorda-se que estava na plenária em que isso foi  
2288 apresentado e essas orientações foram disponibilizadas a todas/os conselheiras/os em  
2289 forma de registro. As/Os conselheiras/os não têm seguido essa orientação. No momento  
2290 que assumiu a presidência da Comissão, não fez nenhuma alteração ao tipo de orientação  
2291 feita pela conselheira Andrea Mataresi. Assim, entende que devem ter o compromisso de  
2292 acessar novamente esses dados, para reverem juntos. Trouxe indicações para as  
2293 situações de Sorocaba e Campinas e para que possam pensar se seguirão com elas ou  
2294 não. 27) Luciana Mantovani, sobre as plenárias noturnas, informa que da conversa que  
2295 teve com o jurídico, entendeu que era possível fazer, só que alguma das partes pode pedir  
2296 nulidade, isso é garantido judicialmente, e teriam que anular o ato. Então, correm o risco  
2297 de ter que refazer o ato. Mas, em um ano realizando plenárias no período noturno,  
2298 somente uma pessoa solicitou para alterar o horário e o CRP SP não colocou nenhum  
2299 obstáculo quanto a isso, fez a alteração e o julgamento foi realizado à tarde. No calendário  
2300 deste ano, estão previstos julgamentos à tarde e à noite. Também estão propondo  
2301 transformar duas plenárias éticas, uma no período vespertino e outra no período noturno,  
2302 em plenárias de julgamento, porque estão com acúmulo de julgamentos. 28) Rodrigo  
2303 Toledo propõe, diante das discussões dessa plenária, o diálogo com as comissões  
2304 gestoras de Sorocaba e de Campinas. Enquanto COE, se compromete a, junto com essas  
2305 subsedes, trazer para a próxima plenária o resultado dessas conversas e um planejamento  
2306 para lidar com essas ações. Entendeu, por algumas falas, que a disponibilização das  
2307 informações no Portal da Transparência é consenso, que seja colocado esse relatório com  
2308 os dados brutos. Caso entendam que novas informações devem ser disponibilizadas,

2309 alteram o relatório. Nesse relatório podem disponibilizar os dados até o final de 2017 e  
2310 fazerem um estudo se podem disponibilizar as informações com uma periodicidade menor.  
2311 Sobre as atas, entende que as decisões se alteram e isso pode gerar mais confusão que  
2312 entendimento às pessoas, pois, ao acessarem em momentos diferentes informações sobre  
2313 um processo, verão que a decisão é diferente da que tinha sido acessada anteriormente.  
2314 Se preocupa com isso. Mas, podem estudar uma forma de garantir esse acesso. Na  
2315 plenária anterior tiveram o compromisso de cumprir o quórum. Algumas/uns  
2316 conselheiras/os ainda não indicaram suas participações nas plenárias éticas. Pede que  
2317 façam a indicação, tendo em vista que plenárias para apreciação de relatórios de  
2318 reconsideração e julgamentos são importantes para a categoria. Sugere que pautem para  
2319 a próxima plenária a discussão sobre as plenárias serem realizadas no sábado,  
2320 considerando o adiantado da hora e a necessidade de discutir outros pontos de pauta  
2321 ainda nesta plenária. 29) Vinicius Cesca de Lima questiona não terem deliberado nada no  
2322 ponto anterior. Tudo discutido ficou no campo de indicativos, sem deliberações. Rodrigo  
2323 Toledo trouxe proposições, mas quem delibera é o plenário. Outras/os conselheiras/os  
2324 podem apresentar outras propostas. 30) Rodrigo Toledo reforça que sua proposta é de  
2325 diálogo com as comissões gestoras das subsedes Campinas e Sorocaba, onde estão os  
2326 principais gargalos de Comissão de Instrução, a fim de planejarem os encaminhamentos  
2327 de ordem estrutural e de ordem conjuntural e trazer na próxima plenária um plano de  
2328 trabalho. Possuem os dados prontos de 2017, conforme o relatório apresentado, mas  
2329 podem avaliar na COE com que periodicidade conseguem construir essas informações  
2330 para trazer ao plenário, avaliando se devem alterar o relatório no Portal. Sobre as plenárias  
2331 de julgamento em período noturno, relata que seu entendimento é que não serão  
2332 alteradas. 31) Luciana Stoppa concorda que as decisões poderão ser tomadas após a  
2333 apresentação da COE na próxima plenária. 32) Vinicius Cesca comenta que, nesse caso,  
2334 não se encaminhou nada sobre a questão emergencial. 33) Rodrigo Toledo comenta que  
2335 possuem muitas tarefas e não gostaria de deixar como encaminhamento que trariam todas  
2336 essas questões já na próxima plenária. Como disse anteriormente, algumas informações  
2337 são processadas de forma manual. 34) Vinicius Cesca informa que mantém sua  
2338 preocupação que já iniciem o trabalho em março, sem que tenha sido discutido no plenário  
2339 o planejamento da execução. Entende que correm um risco de retomarem um modelo que,  
2340 na verdade, devem superar. Não proporá que não seja feito, até na perspectiva da  
2341 necessidade de ações este mês, mas que possam, de fato, discutir o planejamento da  
2342 ação na próxima plenária. Comenta que já questionou três vezes sobre a Câmara de Ética  
2343 Profissional e não se sentiu contemplado. Novamente questionou nesta plenária e não foi

2344 respondido. Espera que possam tratar sobre esse assunto em uma próxima ocasião. 35)  
2345 Rodrigo Toledo diz que podem assumir o compromisso com as comissões gestoras de  
2346 Sorocaba e de Campinas de que só se reunirão e não farão nenhuma ação em relação às  
2347 Comissões de Instrução. Para evitar questionamentos sobre as ações que forem  
2348 realizadas em março, antes da plenária. 36) Luciana Stoppa discorda da última fala de  
2349 Rodrigo Toledo, pois entende que a indicação é de que já iniciem a organização e  
2350 realização dos trabalhos no que for necessário. 37) Rodrigo Toledo reforça que sua  
2351 preocupação é serem questionados das decisões que tomarem. Essa é sua preocupação.  
2352 38) Vinicius Cesca retoma sua preocupação. Entende que devem levar em consideração o  
2353 caráter temporário na questão da localização. Não avalia que seja adequado pensar em  
2354 quais sedes tem menos demanda e não em quem está mais perto, porque as pessoas  
2355 podem fazer isso em dias diferentes. Sua preocupação é o impacto que isto terá do ponto  
2356 de vista da despesa comparando com o resultado que isso traz. Conhece dados que  
2357 mostram explicitamente que houve um momento em que tiveram uma elevação  
2358 desnecessária de despesa sem que isso refletisse em melhorias no resultado e teme que  
2359 isso possa ocorrer novamente. Não propõe um adiamento, foi explícito em sua fala. É  
2360 inconcebível propor que parem uma atividade durante um mês, ainda que possam  
2361 discordar sobre qual a melhor maneira de fazer. Quem decidir a forma como será feito  
2362 estará sujeito a todo tipo de crítica, questionamento ou cobrança quanto a isso, enquanto  
2363 agente público que é. Se qualquer pessoa entender que foi feito de uma forma que não é  
2364 adequada, pode questionar. Quem assume o lugar da decisão, também está assumindo o  
2365 ônus do possível questionamento. Questionou se já havia sido deliberado e entenderam  
2366 que seria uma deliberação consensual. Não está propondo nada diferente, apenas fez uma  
2367 proposta em relação ao prazo. Não proporá nada alternativo a isso que foi apontado, mas  
2368 deixa registrada sua preocupação de como isso será feito ao longo do mês de março e que  
2369 possam discutir a questão na plenária de março. 39) Rodrigo Toledo informa que sua  
2370 preocupação é sobre essas questões que são inferidas. A proposta que traz é que façam o  
2371 diálogo com as comissões gestoras, conforme já havia sido planejado pelo Conselho de  
2372 Ética e pelas duas sedes. Isso será feito durante o mês de março e trarão retorno  
2373 dessas conversas na plenária de março. 40) Maria Rozineti Gonçalves defende a proposta  
2374 apresentada por Luciana Stoppa. 41) Rodrigo Toledo retoma que Bruna Falleiros  
2375 comentou que tomam decisões políticas e que as decisões políticas deveriam servir de  
2376 subsídio aos processos éticos. Comenta que não teve acesso a nenhuma decisão política  
2377 de encaminhamentos a respeito das comunidades terapêuticas ou com a temática álcool e  
2378 drogas. Não recebeu nenhum subsídio que o ajude na elaboração de um parecer sobre o

2379 assunto. O grupo de Pareceres que faz parte e coordena também não recebeu a  
2380 informação. Se preocupa que falem que há uma determinação política que fundamenta os  
2381 pareceres, mas isso não foi encaminhado pelo Núcleo de Saúde. Enquanto conselheiro,  
2382 que coordena reunião de Pareces da COE e que preside a Comissão de Ética não recebeu  
2383 nenhuma informação sobre a decisão política. Considera que essa é uma questão  
2384 importante e fica a impressão de que a COE não está instrumentando as pessoas no  
2385 processo de elaboração dos pareceres. Mas, todos os dados que recebem das Comissões,  
2386 como orientações e sugestões, são repassados a todos os membros que participam.  
2387 Porém essa decisão sobre álcool e drogas não chegou a seu conhecimento. **42) Questão**  
2388 **de ordem**, Rodrigo Presotto comenta que o que Rodrigo Toledo diz traz outra questão e  
2389 que propõe que encaminhem, que seja discutido na plenária do mês que vem. Gostaria de  
2390 responder ao que foi exposto e entende que Ed Otsuka, enquanto coordenador do Núcleo  
2391 de Saúde, também. Faz apelo que Ed Otsuka deixe para ter essa discussão na próxima  
2392 plenária. **43)** Luciana Stoppa pede que se registre que Ed Otsuka está desrespeitando o  
2393 combinado de teto para a discussão. Assumiram um compromisso com o horário e há uma  
2394 convidada esperando para expor seu ponto. **44)** Ed Otsuka comenta que essa atitude é  
2395 autoritária. Mas, dialogando com o que Rodrigo Toledo trouxe, não sabe também onde  
2396 estão esses subsídios. Trata-se de algo que precisam construir. Quando Andrea Mataresi  
2397 estava na presidência da Comissão de Ética, estavam fazendo reuniões, inclusive  
2398 avaliando um processo por um Parecer que ele havia feito. A partir desse momento,  
2399 começaram a criar subsídios, construindo conjuntamente. Iam começar a construir porque  
2400 perceberam a necessidade de ter subsídios técnicos mais qualificados. O Núcleo Saúde  
2401 teve a iniciativa de tentar fazer uma construção tanto com a COE e quanto com a COF,  
2402 tendo ações junto com a COF também. É algo que precisam construir. Concede uma parte  
2403 para Vinicius Cesca. **45)** Vinicius Cesca comenta que está em um uso de uma parte da fala  
2404 do conselheiro Ed Otsuka, o que é previsto em Regimento. O local onde estava sendo feita  
2405 essa discussão era na Câmara de Ética Profissional, que ele tem tentado discutir desde  
2406 outubro. Era nessa Câmara que fariam a construção desses subsídios. Portanto, agora  
2407 tem certeza de que a Câmara foi descaracterizada, uma vez que o presidente da  
2408 Comissão de Ética não sabe para que serviria esse espaço, que era para discutir e  
2409 construir com o núcleo este posicionamento em relação aos processos. Portanto, de fato,  
2410 ela não foi mantida dessa forma. **46)** Beatriz Mattos informa que, quando Bruna Falleiros  
2411 trouxe a questão, estava se referindo a ata da plenária ética, de como discutiram a  
2412 questão. A plenária cria muitas confusões por incômodos de cada um. Não era algo que  
2413 estava relacionado à Câmara de Ética Profissional. **47)** Rodrigo Toledo comenta que

2414 reverá as contribuições que a conselheira Andrea Mataresi fez na gestão anterior da COE  
2415 e que encaminhou a todos vocês e poderão se ater a como farão as atas das próximas  
2416 plenárias. 48) Vinicius Cesca retoma sua fala. Informa que não haveria a preocupação não  
2417 fosse a fala leviana de Rodrigo Toledo, de fazer uma acusação em relação ao Núcleo de  
2418 Saúde de algo que é de gestão da própria Comissão de Ética e que ele foi o responsável,  
2419 aparentemente, por dar continuidade na gestão dessa Comissão. Também, que ele tenha  
2420 se recusado a discutir o assunto. Desde outubro está pedindo a discussão, pontuando que  
2421 necessitavam de informações. Rodrigo Toledo seguiu se recusando a falar sobre o assunto  
2422 e, ao final, faz essa fala completamente desrespeitosa e leviana com trabalho construído  
2423 pelo Núcleo. Assim, pede que façam uma discussão séria sobre a Câmara de Ética  
2424 Profissional, que tem sido negligenciada desde que Rodrigo Toledo assumiu a presidência  
2425 da Comissão de Ética. **Encaminhamentos: 1)** A Comissão de Ética deverá se reunir com  
2426 as Comissões Gestoras de Sorocaba e Campinas, a fim de definir um plano de ação sobre  
2427 as Comissões de Instrução. As ações podem ser iniciadas, mas o assunto deverá ser  
2428 trazido novamente na plenária de março, já com o resultado das reuniões entre COE e as  
2429 Comissões Gestoras. **2)** O relatório trazido por Rodrigo Toledo deverá ser disponibilizado  
2430 no Portal da Transparência, referente às informações de 2017. A COE deverá avaliar a  
2431 possibilidade de disponibilização das informações em intervalos menores. **IX) COMISSÃO**  
2432 **DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** – Devido ao adiantado da hora, a conselheira  
2433 presidenta Luciana Stoppa dos Santos informa que precisarão repactuar o teto da plenária  
2434 e consulta Regiane Aparecida Piva e Karen Meira Dotto se podem repautar o ponto  
2435 “Comissão de Orientação e Fiscalização” para a próxima plenária. Karen Dotto,  
2436 coordenadora técnica de COF, explica porque foi produzido um material que está  
2437 disponível na pasta das/os conselheira/os. Apresentariam os procedimentos da COF e  
2438 entende que é um material que poderá ser apresentado, também, no Encontro de Sede e  
2439 Subsedes. Considera ruim que o ponto vá ficar descolado da apresentação do ponto da  
2440 COE, porque várias coisas que foram ditas sobre a COE também são relacionadas à COF.  
2441 Considerou a possibilidade de deslocar pessoas para fazerem também atividades de COF,  
2442 no mesmo deslocamento. **Encaminhamento:** A discussão sobre a Comissão de  
2443 Orientação e Fiscalização será realizada na próxima plenária ordinária, com prioridade. **X)**  
2444 **ASSUNTOS FINANCEIROS** - Guilherme Raggi agradece o apoio que teve nos últimos  
2445 dias e desculpa-se por não ter podido chegar antes à Plenária. Devido às viagens que  
2446 precisou fazer devido ao falecimento de seu pai, precisou terminar entre ontem e hoje o  
2447 que será apresentado. Embora, muita coisa já tivesse adiantado. Sua proposta é discutir o  
2448 Orçamento Programa a partir dos eventos do Plano Estratégico, dos planejamentos de

2449 ação que fizeram nos últimos dois meses. Recupera o histórico mais recente: fizeram uma  
2450 atividade em setembro do ano passado, para avaliação das ações que haviam sido  
2451 planejadas e realizadas até o momento e da destinação de valores para as ações do eixo  
2452 1. Fizeram a contratação de uma assessoria, que culminou na atividade realizada em  
2453 janeiro deste ano, que tinha por objetivo também fazer a avaliação das ações dos outros  
2454 eixos e revisão das necessidades das ações, inclusão de ações não previstas  
2455 anteriormente. Naquele momento, a proposta era que aquilo que chamavam de Eixos  
2456 passariam a se chamar Objetivos Estratégicos e que a destinação de valores ficasse sob  
2457 responsabilidade da Diretoria. Apresenta, então, a proposta, já com alguns combinados  
2458 decididos em plenária. Salaria que as ações serão válidas por toda a gestão, tanto para  
2459 facilitar o manejo orçamentário, quanto para garantir a possibilidade de execução. Não  
2460 ficando sempre em processo de planejamento, adicionando ações. A segunda proposta  
2461 que apresenta é de flexibilidade, tendo as Comissões Gestoras flexibilidade para priorizar  
2462 ações e remanejar o dispêndio de recursos de acordo com os projetos que possuem e com  
2463 a conjuntura no momento de execução dessas ações. Relata que o valor total das ações  
2464 do Planejamento Estratégico realizado em 22 de setembro de 2017 é de R\$ 3.469.308,00  
2465 (três milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e oito reais); das ações  
2466 planejadas em 20 de janeiro de 2018 é R\$ 1.102.946,00 (um milhão, cento e dois mil,  
2467 novecentos e quarenta e seis reais). As Ações Contínuas da Gestão, proporcionalmente a  
2468 2017, são no valor de R\$ 813.104,46 (oitocentos e treze mil, cento e quatro reais e  
2469 quarenta e seis centavos). Totalizando o valor de R\$ 5.385.358,46 (cinco milhões,  
2470 trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e seis  
2471 centavos). A verba prevista no Orçamento para o Orçamento Programa 2018 é de R\$  
2472 4.442.695,23 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e  
2473 cinco reais e vinte e três centavos). Há, portanto, uma diferença orçamentária de R\$  
2474 942.663,23 (novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e  
2475 três centavos) e, assim, precisam ajustar. Se incumbiu da tarefa de propor uma forma de  
2476 fazer esses ajustes. Evitou ao máximo a lógica do corte proporcional. Precisam pensar do  
2477 ponto de vista político. Além disso, compraram com as atividades que foram realizadas em  
2478 2017 para pensarem na forma de dimensionamento. Ressalta que muitas ações foram  
2479 dimensionadas para um número muito superior de participantes do que normalmente tem  
2480 nos eventos. Olharam também com alguns insumos que eram solicitados, sendo que  
2481 alguns deles, como lanche, botons, camisetas e etc., podem ser configurados como brinde.  
2482 Algumas Comissões não apresentaram ações para o Orçamento Programa, como a CATE  
2483 – Comissão de Análise de Título de Especialista, a CACI - Comissão de Auditoria e

2484 Controle Interno, a CPL – Comissão de Processos Legislativos, Comissão de Licitação, o  
2485 GT Métodos e Técnicas e Diversidade Epistemológica, o GT Compra da Nova Sede e o  
2486 GT Transparência. A Lógica do redimensionamento foi começou pelas ações de maior  
2487 expressividade financeira, divisão temporal das ações, comparação com as atividades  
2488 realizadas em 2017 e olhar individual para as necessidades de cada ação, e cuidados com  
2489 os números de itens pedidos e estimativa de participação. Apresenta, então, como ficou o  
2490 valor das ações políticas das Comissões: Câmara de Mediação da Comissão de Ética - R\$  
2491 65.920,00 (sessenta e cinco mil, novecentos e vinte reais); Comissão de Comunicação -  
2492 R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); Comissão de Direitos Humanos - R\$ 87.747,00  
2493 (oitenta e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais); Comissão de Ética - R\$  
2494 166.650,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais); Comissão de  
2495 Orientação e Fiscalização - R\$ 79.450,00 (setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta  
2496 reais); Comissão de Políticas Públicas - R\$ 207.239,00 (duzentos e sete mil, duzentos  
2497 e trinta e nove reais); e, Diretoria - R\$ 152.780,00 (cento e cinquenta e dois mil,  
2498 setecentos e oitenta reais). Para a Comissão de Comunicação, originalmente, o  
2499 Orçamento era de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), mas avaliaram  
2500 que será possível redimensionar ela por dois anos, reduzindo o valor para R\$ 1.000.000,00  
2501 (um milhão de reais) para produzir os jornais, as questões ligadas ao site, a TV Web.  
2502 Salienta que a expectativa é que várias ações que realizarem agora não precisem ser  
2503 replicadas em 2019. Sobre as Comissões Gestoras, ressalta que houve uma disparidade  
2504 grande sobre o que apontaram como necessidades. Algumas apontaram muitos eventos.  
2505 Assim, a dotação orçamentária ficou da seguinte forma: Comissão Gestora Metropolitana –  
2506 R\$ 3.140,00 (três mil, cento e quarenta reais); Subsede Assis - R\$ 23.533,00 (vinte e três  
2507 mil, quinhentos e trinta e três reais); Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira - R\$  
2508 27.000,00 (vinte e sete mil reais); Subsede Bauru – R\$ 3.426,00 (três mil, quatrocentos e  
2509 vinte e seis reais); Subsede Campinas – R\$ 3.000,00 (três mil reais); Subsede Grande  
2510 ABC – R\$ 13.000,00 (treze mil reais); Subsede Ribeirão Preto - R\$ 6.960,00 (seis mil,  
2511 novecentos e sessenta reais); Subsede São José do Rio Preto – R\$ 1.000,00 (mil reais);  
2512 Subsede Sorocaba – R\$ 2.000,00 (dois mil reais); Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte  
2513 – R\$ 3.862,00 (três mil, oitocentos e sessenta e dois reais). Esse orçamento é de ações  
2514 planejadas pelas subsedes, para execução diretamente delas. Dos Núcleos e GTs, o  
2515 Orçamentos ajustado ficou da seguinte forma: GT Condições e Processos de Trabalho -  
2516 R\$ 30.584,00 (trinta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais); GT História e Memória da  
2517 Psicologia – R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais); GT Política de Transparência,  
2518 Participação e Rigor - R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais); Núcleo Assistência Social - R\$

2519 63.120,00 (sessenta e três mil, cento e vinte reais); Núcleo Criança e Adolescente – R\$  
2520 99.332,00 (noventa e nove mil, trezentos e trinta e dois reais); Núcleo Educação e  
2521 Medicalização - R\$ 93.976,00 (noventa e três mil, novecentos e setenta e seis reais);  
2522 Núcleo Emergências e Desastres - R\$ 26.340,00 (vinte e seis mil, trezentos e quarenta  
2523 reais); Núcleo Justiça - R\$ 35.902,00 (trinta e cinco mil, novecentos e dois reais); Núcleo  
2524 Psicologia e Deficiência - R\$ 113.620,00 (cento e treze mil, seiscentos e vinte reais);  
2525 Núcleo Psicologia e Esporte - R\$ 10.000,00 (dez mil reais); Núcleo Psicologia e Povos  
2526 Tradicionais - R\$ 44.440,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais); Núcleo  
2527 Psicologia e Relações Etnorraciais - R\$ 88.790,00 (oitenta e oito mil, setecentos e  
2528 noventa reais); Núcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho - R\$ 5.000,00 (cinco mil  
2529 reais); Núcleo Psicologia, Laicidade e Religiosidade - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); Núcleo  
2530 Psicoterapias - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); Núcleo Saúde - R\$ 311.400,00 (trezentos e  
2531 onze mil e quatrocentos reais); Núcleo Sexualidade e Gênero – R\$ 106.640,00 (cento e  
2532 seis mil, seiscentos e quarenta reais); e, Núcleo Trânsito e Mobilidade Urbana - R\$  
2533 33.694,00 (trinta e três mil, seiscentos e noventa e quatro reais). Ressalta que o GT  
2534 História e Memória tem ações bastante expressivas, e isso se reflete no valor orçado; o  
2535 Núcleo Psicologia e Deficiência também propôs diversas ações de capacitação e de  
2536 infraestrutura no Conselho, e o Núcleo Saúde também tem um valor bastante elevado,  
2537 especialmente, devido ao Prêmio Arthur Bispo do Rosário. Revendo as planilhas,  
2538 encontraram diversas coisas que não foram colocadas no Planejamento Estratégico, como  
2539 a entrega de CIP, porém, fizeram uma realocação geral, somando tudo que foi gasto em  
2540 2017 e foi um valor pequeno. Porém, alguns eventos que ocorrerão este ano e o CRP SP  
2541 tradicionalmente apoia. Também, tinham feito uma proposta, no final do PE, de  
2542 contratação de uma assessoria para aprimoramento de fluxos e de procedimentos de  
2543 comunicação, tanto externa, quanto interna. Mas essa ação não ficou salva na planilha de  
2544 ações. Por isso, traz ela à plenária. Também tem o apoio histórico ao Congresso da Ulapsi  
2545 e ao Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. E, ainda, a verba destinada a  
2546 apoios e parcerias, que em 2017 ficou um pouco acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).  
2547 Com o reajuste que fizeram no Orçamento Programa, a soma foi para 3.141.545,00 (três  
2548 milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), tendo como  
2549 verba prevista R\$ 4.442.695,23 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil,  
2550 seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos). Propõe, que para essas ações  
2551 não previstas seja feito orçamento da seguinte forma: Contratar assessoria para  
2552 aprimoramento de fluxos e procedimentos de comunicação (interna e externa) - R\$  
2553 20.000,00 (vinte mil reais); Apoio ULAPSI - R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); Apoio CBP -

2554 R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e, Apoios e Parcerias - R\$ 100.000,00 (cem mil reais).  
2555 Com isso, ficam com um saldo de R\$ 1.021.150,23 (um milhão e vinte e um mil, cento e  
2556 cinquenta reais e vinte e três centavos) para as Ações Contínuas de Gestão, que é um  
2557 valor bem apertado. Informa que todas as ações, exceto as precípuas, estão com valores  
2558 redimensionado, no sentido do que gastaram no ano passado. Têm a proposta de discutir  
2559 os valores das inclusões de ações, para que possam dar mais folga orçamentária para as  
2560 ações dos Núcleos e Comissões. Da forma como as ações estão somadas, ficam com a  
2561 proporção da atribuição dos recursos: Diretoria – 13%; Comissão de Comunicação – 24%;  
2562 Comissões – 23%; Núcleos – 34% e Subsedes – 5%. Considerações do Plenário: 1)  
2563 Rodrigo Presotto solicita que nessa pauta específica haja limite de tempo de fala, que as  
2564 falas tenham até três minutos. Faz essa proposta tendo em vista o adiantado da hora e de  
2565 conseguirem fazer um debate o mais diverso possível, privilegiando a participação de  
2566 outras/os conselheiras/os. Agradece Guilherme Raggi pela apresentação e pelo esforço de  
2567 estar presente mesmo neste momento familiar. 2) Luciana Stoppa informa que fará o  
2568 controle do tempo, para que as falas de cada conselheira/o tenham até três minutos. 3)  
2569 Beatriz Brambilla questiona se todas as ações que construíram no Planejamento  
2570 Estratégico foram contempladas e orçadas, para que possam encaminhar o processo de  
2571 execução. Sobre as questões da Comissão de Políticas Públicas, informa que há a  
2572 pesquisa do CREPOP, o Seminário Regional da CREPOP e o Observatório, que viram que  
2573 o recurso empenhado no ano passado não era suficiente para construir o desenho de  
2574 plataforma que propuseram, por isso, o valor está inflado. 4) Vinicius Cesca corrige que na  
2575 apresentação diz que não há nenhuma ação da CACI e do GT Transparência, mas as  
2576 ações foram propostas pelo GT Política de Participação Rigor e Transparência, que é o GT  
2577 composto pela CACI e pelo GT Transparência. Assim, houve proposta, mas está alocada  
2578 dentro desse GT que condensa os dois grupos. Questiona o que significam os valores das  
2579 Ações Contínuas de Gestão. Entendeu que muitos desses valores são muito baixos. Pede  
2580 para que seja explicado o detalhamento desses dados. No campo da lógica do método  
2581 apresentado tudo lhe pareceu fazer sentido. Várias vezes houve a proposta de cortes  
2582 proporcionais, mas considera isso problemático, porque tira a possibilidade de uma  
2583 discussão mais estratégica. Da maneira como foi feito, faz sentido para ele. Porém, não se  
2584 sente à vontade de aprovar, reprovar ou alterar um dado que ele não conheceu  
2585 previamente. Essa é uma informação que demanda leitura prévia, não é possível se  
2586 apropriar disso aqui. Assim, sua intenção é de não votar para aprovar ou para reprovar  
2587 esse Orçamento Programa, na medida em que lhe parece uma peça desconhecida ou não  
2588 suficientemente conhecida e analisada. Há várias análises desses dados que gostaria de

2589 fazer para construir convicção e que não consegue fazer sendo apresentado ao vivo ao  
2590 final de uma plenária. Além disso, as duas formas de apoio indicadas, fora da rubrica de  
2591 Apoios e Parcerias, são formas de apoio do CRP SP que, abstratamente, concordo no  
2592 mérito. Mas questiona o porquê de serem no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).  
2593 Para ele, precisavam antes fazer a discussão sobre a forma de apoio que darão. Da forma  
2594 colocada, lhe parece genérico, não sendo possível entender o que isso pode significar, de  
2595 fato. Considera que caberia uma discussão maior sobre o assunto e, pelo que entendeu,  
2596 não houve essa discussão no Planejamento, também. Considera que ficam muito  
2597 prejudicadas/os na possibilidade de avaliar e se posicionar sobre está proposta na medida  
2598 em que não a conheceram com antecedência mínima para poderem fazer isso. 5) Rodrigo  
2599 Presotto lamenta não ter podido participar da segunda etapa do Planejamento Estratégico.  
2600 Quando viu a dotação orçamentária para subsedes, também contemplando os núcleos, lhe  
2601 deixou aliviado, na perspectiva de uma autonomia administrativa, que é algo que vem  
2602 sendo trabalhado nos últimos anos e que trouxeram resultados interessantes, para além  
2603 dos recursos que possuem nos Núcleos e nas Comissões. Lamenta não ter conseguido  
2604 pensar em algo, mas considera que se trata de uma lógica interessante que devem voltar a  
2605 experimentar. Podem pensar nos processos de reaproximação com a região, considerando  
2606 o recurso que podem provisionar, mas sem que isso incorra em qualquer gasto excessivo  
2607 do recurso. Agradece a Guilherme Raggi pela apresentação e entende que trabalham com  
2608 estimativa, assim como fizeram no Planejamento anterior. Atenta que talvez tenham se  
2609 antecipado quando colocaram a dotação orçamentária para um valor que podem chegar  
2610 em um apoio ao CBP. Tiveram uma situação semelhante quando pensaram na Semana da  
2611 Luta, em que a pauta foi trazida à plenária para repensarem o orçamento. Acredita que  
2612 isso deve ser rediscutido pelo plenário, porque se trata de um valor alto orçado, para  
2613 deliberaram o uso do recurso. 6) Guilherme Raggi agradece às considerações realizadas,  
2614 considera todas pertinentes. Sobre o questionamento de Beatriz Brambilla, se todas as  
2615 ações que tinham proposto foram contempladas, pontua que tinham combinado que nada  
2616 seria retirado, a menos que fosse deliberado pelo grupo no Planejamento Estratégico,  
2617 dessa forma, tudo que foi definido foi considerado para esse orçamento. Há alguns casos  
2618 específicos que o plenário terá acesso em que estão propondo a aglutinação de ações que  
2619 são muito parecidas e, assim, elas passam a ter um recurso conjunto. Sobre o que foi  
2620 exposto por Vinicius Cesca, agradece ao reparo feito em relação às ações dos GTs  
2621 citados. Sente não ter podido encaminhar os dados com antecedência, havia se  
2622 programado para fazer isso, mas as circunstâncias da vida mudaram e não foi possível.  
2623 Relata que a discussão que quer propor é exatamente da forma em que definem os

2624 valores para O CBP e para a ULAPSI, tendo em vista, inclusive, a Carta de Bauru. Há um  
2625 pedido de apoio do CBP no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais). Entende que a  
2626 ideia é pensarem em um valor máximo para o apoio, como fizeram com a Carta de Bauru,  
2627 anteriormente. Por isso, sugeriram o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), que é um  
2628 valor bem conservador, considerando que se trata de um evento de grande porte e que,  
2629 historicamente, o CPR SP tem participado. Porém, não há um recurso bom para essa  
2630 participação, por isso, entende que seria importante fazer a discussão sobre qual seria o  
2631 teto do apoio, porque isso também reverbera em como trabalharão com as subsedes e  
2632 com os núcleos. Estão trabalhando com a mesma estimativa de valor para a ULAPSI. Mas,  
2633 há uma ação do Planejamento Estratégico de articulação e integração com a ULAPSI, para  
2634 a qual já há destinada uma verba de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Por isso,  
2635 entende que a verba para o apoio pode ser diminuída. O apoio, assim como o indicado ao  
2636 CBP, seria para construção conjunta do evento. Rodrigo Presotto indicou ter interesse em  
2637 autonomia administrativa, mas, na questão do custeio, informa que, infelizmente, precisou  
2638 fazer um corte grande nos valores destinados às ações contínuas de gestão, tendo  
2639 utilizado como base o que foi efetivamente utilizado no ano anterior. Todas as atividades  
2640 precípuas tiveram o valor calculado com base no que foi efetivamente gasto no ano  
2641 anterior, apenas corrigindo pelo índice de inflação utilizado na correção das anuidades.  
2642 Isso não foi feito com o custeio da COE, porque entendem que a COE terá diversas  
2643 atividades descentralizadas. Não apontou um valor muito maior porque ainda não  
2644 consegue estimar se aumentará de fato. O custeio da COF também ficou com valor baixo,  
2645 mas a ação de fiscalização tem a mesma verba destinada que foi orçada para o ano  
2646 passado. Houve o indicativo de vários eventos utilizarem o Fórum de Gestores, dessa  
2647 forma, fez a proposta de alocar mais recursos nessa atividade, o que pode ser revisto. Do  
2648 Planejamento Estratégico, entende que já cumpriram etapas importantes e, assim, terão  
2649 um gasto menor para o próximo período. Para as plenárias, tinham uma expectativa de  
2650 gasto de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e o gasto efetivo foi de cerca de  
2651 R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) e o calendário é similar ao do ano passado.  
2652 Assim, cresceu uma porcentagem a esse valor, apenas para dar conta de eventuais  
2653 necessidades. Ressalta que no ano anterior, tiveram algumas plenárias extraordinárias e  
2654 esse ano pode ter um custo ainda menor por conta disso. Uma proposta que a Diretoria  
2655 elencou, a partir das avaliações que feitas conjuntamente com as subsedes, e da  
2656 necessidade de um aumento da autonomia, é de aumento de recurso para, na lógica de  
2657 flexibilidade, as subsedes pudessem ter mobilidade, eventualmente, com algum evento  
2658 político que precisasse. Mas que, da forma como está atualmente elencado, não seria

2659 possível. Relata que, de maneira geral, os eventos não estão sub-orçados, o que gera para  
2660 as unidades gestoras uma certa folga. Apenas as rubricas de custeio ficaram mais  
2661 precisas. Podem discutir isso durante a execução das ações e podem remanejar. Dentro  
2662 de uma mesma unidade gestora, há a liberdade de reajustar, para fazer o custeio, por  
2663 exemplo. Ressalta que o Orçamento é uma proposta para atender a uma demanda real.  
2664 Sua proposta é que, se o plenário definir a diminuição da verba destinada aos apoios para  
2665 o CBP e para a ULAPSI, que esses valores sejam realocados para as subsedes terem  
2666 maior autonomia para suas ações políticas. 7) Beatriz Brambilla comenta que já havia uma  
2667 previsão no Planejamento da articulação via ULAPSI e CBP. O CBP é a maior atividade da  
2668 profissão no país, reunindo psicólogas/os de várias áreas. É uma oportunidade para  
2669 colocar em pauta alguns diálogos que tem sido realizados no CPR SP, como de  
2670 fortalecimento do CREPOP, a temática da medicalização, da saúde mental, e outras  
2671 pautas que têm sido discutidas. Na CPP pensaram em construir um jogo sobre defesa e  
2672 garantia de direitos sociais para serem apresentados no CBP, em que as/os psicólogas/os  
2673 poderiam interagir no totem para mapear e construir a sua atuação nas políticas públicas  
2674 no Estado de São Paulo e no Brasil, podendo oferecer subsídios para a pesquisa do  
2675 CREPOP. Há algumas ações que são estruturais. Entende que o CPR SP participar desse  
2676 espaço e construir essa parceria é importante. É importante também pensar em ações a  
2677 serem desenvolvidas no CBP. Entende o mesmo em relação à ULAPSI. Precisam pensar  
2678 na articulação da Psicologia Latinoamericana. Considera que são ações estratégicas e que  
2679 demandam tempo e planejamento. Sabe que a organização do CBP está muito adiantada.  
2680 Sugere que seja pensando em recurso para essas ações, porque o Planejamento é  
2681 situacional e, na linha da parceria constituída para a Carta de Bauru, talvez pudessem  
2682 estipular um teto e, se necessário, propor posteriormente uma readequação. E, pensar  
2683 quais ações, efetivamente, constituirão é parte do planejamento de execução da atividade,  
2684 podendo, assim, ser feito posteriormente. 8) Guilherme Raggi informa que o valor que tinha  
2685 ficado a partir do apontado de necessidade para o CBP no Planejamento Estratégico ficava  
2686 em torno de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), basicamente para participação na construção e  
2687 nas reuniões. Já no caso da ULAPSI, além da participação, indicaram a impressão de  
2688 material gráfico, a criação de um caderno temático em um volume expressivo. Ele está  
2689 propondo a diminuição desse valor de impressão, por entender que podem não conseguir  
2690 produzir e divulgar esse material de forma tão ampla. 9) Aristeu Bertelli preocupa-se,  
2691 considerando o empenho histórico do Conselho na construção de atividades como o CBP  
2692 e com a ULAPSI, em destinar uma verba sem saber o que será feito. Da ULAPSI, por  
2693 exemplo, o CRP não é a única organização que a compõe, assim como o CBP. Portanto,

2694 considera R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) um valor temerário, por entender que podem  
2695 acabar sendo uma espécie de agência de viagens para a ULAPSI. Questiona como, além  
2696 disso, podem contribuir. Entende que é importante que possam ter, de fato, participação na  
2697 construção. Reforça que o CRP SP não é a única entidade da Psicologia ligada ao CBP e  
2698 à ULAPSI. Precisam, ao menos, ter os dados mais pormenorizados e um horizonte do que  
2699 a Ulapsi pretende. Recorda-se, ainda, que o CRP SP está custeando o aplicativo do CBP,  
2700 portanto, já há um aporte, além das reuniões telefônicas que são organizadas ou pelo CRP  
2701 SP ou pelo CFP. 10) Guilherme Raggi questiona se há mais algum destaque que queiram  
2702 fazer e diz estar de acordo com o conselheiro Aristeu Bertelli. Não têm uma proposta  
2703 concreta para o apoio da ULAPSI, pois ainda não encaminharam um orçamento para o  
2704 CRP SP. No caso do CBP, já foram solicitadas algumas coisas e sua proposta é  
2705 justamente que o plenário possa discutir se irão utilizar esse espaço, compor junto e  
2706 produzir uma visibilidade e participação efetivas nesses eventos. 11) Vinicius Cesca faz  
2707 coro ao exposto por Beatriz Brambilla. Porém, ressalta que é preciso ter cuidado com essa  
2708 fala. O Orçamento não é imutável, por concepção. Porém, há dois meses estão propondo  
2709 rediscutir o orçamento aprovado em dezembro, mas ele não entra na priorização de pauta.  
2710 Portanto, não é algo simples de acontecer. Aprovaram o orçamento em dezembro com  
2711 essa perspectiva de que ele é situacional e pode ser alterado. Ele foi aprovado com  
2712 ressalvas, inclusive. Mas, estão tentando fazer essa discussão para sua reformulação e  
2713 não conseguem. Uma vez aprovado, não é tão simples alterar e uma série de fatores  
2714 dificultam essa rediscussão. Por outro lado, há preocupações difusas e concretas em  
2715 relação a execução desses apoios, do alcance deles, do que eles significam e do fato de  
2716 eles ainda serem bastante abstratos, porque precisam discutir melhor como será feito para,  
2717 enfim, entender se cabe o apoio, se politicamente é interessante. No sentido de não serem  
2718 meramente financiadores da atividade, mas de terem uma atuação qualificada nesses  
2719 espaços. Não discorda do mérito desses apoios, mas compartilha das preocupações e  
2720 considerações: se em outro momento discutirão de forma qualificada, como isso se dará,  
2721 se ao invés de definir esses dois apoios devem diluir esses recursos como apoios e  
2722 parcerias e, nesse caso, determinariam uma verba maior para apoios e depois definiriam o  
2723 quanto iria para esses dois apoios em específico. Porque, não sendo assim, fariam uma  
2724 discussão muito abstrata. Mantém seu posicionamento de que não dá para colocar isso em  
2725 apreciação neste momento por outras questões. Mas, mas para a questão específica dos  
2726 apoios, propõe que não especifiquem o apoio. Porque entende que não há uma questão  
2727 relevante de mérito sobre esses apoios, embora possa ter em relação ao que entendem  
2728 como apoio para esses espaços. 12) Guilherme Raggi informa que está de acordo com a

2729 proposta de alocar tudo na rubrica de Apoios e Parcerias. Sua outra inquietação é que  
2730 entende que, independente de juntar tudo nessa rubrica, devem pensar sobre o teto de  
2731 valor, pensando, inclusive, em remanejar os valores para as subsedes. Sobre a fala de  
2732 Vinicius Cesca, sobre a reformulação do orçamento, está falando mais sobre esse  
2733 remanejamento dentro da própria unidade gestora, que é mais simples de ser feito. A  
2734 reformulação, em si, é mais complicada. Concorde que é interessante uma rubrica de  
2735 apoios mais geral. A unidade gestora do centro de custo de apoios é a Diretoria. Propõe  
2736 que diminuam cerca de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para realocar para as subsedes.  
2737 Pede permissão do plenário para propor e efetivar essa realocação de recursos,  
2738 especialmente aquelas com um valor menor orçado para as ações políticas. 13) Vinicius  
2739 Cesca não discorda da lógica de fazer essa distribuição iversalmente proporcional, de  
2740 forma equânime entre as subsedes. Adianta que não votará pela aprovação do orçamento  
2741 como um todo, pois entende que ele não está em condições de ser aprovado. Assim, não  
2742 pode entrar em consenso de autorizar alterar valor que entende que não podem ser  
2743 aprovados neste momento. 14) Guilherme Raggi entende que há uma votação simples a  
2744 ser feita, que é da aprovação do Orçamento Programa e, em aprovado, se concordam com  
2745 os demais encaminhamentos que propôs. 15) Vinicius Cesca propõe o adiamento dessa  
2746 deliberação. Como não entende que adiar a deliberação ou aprovar o orçamento sejam  
2747 alternativas que se contrapõem, entende que primeiro devem votar se a aprovação ou não  
2748 será encaminhada nesta plenária ou adiada. Caso não adiem, colocam a peça proposta  
2749 para votação. 16) Guilherme Raggi considera que, então, o plenária está elucidado quanto  
2750 às opções: Primeira votação: se adiam ou não a decisão, conforme proposto pelo  
2751 conselheiro Vinicius Cesca. Caso não adiem, Segunda Votação: aprovação ou não da  
2752 peça orçamentária. E, Terceira Votação: as sugestões de alteração propostas. **ABERTA A**  
2753 **VOTAÇÃO:** 1) Adiar ou não a apreciação da proposta de Orçamento Programa:  
2754 Favoráveis ao adiamento: 4 (quatro) votos: Evelyn Sayeg, Vinicius Cesca, Aristeu Bertelli e  
2755 Ed Otsuka; Contrários ao adiamento da apreciação da proposta de Orçamento Programa:  
2756 12 (doze) votos: Edgard Rodrigues, Ivani de Oliveira, Ivana do Carmo Souza, Beatriz  
2757 Brambilla, Rodrigo Toledo, Beatriz Marques de Mattos, Regiane Aparecida Piva, Maria  
2758 Mercedes Guarnieri, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Presotto, Sueli Ortiz, Guilherme  
2759 Raggi; Há, ainda, uma abstenção, de Luciana Stoppa dos Santos. 2) Aprovação da  
2760 proposta de Orçamento Programa apresentada: Favoráveis à aprovação: 10 (dez) votos:  
2761 Ivani Francisco de Oliveira, Ivana do Carmo Souza, Rodrigo Toledo, Edgar Rodrigues,  
2762 Beatriz Marques de Mattos, Regiane Aparecida Piva, Maria Mercedes Guarnieri, Reginaldo  
2763 Branco da Silva, Rodrigo Presotto e Beatriz Brambilla. Contrários à aprovação: nenhum

2764 voto. Há, ainda, 6 (seis) abstenções: Luciana Stoppa dos Santos, Vinicius Cesca, Aristeu  
2765 Bertelli da Silva, Ed Otsuka, Evelyn Sayeg e Guilherme Raggi. 3) Alterações no Orçamento  
2766 Programa sugeridas por Guilherme Raggi: Guilherme Raggi, informa que a última decisão que  
2767 o plenário precisa tomar é em relação aos encaminhamentos propostos por ele sobre o Orçamento  
2768 Programa: De juntar os centros de custo de apoio à ULAPSI e de apoio ao CBP no centro de custo  
2769 único de Apoios e Parcerias, destinando, no total, R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) a essa  
2770 rubrica. O valor que sobrar dessa junção, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) será destinado às  
2771 subsedes, de maneira inversamente proporcional àquelas que estão com os menores valores  
2772 orçados. Favoráveis à proposta: 10 (dez) votos - Ivani Francisco de Oliveira, Ivana do Carmo  
2773 Souza, Rodrigo Toledo, Edgar Rodrigues, Beatriz Marques de Mattos, Regiane Aparecida  
2774 Piva, Maria Mercedes Guarnieri, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Presotto e Beatriz  
2775 Brambilla. Contrários à aprovação: nenhum voto. Se abstém: 6 (seis) abstenções - Vinicius  
2776 Cesca, Aristeu Bertelli da Silva, Ed Otsuka, Luciana Stoppa dos Santos, Evelyn Sayeg e Luciana  
2777 Stoppa dos Santos. **Encaminhamentos:** Por votação, o plenário decide: **1)** Não adiar a deliberação  
2778 sobre o Orçamento Programa proposta. **2)** Os valores previstos para os centros de custo de Apoios  
2779 e Parcerias e de apoio ao CBP e à ULAPSI serão aglutinados no Centro de Custo de Apoios e  
2780 Parcerias. O valor total desse Centro de Custo será de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).  
2781 **3)** O valor residual que estava previsto para esses Centros de Custo (40.000,00 – quarenta mil  
2782 reais), será distribuído entre as Subsedes, de forma inversamente proporcional às subsedes que  
2783 estão com menores valores orçados. Tão logo essa distribuição seja realizada, o conselheiro  
2784 tesoureiro, Guilherme Raggi, encaminhará para conhecimento do plenário. **XI)**  
2785 **RECOMPOSIÇÕES** – Guilherme Raggi indique que precisam definir se aprovarão as  
2786 recomposições em bloco ou se discutirão uma a uma. Considerações do plenário: 1)  
2787 Regiane Piva considera que precisam registrar se discutirão uma a uma, mas que há  
2788 recomposições que não podem esperar, precisam ser feitas nesta plenária. Então,  
2789 precisam pensar em critérios. 2) Vinicius Cesca propõe que passem rapidamente pelos  
2790 nomes e aqueles que houver discordância de alguma/um conselheira/o, deixam a  
2791 indicação para discussão posterior. Informa que ele próprio, tem discordância em poucos  
2792 nomes. 3) Guilherme Raggi sugere que, então, iniciem com a apresentação de Annie  
2793 Louise de Saboya Prado sobre o CONED - Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas e  
2794 depois sigam com o restante das recomposições. **11.1) Conselho Estadual de Políticas**  
2795 **Sobre Drogas (CONED)** - Annie Louise de Saboya Prado informa que será uma  
2796 apresentação rápida, mas são muitas questões. Luciana Stoppa dos Santos explica que  
2797 solicitaram sua participação nesta plenária porque receberam justificativas do Núcleo de  
2798 Saúde para que o CRP SP deixasse de compor o CONED. Enviaram um Ofício a esse  
2799 respeito ao CONED e receberam um ofício de resposta, questionando se o CPR SP

2800 manteria essa decisão. Então, suscitou a necessidade de pensarem sobre o que  
2801 significaria sair de um espaço de controle social com relevância, a importância da  
2802 participação nesses espaços. Entendem que isso traz a necessidade de uma discussão  
2803 política. Por isso, para que possam pensar, inclusive, em encaminhamentos que possam  
2804 ser necessários neste caso, sentiram vontade de ouvir as justificativas do porquê não  
2805 compactuam com estar nessa representação, para que a plenária possa avaliar  
2806 politicamente a saída ou a permanência nesse espaço. Compreendem o que foi trazido,  
2807 mas consideram importante que o plenário referende a decisão. Annie Louise explica que a  
2808 discussão sobre sair do CONED já ocorre há cerca de quatro anos – desde o NADM –  
2809 Núcleo Álcool, Drogas e Medicalização, da gestão passada (2013-2016). Naquela época já  
2810 tinham chegado a conclusão de sair. Mas resolveram tentar mais uma vez, mas agora a  
2811 situação tá ainda pior. Ninguém mais do Núcleo queria compor aquele espaço. Quando  
2812 entrou no Núcleo, assumiu essa função. O CONED não é um espaço de discussão, não  
2813 conseguem se posicionar sempre. Quando entrou, era mais para observar mesmo.  
2814 Quando acabou o Núcleo da gestão passada, não sabia se devia ou não continuar, mas  
2815 continuou. Quando passou a participar do atual Núcleo Saúde, levava a angústia por não  
2816 conseguirem fazer nenhuma discussão no CONED. Relata que já compôs os Conselhos  
2817 de Assistência Social e de Criança e Adolescente e sabe que são espaços difíceis, de  
2818 disputa e também sabe que o CRP SP parte da premissa de que é importante participar de  
2819 controle social. Porém, o CONED não conta com participação da sociedade civil, não dão  
2820 voz. Existe um grande cerceamento de fala. Já ocorreu de uma pessoa falar sobre a  
2821 corporação policial e um policial interceder e ameaçar. Mesmo quando conseguem se  
2822 posicionar, os posicionamentos não saem daquele espaço, o que sai é o posicionamento  
2823 geral. Portanto, os nomes que compõem o espaço acabam sendo associados com os  
2824 posicionamentos, como eventos grandes que tem o apoio de comunidades terapêuticas.  
2825 Participou das reuniões até julho do ano passado e não aguentou mais continuar indo.  
2826 Pediu para que fosse excluída, mas não encontraram pessoas para substituí-la. Mauricio  
2827 Marinho Iwai tentou participar, mas por questões de trabalho, não conseguiu conciliar os  
2828 horários. Tentaram uma articulação para evitar destinação de verba para projetos do  
2829 Redenção, mas não conseguiram impedir. O CRESS - Conselho Regional de Serviço  
2830 Social de São Paulo pediu a saída também e outras entidades também foram saindo. É um  
2831 posicionamento, mesmo. Podem alegar que ela não tem o perfil, porque não é mesmo seu  
2832 perfil ficar negociando com quem tem posições tão diferentes e que não está inclinado a  
2833 escutar. Mas não se trata somente de uma questão de perfil. Relata que apoiam eventos  
2834 sem que isso seja discutido entre os conselheiros, como aconteceu em um evento do

2835 CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas, com a participação  
2836 do governador, que apoia o fim do “De Braços Abertos”. Acabam falando sobre  
2837 Comunidades Terapêuticas, “ensinando” a fazer uma que seja melhor, mas a defesa que o  
2838 CRP SP faz é de que não haja nenhuma comunidade terapêutica. A participação nesse  
2839 espaço, acaba fortalecendo um posicionamento que desejam enfraquecer. Sente vergonha  
2840 em permanecer nesse espaço. Talvez já tenham, inclusive, perdido a cadeira. Na carta que  
2841 produziram no núcleo explicitaram que podem voltar, caso a situação daquele espaço se  
2842 modifique. Considera, neste momento, mais estratégico sair do CONED. Considerações  
2843 do plenário: 1) Ed Otsuka relata que a discussão foi feita com bastantes profundidade e  
2844 extensão no Núcleo Saúde. Já havia um histórico de discussão sobre a permanência no  
2845 Núcleo Saúde, desde gestões anteriores. O contexto atual agrava a situação. As pessoas  
2846 que faziam a representação diziam que não era bom o trabalho lá. Sabem que não se trata  
2847 de um espaço de controle e participação social. Quando se fala de um Conselho, passa  
2848 essa ideia, mas se descaracterizou completamente, não há possibilidade de construção.  
2849 Como não há espaço de diálogo, manter-se é praticamente uma posição de convivência. O  
2850 CONED está sendo utilizado como palco para interesses privados de financiamento  
2851 ideológico e financeiro das comunidades terapêuticas. Claro que a decisão precisa ser  
2852 muito pensada, mas o Núcleo chegou a conclusão que era preciso ter um posicionamento  
2853 mais condizente com aquilo que o CPR SP defende. Produziram uma carta sobre o  
2854 desligamento do CONED, onde são contundentes e apresentaram os nossos  
2855 posicionamentos e o que o conselho defende e a ideia é que essa carta seja lida no pleno  
2856 do CONED. Se o CONED tivesse uma possibilidade de construção, de outras formas de  
2857 relações, estariam abertos a colaborar. Então, a carta foi contundente, mas cuidadosa  
2858 nesse sentido, procurando não fechar as portas, caso haja uma nova forma de  
2859 funcionamento. Mas, neste momento, havia a obrigação ética de se posicionarem de forma  
2860 contundente. Solicita que o plenário acate o posicionamento do núcleo, de pessoas que  
2861 têm muito acúmulo na área, que atuam e estudam cotidianamente. Conhecem os  
2862 mecanismos presentes lá que fortalecem a lógica conservadora que precariza as políticas  
2863 públicas em detrimento dos interesses provados, que violam os direitos humanos.  
2864 Considerações do plenário: 1) Rodrigo Toledo entende que o plenário concorda com a  
2865 saída do CONED. Informa que gostaria de ter acesso a carta. Sua sugestão é que  
2866 aprove a saída e na próxima plenária trazem a carta para o debate no plenário. 2) Ed  
2867 Otsuka explica que a Carta teve anuência da Diretoria e já foi publicizada. 3) Luciana  
2868 Stoppa confirma que a Diretoria encaminhou o pedido de saída, com a carta produzida  
2869 pelo Núcleo. O CONED deu a devolutiva questionando se o CRP SP manteria essa

2870 posição. A Diretoria, então, entendeu que seria importante a anuência do plenário. Ela tem  
2871 pleno acordo com a saída, mas entende importante que o plenário se aproprie dessa  
2872 decisão. 4) Rodrigo Presotto recorda que no Núcleo de Saúde discutiram que seria  
2873 importante a anuência, ao menos, da Diretoria. A Annie Louise informou, na ocasião, que  
2874 gostaria que a carta fosse submetida até o final do ano passado, porque a situação está  
2875 insustentável. Talvez possam fazer uma ação para marcar a saída, como um seminário ou  
2876 uma discussão sobre isso. Pede que legitimem a discussão que vem sendo feita no Núcleo  
2877 Saúde. 5) Guilherme Raggi informa que há uma proposta que aprove a saída do CONED  
2878 e pensam a proposta política podem fazer posteriormente. 6) Luciana Stoppa dos Santos  
2879 informa que há uma reunião agendada para discutir as questões relacionadas à  
2880 “Cracolândia” na sexta-feira, quando podem já alinhar alguma ação. Agradece pela  
2881 apresentação de Annie Louise. Entendeu importante esse momento, para que todo o  
2882 plenário tivesse ciência. **Encaminhamento:** O plenário aprova a saída do CRP SP do  
2883 Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – CONED. Na reunião sobre a “Cracolândia”  
2884 que ocorrerá na próxima sexta-feira, 02 de março, poderão discutir possíveis ações  
2885 políticas, para marcar a saída do CRP desse espaço. **11.2) *Recomposição de***  
2886 ***Comissões, Núcleos e Grupos de Trabalho*** – 11.2.1 – Subsele Assis – Indica-se a  
2887 inclusão de Juliana Paula de Oliveira (06/104786) e Maicon Fernando Costa (06/114070),  
2888 enquanto membros da Comissão Gestora. **Encaminhamento:** Aprova-se as inclusões  
2889 indicadas. 11.2.2 – Subsele Ribeirão Preto – Indica-se a exclusão de Mariana Catalan  
2890 Andrade (06/127839), enquanto colaboradora da subsele e a inclusão de Dário Henrique  
2891 Teófilo Schezzi (06/69246) como colaborador. **Encaminhamento:** Aprova-se a exclusão e  
2892 a inclusão de colaboradores indicada. 11.2.3 – Comissão de Ética – 11.2.3.1 – Subsele  
2893 *Vale do Paraíba e Litoral Norte* – Propõe-se a inclusão de André Itirê Takano (06/70637)  
2894 como membro. Encaminhamento: Aprovada a inclusão indicada. 11.2.3.2 – Subsele  
2895 *Sorocaba* – Propõe-se a inclusão de Caroline Gomes Duarte (06/86830), como  
2896 colaboradora, a exclusão do colaborador Paulo Roberto Gonzales (06/118317) e a  
2897 alteração de colaboradora para membro de Ellen Taline Ramos (06/107022).  
2898 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão, a inclusão e alteração indicadas. 11.2.3.3 –  
2899 *Sede* – Indica-se a exclusão da membra Leticia de Assis Araujo (06/131966) e as inclusões  
2900 de Luiz Carlos Francisco Júnior (06/78834), Mônica Marques dos Santos (06/68930) e  
2901 Mércia Gomes da Silva (06/138479), enquanto membros. Indica-se, ainda a alteração de  
2902 colaborador de CI para membro de Camila Taraborelli Lopes Lara (06/99914) e a inclusão  
2903 de Sarah Faria Abrão Teixeira (06/132287). **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão, as  
2904 inclusões e as alterações solicitadas. 11.2.4 – Comissão de Orientação e Fiscalização -

2905 11.2.4.1 – *Subsede Sorocaba* – Propõe-se a inclusão de Raissa Cruz de Sousa (CRP  
2906 139046), como colaboradora. **Encaminhamento:** Aprova-se a inclusão proposta. 11.2.4.2  
2907 – *Subsede Ribeirão Preto* – Sugere-se a inclusão de Wellen Patrícia Ruiz (CRP 135890)  
2908 como colaboradora. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. 11.2.4.3 – *Subsede*  
2909 *Assis* – Propõe-se a inclusão de Felipe Ferreira Pinto (06/124488), enquanto colaborador.  
2910 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. 11.2.4.4 – *Subsede Vale do Paraíba e*  
2911 *Litoral Norte* – Propõe-se as inclusões de Ana Elisa Barbosa Cavichi (06/95082), Cristina  
2912 Mailam de Souza Malaquias (06/129011), Dayane Abirached de Salomão (06/107028),  
2913 Jean Hamilton Menecucci (06/100298), Nancy Julieta Inocente (06/1423), Pedro Ivo Freitas  
2914 de Carvalho Yahn (06/80596), enquanto colaboradores. **Encaminhamento:** Aprovadas as  
2915 indicações propostas. 11.2.4.5 – *Subsede Sorocaba* – Indica-se a inclusão de Aracele  
2916 Netto Tomiatto (06/61478), enquanto membro. Indica-se, ainda, a exclusão dos  
2917 colaboradores Aline Coelho Salvador (06/77637), Cristiane Paes Estevão (06/99351), Marli  
2918 Aparecida Taraborelli (06/55051), Priscila Keiko Shiguematsu (06/74214), Rodolfo de  
2919 Souza Della Violla (06/123741) e Vanessa Bastos de Toledo (06/127486).  
2920 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusão e exclusões sugeridas. 11.2.4.6 – *Subsede São*  
2921 *José do Rio Preto* – Indica-se a inclusão de Everton Maurício Alves (06/140730), Janaína  
2922 dos Santos Evangelista (06/133807) e Jessica Daiana de Oliveira (06/135888) enquanto  
2923 colaboradores, e de Camila Taraborelli Lopes (06/99914) como membra.  
2924 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões de colaboradores e de membra indicadas.  
2925 11.2.5 – Comissão de Direitos Humanos – Indica-se a inclusão de Priscila Santos de  
2926 Souza (06/127123) como membra e a exclusão das membras Márcia Santos Miranda  
2927 (06/123386), Jeanne Morais Neres (06/116108). Indica-se ainda a inclusão da entidade  
2928 Movimento Nacional de População em Situação de Rua. **Encaminhamento:** Aprovadas as  
2929 inclusões da membra e da entidade indicadas, bem como a exclusão de membras  
2930 sugerida. 11.2.6 – Comissão de Comunicação – Indica-se as exclusões de Márcio  
2931 Magalhães da Silva (06/99618), Bruna Lavinias Jardim Falleiros (06/87314), Maurício  
2932 Marinho Iwai (06/123689) e Evelyn Sayeg (06/120482). Propõe-se, ainda, a inclusão, como  
2933 membros, de Joari Aparecido Soares de Carvalho (06/88775) e Marcelo Ferreira Schiavo  
2934 (06/109462). **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões e inclusões sugeridas. 11.2.6 –  
2935 Comissão Gestora Metropolitana – Propõe-se a exclusão do membro Mário Victor  
2936 Senhorini Franco (06/109538), e inclusão, como membra, de Jumara Silva Van de Veld  
2937 (06/7616). **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão indicadas. 11.2.7 –  
2938 Comissão de Processos Legislativos – Propõe-se a exclusão da membra Evelyn Sayeg  
2939 (06/120482). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão proposta. 11.2.8 – Núcleo

2940 Assistência Social – 11.2.8.1 – Subsede Bauru - Sugere-se a inclusão de Letícia Lozan  
2941 (06/132377) como membra titular e André Alexandre A. Padoveze (06/113156) enquanto  
2942 membro suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões indicadas. 11.2.8.1 –  
2943 Subsede Sorocaba – Propõe-se a exclusão de Eliane Cristina Dias de Almeida (06/81767)  
2944 enquanto membra suplente e a inclusão de Moses Song (06/87962), como membro  
2945 suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão propostas. 11.2.9 –  
2946 Núcleo Criança e Adolescente – 11.2.9.1 – Subsede São José do Rio Preto – Propõe-se a  
2947 exclusão da membra Cristiane Tomazelle dos Santos (06/52229) e a inclusão de Kleber  
2948 Chaves Pereira (06/77678) como membro. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a  
2949 inclusão propostas. 11.2.9.2 – Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira – Sugere-se a  
2950 inclusão de Tayna Alencar de Souza (06/83455), enquanto membra titular.  
2951 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. 11.2.9.3 – Subsede Bauru – Propõe-se  
2952 a exclusão da membra suplente Andressa Lais Rocha (06/115004) e a inclusão de  
2953 Fernanda Alves da Silva (06/120845) como membra suplente. **Encaminhamento:**  
2954 Aprovadas a inclusão e a exclusão sugeridas. 11.2.10 – Núcleo Educação e Medicalização  
2955 – 11.2.10.1 – Subsede Grande ABC – Propõe-se a exclusão da membra titular Daniela  
2956 Morales Carcavilla (06/104585) e a inclusão de Maria da Penha Tamburu Ivanchuk Lopes  
2957 (06/46649) membro titular. – 11.2.10.2 – Subsede Baixada Santista – Sugere-se a inclusão  
2958 de Eduardo de Carvalho Martins (06/100960), enquanto membro titular.  
2959 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. 11.2.11 – Núcleo Emergências e  
2960 Desastres – Sugere-se a alteração de coordenação, passando Reginaldo Brando da Silva  
2961 (06/32951) passe à coordenação e Sandra Luzia Assis da Silva (06/120467) à  
2962 coordenação adjunta. **Encaminhamento:** Aprovada a alteração indicada. 11.2.12 –  
2963 Núcleo Justiça – Propõe-se a exclusão de Paula Rosana Cavalcante (06/81724) da  
2964 coordenação e a inclusão de Ana Paula Hachich (06/72980) como coordenadora.  
2965 **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusão e inclusão indicadas. 11.2.13 – Núcleo  
2966 Psicologia e Deficiência – Indica-se a exclusões de Luciana Stoppa dos Santos (06/78466)  
2967 da coordenação e de Maria Rozineti Gonçalves (06/39077) da coordenação adjunta.  
2968 Indica-se, ainda, as inclusões de Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso (06/4595) como  
2969 coordenadora e Beatriz Marques de Mattos (06/108613) como coordenadora adjunta.  
2970 Também, sugere-se a inclusão do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (GIqe), como  
2971 entidade membro. **Encaminhamentos:** Aprovadas as exclusões e inclusões indicadas.  
2972 11.2.13.1 – Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Sugere-se a inclusão de William  
2973 Joseph Gomes de Oliveira (06/83537), como membro titular. **Encaminhamento:** Aprovada  
2974 a inclusão sugerida. 11.2.14 – Núcleo Psicologia e Esporte - 11.2.14.1 – Subsede Bauru -

2975 Propõe-se a exclusão da membra suplente Marina Pavão Battaglini (06/96745) e as  
2976 inclusões de Natália Pinheiro Orti (06/103319) e Jessica Bispo Batista (06/130894) como  
2977 membras suplentes. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e as inclusões sugeridas.  
2978 11.2.15 – Núcleo Psicologia e Esporte - 11.2.15.1 – Subsede Sorocaba - Proposta de  
2979 exclusão da membra titular Fernanda de Andrade Freitas Salgado (06/71732) e do membro  
2980 suplente José de Paula Machuco Júnior (06/52783) e de inclusão de Carla Jacques Santos  
2981 (06/46264), enquanto membra suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões e a  
2982 inclusão sugeridas. 11.2.15.2 – Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Indica-se a  
2983 inclusão de Paulo Roberto Granjeiro Rodrigues (06/28589) como primeiro suplente e de  
2984 Nancy Julieta Inocente (06/1423) como segunda suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas  
2985 as inclusões indicadas. 11.2.15.3 – Subsede Bauru – Indica-se a inclusão de Hugo Ferrari  
2986 Cardoso (06/89996) como membro titular e de Maria Madalena L. Kawashima (06/48480)  
2987 como membra suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões sugeridas. 11.2.16 –  
2988 Núcleo Psicologia e Relações Étnicorraciais – 11.2.16.1 – Subsede Sorocaba – Indica-se a  
2989 exclusão da membra suplente Michele Lemos de Sousa (06/119904), a alteração de  
2990 membra titular para membra suplente de Thaiga Danielle Saldanha Momberg (06/117912)  
2991 e a inclusão de Eliane Roberta Machado (06/56111) como membra suplente.  
2992 **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão, a alteração e a inclusão indicadas. 11.2.16.2 –  
2993 Subsede Grande ABC – Propõe-se a alteração de membro titular para membro suplente de  
2994 Danilo Ramos da Silva (06/90401) e a inclusão de Fabiana Villas Boas da Silva  
2995 (06/107492) como membra titular. **Encaminhamento:** Aprovadas a alteração e a inclusão  
2996 indicadas. 11.2.16.1 – Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Indica-se a inclusão,  
2997 como membra suplente, de Jessica Cobra da Mota (06/137974). **Encaminhamento:**  
2998 Aprovada a inclusão indicada. 11.2.17 – Núcleo Psicoterapias - Propõe-se a inclusão do  
2999 LATESFIP – Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise enquanto entidade  
3000 membro. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. 11.2.17.1 – Subsede Bauru –  
3001 Indica-se a inclusão de Letícia Lopes Franco (06/117021) enquanto membra suplente.  
3002 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. 11.2.18 – Núcleo Sexualidade e Gênero  
3003 – Indica-se a exclusão do coordenador adjunto Márcio Magalhães da Silva (06/99618) e a  
3004 inclusão de Gelberton Vieira Rodrigues (06/122621) na coordenação. Indica-se ainda a  
3005 inclusão, como convidado, de Pedro Eduardo Silva Ambra (06/104671).  
3006 **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e as inclusões indicadas. 11.2.18.1 – Subsede  
3007 São José do Rio Preto – Propõe-se a exclusão da membra titular Eliani Cristina Florencio  
3008 (06/103485) e a inclusão de Fausto Martins Geantomasse (06/81623), como membro  
3009 titular. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e a inclusão propostas. 11.2.19 – Núcleo

3010 Psicologia e Povos Tradicionais – Propõe-se a exclusão da coordenadora Mary Ueta  
3011 (06/64673). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão proposta. 11.2.20 – Núcleo Trânsito  
3012 e Mobilidade Urbana - 11.2.20.1 – Subsede Sorocaba – Propõe-se a inclusão de Fernanda  
3013 Andrade Freitas (06/71732) como membra titular. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão  
3014 proposta. 11.2.20.2 – Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte - Indica-se a inclusão de  
3015 Vale Jean Hamilton Menecucci (CRP 100298) enquanto membro suplente.  
3016 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. 11.2.21 – GT História e Memória –  
3017 Indica-se a inclusão de Eduardo Freitas Prates (06/107713), como membro.  
3018 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. 11.2.22 – GT Métodos, Técnicas e  
3019 Diversidade Epistemológica em Psicologia - 11.2.22.1 – Subsede Grande ABC – Propõe-  
3020 se a inclusão de Maria Mercedes W. K. V. Bicudo Guarnieri (06/59560) enquanto membra.  
3021 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. 11.2.23 – GT Transparência - Propõe-  
3022 se a exclusão da membra Evelyn Sayeg (06/120482) e do membro Vinicius Cesca de Lima  
3023 (06/99477). Também, a inclusão de Ivani Francisco de Oliveira (06/121139) como membra.  
3024 **Encaminhamento:** Aprovadas as exclusões e a inclusão indicadas. 11.2.24 – GT Projeto  
3025 de Gestão – Propõe-se a exclusão de Reginaldo Branco da Silva (06/32951).  
3026 **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. 11.2.24 – Núcleos Territoriais -  
3027 11.2.24.1 – Núcleo Territorial Taubaté – (Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte) –  
3028 Propõe-se a inclusão Willian Joseph Gomes de Oliveira (06/83537) como membro.  
3029 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão sugerida. 11.2.24.2 – Núcleo Territorial Vale  
3030 Histórico – (Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte) – Propõe-se a inclusão de Guilherme  
3031 Pimentel de Sousa (06/87315) como membro. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão  
3032 proposta. 11.2.25 – Representações em Órgãos Controle Social e Entidades - 11.2.25.1 –  
3033 Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Ribeirão Preto – Propõe-se a  
3034 exclusão da representante titular Beatriz Marques de Mattos (06/108613), a alteração de  
3035 representante suplente para representante titular de Leandro Gabarra (06/68098) e a  
3036 inclusão de Maria Carolina Pinto Ferraz Cabau (06/110639) como representante suplente.  
3037 **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão, a alteração e a inclusão propostas. 11.2.25.2 –  
3038 Conselho Municipal de Esporte de Ribeirão Preto – Propõe-se a inclusão de Ricardo  
3039 Marinho de Mello Piccoli (06/109478) como membro titular e de Letícia Molina Rodrigues  
3040 (06/124262) como representante suplente. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões  
3041 propostas. 11.2.25.3 - Conselho Municipal sobre Álcool e Drogas de Ribeirão Preto –  
3042 Propõe-se a exclusão da representante Mariane Capellato Melo (06/118906) e a inclusão  
3043 de Emanoela Priscila Toledo Arruda (06/107551). **Encaminhamento:** Aprovadas a  
3044 exclusão e a inclusão de representante propostas. 11.2.25.4 - Conselho Municipal de

3045 *Saúde de Ribeirão Preto* – Indica-se a inclusão de Marina Simões Flório Ferreira Bertagnoli  
3046 (06/74156) como representante titular. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada.  
3047 *11.2.25.5 - Conselho Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente – CMAS –*  
3048 Sugere-se a inclusão de Ester Akemi Katayama (06/24969) como representante titular e de  
3049 Lidiana Pereira Viana (06/94090) como representante suplente. **Encaminhamento:**  
3050 Aprovadas as inclusões sugeridas. *11.2.25.6 – Frente Nacional contra a Redução da*  
3051 *Maioridade Penal* - Propõe-se a inclusão de Maria Mercedes Guarnieri (06/59560) como  
3052 representante. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. *11.2.25.7 – Comissão de*  
3053 *Políticas de Saúde do CES SP* – Indica-se a exclusão da representante Cinara Brito de  
3054 Oliveira (06/92199). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada. *11.2.25.8 –*  
3055 *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Presidente Prudente –*  
3056 *CMDCA* – Propõe-se a inclusão de Leonardo Santos de Souza (06/135350) como  
3057 representante titular. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. *11.2.25.9 – Fórum*  
3058 *Regional de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social da*  
3059 *Baixada Santista – FORTSUAS* – Indica-se a inclusão Mayara da Silva Cursio (06/121248)  
3060 como representante suplente. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada.  
3061 *11.2.25.10 – GT Sistema Prisional da APAF* – Indica-se a inclusão de José Ricardo Portela  
3062 (06/51825) como representante suplente. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão  
3063 indicada. **11.3) Outras propostas de recomposição** – Vinícius Cesca de Lima solicita que  
3064 as demais recomposições propostas, para as quais tem destaque, que sejam repautadas,  
3065 uma vez que já passaram do horário estipulada de teto. Caso não repautem, irá se  
3066 posicionar sobre essas indicações. Solicita que não deliberem sobre a Comissão Gestora  
3067 de Bauru e a recomposição da Comissão de Políticas Públicas. *11.3.1 – Núcleo*  
3068 *Emergências e Desastres* – Propõe-se a alteração das coordenações, passando Reginaldo  
3069 Branco da Silva (06/32951) a coordenador e Sandra Luzia Assis da Silva (06/120467) a  
3070 coordenadora adjunta. Comentários do plenário: 1) Vinicius Cesca de Lima comenta que a  
3071 alteração proposta de colocar um conselheiro na coordenação e uma colaboradora na  
3072 coordenação adjunta não é possível, segundo a Resolução vigente. Não é possível  
3073 aprovar a alteração proposta. 2) Reginaldo Branco da Silva pede que a proposta seja  
3074 repautada. **Encaminhamento:** O plenário define que a proposta deve ser repautada para a  
3075 próxima plenária. *11.3.2 – Núcleo Psicologia, Laicidade e Religiosidade* – Propõe-se a  
3076 exclusão da coordenadora Bruna Suruagy do Amaral Dantas (06/81872) e a inclusão de  
3077 Luiz Eduardo Valiengo Berni (06/35863) na coordenação e de Guilherme Rodrigues Raggi  
3078 Pereira (06/125810) na coordenação adjunta. Comentários do plenário: Vinicius Cesca de  
3079 Lima comenta que não possui uma proposta alternativa, portanto, não solicitará que seja

3080 repautado, mas registra seu voto contrário a inclusão de Luiz Eduardo Valiengo Berni, pois  
3081 entende que laicidade e religiosidade é um tema urgente do ponto de vista da conjuntura,  
3082 e é necessário fazer um debate bastante qualificado sobre essa questão, e que ainda não  
3083 foi feito até o momento. Podem fazer em outro momento. Mas, entende que a maneira  
3084 como Luiz Eduardo Berni faz dentro do CRP SP não contempla o que entende ser a  
3085 perspectiva política necessária para o debate neste contexto. Assim, registra seu voto  
3086 contrário, mas não possui uma proposta alternativa. Resolve-se por votação. Contrários a  
3087 ter Luiz Eduardo Valiengo Berni na coordenação: Aristeu Bertelli da Silva, Vinícius Cesca  
3088 de Lima e Evelyn Sayeg. Favoráveis a ter Luiz Eduardo Valiengo Berni na coordenação:  
3089 Ivana Souza, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo, Suely Ortiz, Beatriz Mattos, Beatriz  
3090 Brambilla e Ivani de Oliveira. Abstiveram-se Guilherme Rodrigues Raggi Pereira e Luciana  
3091 Stoppa dos Santos. **Encaminhamento:** Por votação, o plenário aprova a exclusão de  
3092 Bruna Suruagy do Amaral Dantas (06/81872) e a inclusão de Luiz Eduardo Valiengo Berni  
3093 (06/35863) na coordenação e de Guilherme Rodrigues Raggi Pereira (06/125810) na  
3094 coordenação adjunta do Núcleo. 11.3.3 – Comissão de Políticas Públicas – Propõe-se a  
3095 inclusão de Andreia Badan Fischer (06/135700), Batsheva Adda Schermann Siqueira  
3096 (06/137385), Edna Maria Severino Peters Kahhale (06/5372), Helena Andreolli Martin  
3097 Figueiredo (06/141468), Janaina Ribeiro Rezende (06/98537), Jessica Bispo Batista  
3098 (06/130894), Lilihan Martins da Silva (06/50050), Marcos Martins do Amaral (06/137106),  
3099 Marcus Vinicius Santos (06/85104) e Maria Mercedes Guarnieri (06/59560) como  
3100 membros. Propõe-se, ainda, a inclusão do Espaço de Cuidados Integrativos da UNIFESP,  
3101 como entidade membro. Comentários do plenário: 1) Vinicius Cesca de Lima solicita que  
3102 se explique como chegaram a todos esses nomes para entender a composição. 2) Beatriz  
3103 Borges Brambilla explica que no ano anterior teve pouco colaboração na CPP. A  
3104 construção ficou baseada nas/os conselheiras/os. Algumas pautas se mostram  
3105 emergentes, especialmente o direito à cidade e à moradia. As indicadas Andreia Badan  
3106 Fischer e Batsheva Adda Schermann Siqueira colaboraram com uma atividade realizada  
3107 no final do ano passado, com o debate sobre a questão do direito à moradia e sobre as  
3108 políticas de habitação. As duas são psicólogas que atuam nos movimentos de moradia de  
3109 São Paulo. A indicação de Edna Maria Severino Peters Kahhale foi pensando sobre a  
3110 pesquisa de direitos sexuais e reprodutivos. Ela coordenou o laboratório de Saúde e  
3111 Sexualidade do programa de Psicologia Clínica da PUC. Helena Andreolli Martin  
3112 Figueiredo (06/141468) também para colaborar para a construção do debate sobre as  
3113 questões vinculadas ao direito sexuais e reprodutivos. Esteve na Defensoria Pública e  
3114 atualmente compõe os debates sobre maternidade de usuárias de álcool e outras

3115 drogas. Janaina Ribeiro Rezende é psicóloga e integra o MST, fazendo também o debate  
3116 sobre as questões da terra e do direito à cidade. Lilihan Martins da Silva é uma indicação da  
3117 subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte com o indicativo de compor e territorializar as  
3118 discussões. Marcos Martins do Amaral faz discussões sobre as questões LGBT nos  
3119 direitos sexuais e reprodutivos. Marcus Vinicius Santos é a indicação de Ribeirão Preto  
3120 para compor com a CPP. O Espaço de Cuidados Integrativos da UNIFESP está pedindo a  
3121 inclusão devido a uma ação do Planejamento Estratégico de debate sobre as Práticas  
3122 Integrativas e Complementares (PICs) e esse espaço da UNIFESP é um laboratório que  
3123 faz a discussão das políticas integrativas. Pede que encaminhem, porque a CPP tem a  
3124 intenção de construir efetivamente um calendário de execução de atividades. 3) Vinicius  
3125 Cesca de Lima indica que várias indicações fazem sentido na perspectiva de que a  
3126 Comissão de Políticas Públicas assumira as pautas que não estão nos núcleos. Aquelas  
3127 pautas relacionadas às pesquisas do CREPOP, proporia um debate mais aprofundado  
3128 sobre porque isso não se dá em articulação com o Núcleo de Sexualidade e Gênero. Mas,  
3129 apenas pede que não aprove o nome de Lilihan Martins da Silva. **Encaminhamento:** O  
3130 plenário tem consenso de repautar a indicação de Lilihan Martins da Silva, que deverá  
3131 constar na pauta da próxima plenária. As demais indicações são aprovadas. 11.3.4 –  
3132 Subsede Bauru – Propõe-se a alteração na coordenação da subsede, passando Caroline  
3133 Cusinato (06/112011) à coordenadora e Sarah Faria Abrão Teixeira (06/132287) à  
3134 subcoordenadora. Comentários do plenário: 1) Regiane Aparecida Piva informa que esse  
3135 ponto repautou esse ponto. Não vê problema com essa indicação, a menos que exista  
3136 algum impeditivo. São pessoas que já colaboram há algum tempo com a região. A  
3137 proposta não foi planejada, dada a renúncia de Márcio Magalhães que, apesar de ser  
3138 alguém bastante envolvido, foi uma surpresa. As pessoas na subsede precisaram se  
3139 reorganizar, fizeram várias reuniões para conseguir conduzir a região através de uma  
3140 recomposição da Comissão Gestora. Por isso, considera importante que já deliberem, para  
3141 que possam dar essa resposta à região e às pessoas que estão tocando o trabalho lá.  
3142 Assim, pede que referendam a escolha que veio da região, a menos que haja algum sério  
3143 impeditivo em relação a isso. 2) Vinicius Cesca de Lima comenta que esse é um debate  
3144 que foi, em partes, realizado na última plenária, mas com outro viés. Havia um elemento  
3145 posto de violência que entende que não está posto neste caso, mas que faz com que  
3146 mantenha sua inquietação. Assumiram o discurso, inclusive durante o processo de  
3147 campanha, da importância de uma composição de chapa em que as/os conselheiras/os  
3148 tivessem uma inserção territorial para que pudessem coordenar as subsedes. Assim, tendo  
3149 uma conselheira na região, entende que essa conselheira deve assumir a coordenação da

3150 subsede. No mês passado, trouxe essa discussão quando expulsaram a conselheira Bruna  
3151 Falleiros da coordenação da subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte. Assim, sua proposta  
3152 alternativa à apresentada é de ter Regiane Aparecida Piva na coordenação da subsede,  
3153 nessa perspectiva. Como ela não compôs a Comissão Gestora da subsede na gestão  
3154 passada, ela pode integrar nessa gestão. Resolve-se por votação. 1ª votação: Se o  
3155 assunto deve ser repautado. Favoráveis a repautar: Aristeu Bertelli da Silva, Vinícius  
3156 Cesca de Lima e Evelyn Sayeg. Contrários a repautar: Reginaldo Branco da Silva, Ivana  
3157 Souza, Suely Ortiz da Silva, Guilherme Raggi Pereira, Beatriz Mattos, Rodrigo Presotto,  
3158 Beatriz Brambilla e Ivani de Oliveira. 2ª votação: Se a coordenação da Comissão Gestora  
3159 deve ser de Regiane Aparecida Piva ou se mantém-se a proposta da subsede de ter  
3160 Caroline Cusinato na coordenação e Sarah Teixeira na subcoordenação. Favoráveis a ter  
3161 Regiane Piva na coordenação: Aristeu Bertelli da Silva, Vinícius Cesca de Lima e Evelyn  
3162 Sayeg. Favoráveis a ter Caroline Cusinato na coordenação e Sarah Teixeira na  
3163 subcoordenação: Reginaldo Branco da Silva, Ivana Souza, Suely Ortiz da Silva, Rodrigo  
3164 Presotto, Beatriz Mattos, Beatriz Brambilla, Ivani de Oliveira e Guilherme Raggi. Luciana  
3165 Stoppa dos Santos absteve-se. **Encaminhamento:** Por votação, o plenário define que não  
3166 repautará essa recomposição e que a Comissão Gestora de Bauru passará a ter Caroline  
3167 Cusinato (06/112011) na coordenação e Sarah Faria Abrãao Teixeira (06/132287) na  
3168 subcoordenação. 11.3.4 – Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte – Propõe-se a exclusão  
3169 da membra Marília Capponi (06/81224), a inclusão de André Itirê Takano (06/70637) como  
3170 membro e a alteração de subcoordenador para membro de Bruno Monteiro Carlos  
3171 (06/80726). **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão, a inclusão e a alteração propostas.  
3172 Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Luciana Stoppa dos Santos,  
3173 deu por encerrada a sessão às 19 horas e 30 minutos, da qual eu, conselheira secretária  
3174 em exercício até esta data, Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e  
3175 aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, 24 de fevereiro de dois mil e  
3176 dezoito.  
3177

---

Aristeu Bertelli da Silva

---

Evelyn Sayeg

---

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

---

Luciana Stoppa dos Santos

---

---

Maria Rozinetti Gonçalves

---

Regiane Aparecida Piva

---

Reginaldo Branco da Silva

---

Rodrigo Toledo

---

Suely Castaldi Ortiz de Oliveira

---

Vinicius Cesca de Lima

---

Beatriz Borges Brambilla

---

Beatriz Marques de Mattos

---

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

---

Ed Otsuka

---

Edgar Rodrigues

---

Ivana do Carmo Souza

---

Ivani Francisco de Oliveira

---

Magna Barboza Damasceno

---

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira  
Bicudo Guarnieri

---

Mary Ueta

---

Rodrigo Fernando Presotto